



Reflexões acerca da Revolução Federalista: ensaaios históricos

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES
FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)
JUSSEMAR WEISS GONÇALVES
LUIZ HENRIQUE TORRES
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA (ORG.)
RETO MONICO
VANDERLEI BORBA

54



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Reflexões acerca da Revolução Federalista: ensaios históricos



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Aristeu Elisandro Machado Lopes
Francisco das Neves Alves (org.)
Jussemar Weiss Gonçalves
Luiz Henrique Torres
Marcelo França de Oliveira (org.)
Reto Monico
Vanderlei Borba

Reflexões acerca da Revolução Federalista: ensaios históricos



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2022

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Mauro Nicola Póvoas
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Ronaldo Oliveira Gerundo
Tesoureiro: Valdir Barroco

Ficha Técnica

- Título: Reflexões acerca da Revolução Federalista: ensaios históricos
- Organizadores: Francisco das Neves Alves e Marcelo França de Oliveira
- Autores: Aristeu Elisandro Machado Lopes; Francisco das Neves Alves; Jussemar Weiss Gonçalves; Luiz Henrique Torres; Marcelo França de Oliveira; Reto Monico; e Vanderlei Borba
- Coleção Rio-Grandense, 54
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2022

ISBN – 978-65-89557-41-8

CAPA: A República em perigo na concepção do periódico caricato rio-grandino *Bisturi* (4 maio 1890, p. 1)

SUMÁRIO

A Revolução Federalista de 1893 nas páginas da <i>Revista Illustrada</i>, 1893-1895.....	11
---	-----------

Aristeu Elisandro Machado Lopes

<i>Morte ao pato castilhano!... A sátira como estratégia de combate ao castilhismo à época da fermentação da Revolução Federalista.....</i>	55
--	-----------

Francisco das Neves Alves

Cenários da Revolução de 1893. Natureza e guerra nos diários de Angelo Dourado e do Almirante Saldanha da Gama.....	77
--	-----------

Jussemar Weiss Gonçalves

Rio Grande na década de 1890.....	101
--	------------

Luiz Henrique Torres

O jornal <i>Rio Grande do Sul</i> e a recepção do primeiro jornal castilhista pela imprensa rio-grandina (1891).....	133
---	------------

Marcelo França de Oliveira

O correspondente de *The Times* no Brasil: Revolta da Armada e Revolução Federalista (outubro 1893-abril 1894).....153

Reto Monico

**O Comércio no Porto do Rio Grande (1891-1900):
decênio de instabilidades políticas e
econômicas.....183**

Vanderlei Borba

A Revolução Federalista de 1893 nas páginas da *Revista Illustrada*, 1893-1895

Aristeu Elisandro Machado Lopes*

Considerações iniciais

Um dos números da *Revista Illustrada* publicado no mês de março de 1893 apresentava, em sua página 2, preocupação com o conflito que se prenunciava no Rio Grande do Sul. O articulista, que assinava como Farfarello, comentava os telegramas publicados no *Jornal do Comércio*, da Capital Federal, os quais eram o motivo da sua apreensão. Ele narrava: “Li-os calorosamente, reli-os todos, um por um, acreditando-os mais verdadeiros do que a revolução do Rio Grande do Sul até agora sem resultados positivos”.¹ O texto, contudo, foi escrito com ironia, aliás, o humor era a verve do periódico. Na sequência, expunha que o movimento

* Doutor em História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Associado II do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

¹ *Revista Illustrada*, março de 1893, n. 658, p. 2. A grafia de todas as citações do periódico foi atualizada.

poderia se espalhar pela República: “E uma impressão dolorosa, de republicanismo patriótico, abstraiu-me... Como? Pois será crível que o pseudo federalismo rio-grandense já se esteja ramificando pelos outros estados da República?”. No final, o autor explicava que as notícias apresentadas no *Jornal do Commercio* eram “psicologia dos telegramas, não há dúvida (...) todos os telegramas são uns *blaguers* incorrigíveis”, ou seja, o conteúdo das notícias enviadas e publicadas no jornal diário eram piadas, sem fundamentos.²

O texto, entretanto, não negava o conflito em eminência no estado, mas destacava que ainda não tinha surtido efeitos positivos, apesar do tom dos telegramas, os quais, na visão do autor, causavam uma “preocupação profunda”. Possivelmente, o articulista não acreditava que o processo iniciado em fevereiro daquele ano fosse, de fato, uma contenda séria e que logo terminaria sem maiores consequências, o que não ocorreu, uma vez que, após milhares de mortos de ambos os lados, a Revolução Federalista de 1893 somente teria seu encerramento em agosto de 1895. No

² O periódico já havia, em seu número anterior, colocado em dúvida as informações recebidas via telegramas. Nas páginas 4 e 5, que abordavam as principais notícias da semana em imagens, o tema da guerra apareceu em um dos desenhos que mostrava possíveis combates nas cidades de Bagé, São Borja, Santana do Livramento e Dom Pedrito. A legenda fazia a crítica ao conteúdo dos telegramas: “Isto [referência ao carnaval de 1893] sempre nos é mais agradável do que as notícias telegráficas sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul, agora transformados em erupções vulcânicas que, francamente, só vistas por um óculo” (*Revista Illustrada*, março de 1893, n. 657, p. 4-5).

presente capítulo será analisada uma seleção dos textos e das ilustrações publicadas na *Revista Ilustrada* que abordaram a guerra civil no estado. A partir da pesquisa e da verificação das informações textuais e das imagens é possível acompanhar não somente o desenvolvimento como também as opiniões do periódico desde o começo da guerra civil até a pacificação em 1895.

A *Revista Ilustrada* e suas relações políticas

A *Revista Ilustrada* foi lançada no Rio de Janeiro em 1º de Janeiro de 1876 e circulou até o ano de 1898 acompanhando e noticiando, em suas páginas de textos e em suas ilustrações, momentos relevantes da história nacional. O periódico trazia no texto de sua apresentação uma referência implícita ao seu fundador: “E notem bem que não sou nenhum calouro (...) sou, pelo contrário, um veterano, já há muito calejado nas lides semanais, que, tendo se recolhido temporariamente aos bastidores, volta agora resfolgado a cena”.³ Trata-se do caricaturista Angelo Agostini, que atuou em São Paulo, nos periódicos *Diabo Coxo* e *Cabrião* e, na Corte, a partir de 1867, na *Vida Fluminense* e no *Mosquito*.⁴

³ *Revista Ilustrada*, janeiro de 1876, n. 1, p. 2.

⁴ Sobre a trajetória de Angelo Agostini ver: RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *Revista Ilustrada (1876/1898), síntese de uma época*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: UNICAMP, 2009. MARINGONI,

Agostini esteve à frente das ilustrações da *Revista* até 1888 quando decidiu viajar para Paris e, em seu lugar, assumiu Antonio Bernardes Pereira Netto, que trabalha no periódico *O Mequetrefe* havia 10 anos.⁵ Portanto, as ilustrações que serão abordadas a seguir, provavelmente, são da autoria de Pereira Netto, uma vez que Agostini, quando retornou de Paris, optou por não continuar na sociedade do periódico e lançou, em 1895, o *Don Quixote*.⁶ Essa é uma informação importante para compreender a posição política da *Revista* no período abordado no capítulo. Em sua trajetória, as considerações a política quase sempre foram colocadas de forma evidente. Primeiro, importante destacar a atuação de Agostini pelo fim da escravidão na qual ele se tornaria, nos anos 1880, “um personagem destacado

Gilberto. *Angelo Agostini. A imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Livraria, 2011.

⁵ Pereira Netto começou a desenhar no *Fígaro* em 1878, passou por um jornal de breve circulação chamado *Lanterna* e depois em *O Mequetrefe* ainda em 1878. Também trabalhou nos periódicos *O Griphus* em 1882 e *Vespa* em 1885. Contudo, foi em *O Mequetrefe* que o artista se distinguiu estando à frente da produção das ilustrações por 10 anos, até 1888 quando, então, assumiu as ilustrações na *Revista Illustrada* após viagem de Angelo Agostini para Paris. LIMA, Herman. *Historia da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 903.

⁶ Sobre as desavenças entre a *Revista Illustrada* e o *Don Quixote*, no que se refere a Revolução Federalista de 1893, ver: LOPES, Aristeu. Entre o elogio e a sátira: Júlio de Castilhos nas páginas da imprensa ilustrada do Rio de Janeiro nos anos 1890. *Fênix* (UFU. Online), v. 8, 2011, p. 01-20.

na campanha pela libertação dos escravos”.⁷ Segundo, no que se refere a Monarquia, no começo a posição era de uma crítica corriqueira, quase sempre direcionada à política como um todo, se destacando, por exemplo, as sátiras aos Presidentes dos Conselhos de Ministros. Após a Abolição, contudo, sua posição mudou categoricamente, passando a defender o terceiro reinado com a Princesa Isabel.

Essa posição também é reveladora da sua opinião em relação a campanha republicana. Inicialmente, adotou um tom simpático e assim permaneceu até 1888 quando, então, passou a criticá-la e, após 1889, uma adesão imediata ocorreu.⁸ Os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto não receberam críticas por parte do periódico, o que teria justificado a não permanência de Agostini na sociedade. Conforme Gilberto Maringoni, após a Proclamação em “sucessivas edições exibem textos e desenhos que beiram a adulação aberta.”⁹ O sucessor, Prudente de Moraes, recebeu a mesma atenção dos antecessores. Dessa forma, em 1893,

⁷ BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 104.

⁸ As questões sobre as opiniões políticas da *Revista*, o apoio a causa abolicionista e ao Terceiro Reinado de Isabel e suas relações com as ideias republicanas podem ser verificadas em: LOPES, Aristeu. *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano*. Rio de Janeiro, 1868-1903. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

⁹ MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini. A imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Livraria, 2011, p. 156.

quando a guerra civil iniciou no Rio Grande do Sul, a *Revista* se pautou ao lado dos republicanos legalistas, ou seja, como o governo federal apoiava a causa castilhista, o periódico, por seu turno, também apoiou. Essa posição foi veiculada de forma aguerrida em muitos momentos, como será demonstrada a partir do próximo tópico.

A Revolução Federalista nas páginas da *Revista Illustrada*

A *Revista Illustrada*, como visto acima, noticiou o surgimento do conflito rio-grandense com certa desconfiança, sobretudo em relação as notícias recebidas via telegramas. Ao passar dos meses as principais repercussões da Revolução foram noticiadas e, embora não fosse uma cobertura semanal, o conjunto de informações publicadas nos textos e nas ilustrações é significativo.

No mesmo número que a suspeição sobre a guerra foi abordada, a seção “Pequenos Ecos” apontava que, de fato, um conflito bélico se iniciava no estado. Na nota destacava o “patriotismo e exemplar bravura do batalhão Tiradentes” que “indo se apresentar ao Presidente da República para marchar em defesa das instituições republicanas do Rio Grande do Sul”. A continuação do texto não apontava uma defesa dos legalistas, mas colocava que “o bravo general Silva Tavares resolveu abandonar o campo de ação.”¹⁰ Novo equívoco do periódico – talvez outra informação desencontrava enviada via telegrama – sobre o conflito,

¹⁰ *Revista Illustrada*, março de 1893, n. 658, p. 6.

já que, entre os meses de fevereiro e março ocorreram os combates do Salsinho e do Itaroquém, além de importantes movimentos nos municípios de Dom Pedrito e Bagé.¹¹

As ilustrações da página 8 desse número apresentavam os “retratos de alguns chefes revolucionários”. (Figura 01) Nos destaques centrais: Dr. Gaspar da Silveira Martins, General Silva Tavares e José Seraphim de Castilhos (Juca Tigre), acompanhados por Dr. Francisco da Silva Tavares, Dr. Barros Cassal, Rafael Cabeda, Gumercindo Saraiva, Gaspar Barreto, Coronel Joaquim Pedro Salgado, Capitão Honório Manoel R. de Macedo e Major A. F. Prestes Guimarães. O periódico não revelava a origem dos retratos, mas, certamente, eles receberam cópias de fotografias dos federalistas, as quais serviram de base para a produção das reproduções. Esse processo, denominado por Joaquim Andrade de “imagem híbrida”, era uma constante nos periódicos, sobretudo nas primeiras páginas, mas quase “nunca era declarado quando se tratava de utilizar fotografias.”¹² Os retratos dos federalistas, entretanto, receberam uma explicação na p.7.

Na nota chamavam a atenção dos leitores “para a página que damos hoje, dedicada aos retratos autênticos dos revolucionários do Rio Grande do Sul sob o comando do General Silva Tavares”. Geralmente as

¹¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Renascença/Edigal, 2012, p. 73-74.

¹² ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil*. A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus/Edições Biblioteca Nacional, 2004, p. 67.

ilustrações publicadas no periódico não necessitavam de explicações, os leitores entendiam os motivos que levaram o artista a produzir um desenho e estes sabiam “ler” a crítica ou a razão que influenciou o seu desenvolvimento. No entanto, os retratos dos revolucionários precisaram ser explicados para não gerar interpretações equivocadas sobre a posição da *Revista*, ou seja, tratava-se, meramente, de satisfazer a “curiosidade natural aos que acompanham o movimento do longínquo estado, desejando conhecer aqueles que se colocam a frente da revolução, cumprimos um dever de gentileza e cavalheirismo para com esses que tanto nos distinguem.”¹³

O texto, ao colocar que os retratos foram publicados para sanar a curiosidade dos seus distintos leitores sobre a guerra no “longínquo estado”, permite duas observações. A primeira, colocavam a guerra como um acontecimento distante da Capital Federal, que não os atingiria diretamente; talvez uma mensagem de tranquilidade aos leitores que ainda estavam sob os efeitos da Revolta da Armada de 1891. A segunda, os retratos dos líderes federalistas foram publicados como objetos de um gabinete de curiosidades, ou seja, não foram concebidos da mesma forma que muitos outros eram para as páginas da *Revista*, para homenagear a pessoa retratada.

As ilustrações, mesmo com o texto explicativo, não foram entendidas por parte dos seus leitores, sobretudo por aqueles de Porto Alegre. Conforme informavam no número 660, no texto intitulado: “A ‘Revista Illustrada’ no Rio Grande do Sul”:

¹³ *Revista Illustrada*, março de 1893, n. 658, p. 7.

Segundo telegramas recebidos do Rio Grande do Sul soubemos que foi ali completamente inutilizada a vitrine da Livraria Americana pela razão única de ser nela exposta a página da Revista *Ilustrada* onde se achavam reproduzidos os retratos dos principais revolucionários rio-grandenses.

Deixando de analisar esse procedimento incorretíssimo, de alguns políticos exaltados, cumpre-nos apenas lastimar a má impressão causada por esse ato impróprio do regime que temos e de uma sociedade culta.

Reproduzimos os retratos dos revolucionários rio-grandenses, como reproduzimos em nosso número transacto alguns outros dos principais comandantes das forças federais, procedemos de acordo com o nosso programa, que é satisfazer a curiosidade pública, sem preocupação política.¹⁴

A *Revista Ilustrada* não apóia governos, nem tão pouco necessita de combatê-los. Folha ilustrada, de caráter meramente humorístico, ela tem para todas as situações a verve da sátira, o espírito acerado da ironia, sem, todavia, descer nunca ao insulto ou a violência. Ameaçada ou perseguida pelos governos, ela tem-se empenhado só na defesa de ideias, que tem visto triunfantes.

Sendo assim, não vemos motivo para o desacato realizado em Porto Alegre e que só deu um resultado: esgotar-se a nossa edição e termos tido que fazer mais duas, sucessivamente... que se esgotaram.

¹⁴ Os líderes retratados na p.8, do n. 659, foram General Pego Júnior (Comandante do 6º Distrito Militar), General Hipólito Ribeiro e Tenente-Coronel Alfredo Barboza (Comandante do 6º de Cavalaria).

As violências dão sempre destes resultados. E, não falaremos mais nisso.¹⁵

Se no texto anterior, que explicava os motivos para a publicação dos retratos dos revolucionários, a *Revista* apontava que o objetivo era sanar a curiosidade dos leitores distintos sobre a guerra no longínquo estado, este caracteriza os rio-grandenses como violentos. Ao adjetivar a destruição da vitrine como um “procedimento incorretíssimo”, causada por pessoas exaltadas, que não sabem se comportar na sociedade republicana e culta, o periódico considerava-as como insultuosas e violentas. Essa concepção foi explorada nas ilustrações da página 8, nas quais concebiam uma leitura do episódio. (Figura 2)

É provável que a narrativa gráfica, produzida com base nas informações telegráficas, “aumentou” o acontecimento, destacando que a “respeitável casa comercial” foi “alvo de ruidosas manifestações a cacete e a pedradas”. A *Revista*, representada pelo seu personagem, destacava que a notícia foi recebida com inquietação e, inicialmente, tiveram a intenção de publicar uma “mensagem castilhista” para explicar “que não somos revolucionários e muito menos quebra vidraças”. A intenção em publicar os retratos se deu por que os seus nomes eram “diariamente publicados em toda a imprensa”.

Inicialmente é importante destacar que a “mensagem castilhista” ainda não deve ser considerada como um apoio, mas, sim, se tratava de uma ironia, ou seja, se o ataque ocorreu devido ao suposto apoio aos

¹⁵ *Revista Illustrada*, abril de 1893, n. 660, p. 2.

revolucionários, a resposta “castilhista” desanuviaria tal condição. O periódico tornava evidente essa forma irônica de noticiar a polêmica destruição da vitrine, mas sem perder, também, o lado cômico, enfatizado nos dois quadros seguintes. Nestes, afirmavam que “não tivemos mãos a medir edições sobre edições”, uma referência ao suposto interesse ao número com os retratos, algo que foi abordado também no texto citado acima. Por fim, “desde que não nos quebrem as costelas, continuem, impunemente, a assaltar as vitrines para despedaçar os números da Revista. Mais uma reclamesinha (sic), sim?”. Em outras palavras, a repercussão do ato deu maior visibilidade para o periódico e, se assim for, quebrando apenas vidros e não as costelas dos seus responsáveis, tais atos se tornariam positivos para ampliar a comercialização, com mais tiragens.

As ilustrações ainda permitem perceber uma situação nova. A legenda da segunda ilustração informava que a guerra no Rio Grande do Sul era assunto noticiado todos os dias pela imprensa da Capital Federal não restando dúvidas sobre o seu desencadeamento. Na medida em que as notícias mais substanciais eram publicadas, a *Revista* comentava, ora em textos, ora em imagens. Um exemplo está no número 663 no qual satirizavam a tentativa do Almirante Eduardo Wandenkolk de viajar para integrar as forças federalistas.¹⁶ A primeira página apresentava o

¹⁶ Todos os números da *Revista* entre os anos de 1893 e 1895 não apresentam o dia da sua publicação, apenas o mês e o ano. Apesar do número 663 ser atribuído ao mês de julho de 1893, ele não foi lançado nesse mês, uma vez que a tentativa dos

Presidente Marechal Floriano Peixoto observando uma ratoeira identificada como “Júpiter” e, dentro dela, o Almirante Eduardo Wandenkolk, metamorfoseado em um rato. (Figura 03) A legenda reforçava a sátira: “Acontecimentos no sul. – Ah! Encontramo-nos ou não nos encontramos!?... Eis aí no que dão as espertezas do rato”. O Almirante foi um dos signatários do “Manifesto dos 13 Generais”, que exigiu novas eleições logo após a renúncia de Deodoro da Fonseca em contraposição ao governo de Floriano Peixoto. Diante da ameaça, o presidente declarou estado de sítio, e “Wandenkolk foi reformado por decreto de 7 de abril de 1892, e, embora fosse senador da República, foi preso e enviado para Tabatinga, no alto Amazonas, onde permaneceu detido algum tempo junto com outros presos políticos.”¹⁷ Ao retornar ao Rio de Janeiro, assumiu a Presidência do Clube Naval.

Em novembro de 1893 Waldenkolk, e outros oficiais da Marinha, entre eles Custódio de Melo – responsável pela Revolta da Armada em setembro de 1893, na Capital Federal – dirigiu-se

para o Sul com o objetivo de se unir aos federalistas gaúchos, em guerra contra o governo do Rio Grande do Sul. O navio que Wandenkolk comandava, o *Júpiter*, foi aprisionado pelo cruzador *República* no litoral de Santa Catarina.

oficiais em integrar as forças federalistas ocorreu no mês de novembro de 1893.

¹⁷ SILVA, Izabel Pimentel da. *WANDENKOLK, Eduardo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 4. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/verbetes/primeira-republica> Acesso em: 08/12/2021.

Wandenkolk foi novamente preso e, dessa vez, levado para a fortaleza de Santa Cruz, em Niterói.¹⁸

Essa era a narrativa apresentada aos leitores na primeira página e continuada nas páginas 4 e 5 nas quais eram desenhados os principais assuntos da semana, entre eles, o aprisionamento do navio do Almirante. (Figura 04) Inicialmente, o personagem símbolo da *Revista* lê em um jornal a notícia da mal sucedida tentativa do Almirante de chegar ao sul. Com uma expressão de espanto, o personagem “olha” para o quadro ao lado, com o desenho do navio *Júpiter*. A legenda explicava que “O Almirante Wandenkolk depois de haver tomado o pacote “*Júpiter*”, da companhia frigorífica, entrava pela cidade do Rio Grande!”.

A informação, contudo, não estava correta, uma vez que o navio foi, como visto acima, interceptado no litoral catarinense, e não na cidade de Rio Grande, localizada no sul do estado e seu principal porto de acesso por mar. Provavelmente, o equívoco tenha sido causado, mais uma vez, pelas informações equivocadas enviadas via telégrafo. O último quadro abordava essa situação, com o personagem da *Revista* com uma rolha na boca: “Procuramos obter maiores detalhes, porém... O telégrafo emudeceu por ordem do governo”. O periódico, talvez não propositalmente, fazia uma crítica

¹⁸ Ibidem.

ao governo, embora se mantivesse em apoio à gestão florianista.¹⁹

Até agosto de 1893 a *Revista* noticiou a Revolução sem apontar, com clareza, a defesa da causa castilhistas. A tentativa dos oficiais de integrarem as forças federalistas foi explorada muito mais como uma forma de satirizá-los do que uma crítica à revolução no sul. Wandenkolk na primeira página, como um rato, era uma referência à sua oposição ao governo florianista, não uma sátira aos federalistas. O último número da *Revista* nesse ano foi o 666, referente ao mês de outubro.²⁰ O periódico somente retornaria a sua circulação, com o número 667, em novembro de 1894, tendo publicado apenas cinco números até o encerramento desse ano.

O retorno da *Revista* destacava que continuavam “no gozo da mais perfeita saúde, graças a sua inexorável verve, que a preserva de todas as tristezas e dissabores. Continua a ter o mesmo programa da primitiva e a dispor de todos os elementos que podem assegurar o seu

¹⁹ Importante destacar que nos anos da gestão de Floriano Peixoto a imprensa enfrentou atos de censura e jornalistas foram presos e enviados para o norte do país. Sobre a censura e a perseguição a imprensa e seus jornalistas, ver: SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001. PINTO, Mirella Ribeiro. *Entre crônicas e folhetins. A literatura de Olavo Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa (1893-1894)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

²⁰ Como destacado em nota anterior, os meses identificados no periódico nem sempre correspondem, de fato, aos meses nos quais os números foram lançados.

bom êxito.”²¹ Esse número não apresentava uma explicação sobre o porquê da ausência nos meses anteriores. Os objetivos da *Revista* igualmente foram destacados na nota de retorno: “Auxiliar as boas causas, popularizar as ideias úteis e comentar os principais acontecimentos, dando sobre eles uma nota alegre e divertida, que o público aprecie e lhe causa prazer”. Nenhuma referência às questões políticas, mas o tom do periódico em seu retorno era diferente daquele verificado nos números anteriores no que se refere à guerra no Rio Grande do Sul.

Novamente a crítica era dirigida a outro membro da Marinha que passou a integrar as forças federalistas: Luis Felipe de Saldanha da Gama. O periódico continuava abordando as principais notícias da semana em seus desenhos nas páginas 4 e 5 e, em uma das ilustrações, apresentava Gaspar da Silveira Martins “assoprando” Saldanha da Gama que “parece quer passar a dita, a pé, de botas e tudo mimado pelo sopro mavórcio de certo político. Veja-se lá, não se espete!”. (Figura 5) O ex-almirante aparece com um nariz avantajado, vestindo um casaco com dragonas, em uma referência ao seu passado militar, e com botas com esporas – que compõem a indumentária do gaúcho. Na cabeça, uma coroa, o que denotava sua suposta simpatia monárquica – uma associação ao tipo de “vento” que era soprado por Silveira Martins, já que ele foi considerado pelos opositores como simpático da Monarquia. Segundo Steven Topik, a suposta declaração monarquista atribuída à Saldanha da Gama nunca ficou clara: “supostamente, ele estava protestando apenas

²¹ *Revista Illustrada*, novembro de 1894, n. 667, p. 2.

contra as origens militares da República e argumentou, em outro manifesto [...] um plebiscito quanto à forma que a República deveria assumir (presidencialista ou parlamentarista) e não sobre a possibilidade de um retorno à monarquia”.²² Já em relação à Revolução no Rio Grande do Sul, como salienta Sergio da Costa Franco, não tinha como meta a restauração monárquica, a ideia central era o “esmagamento do castilhismo, apontado como uma encarnação de uma tirania opressiva, cruel e desligada da opinião pública.”²³ Dessa forma, o tema da restauração monarquista foi utilizado muito mais como uma forma retórica, para atacar e desacreditar o inimigo, do que, de fato, uma causa defendida pelos revolucionários fossem os do Rio de Janeiro ou àqueles do Rio Grande do Sul.

No entanto, como o passado político de Silveira Martins e seu vínculo com a Monarquia Brasileira eram muito recentes, suspeitas sobre suas intenções políticas foram exploradas. Em 1889 ele foi convocado por Dom Pedro II para assumir a Presidência do Conselho de Ministros, mas, no deslocamento entre o Rio Grande do Sul e a Corte, foi “surpreendido pela Proclamação da República, que o fez exilado político na Europa”.²⁴ Ao retornar se tornou uma das principais lideranças políticas do estado e adversário de Júlio de Castilhos,

²² TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras*. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). Trad. Angela Pessoa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 257.

²³ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996, p. 135.

²⁴ PICCOLO, Helga I. L. *Vida Política no Século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 65.

mas suas intenções estavam direcionadas ao seu retorno à arena política, agora republicana.

O desenho ainda aborda outra referência a Revolta da Armada, com a colocação dos navios. Há dois formatos de navios na ilustração, um mais realista e outro remetendo aos navios feitos de papel. Os dois primeiros aludem aos navios de revoltosos e os dois últimos se referem à Esquadra Legal, também conhecida como Esquadra Flint,²⁵ adquirida às pressas nos Estados Unidos. Conforme Gabriel Pereira, ela “foi ridicularizada pela imprensa brasileira como a ‘Esquadra de Papelão’.”²⁶ Ao considerar o histórico da *Revista* em relação ao seu apoio ao governo é muito improvável que a identificação dos navios dessa forma fosse uma crítica, provavelmente, era uma referência a

²⁵ Trata-se de Charles R. Flint, que intermediou a compra dos navios. Conforme João Paulo Alsina Junior: “Também conhecida como “esquadra legal” ou “esquadra de papelão”, foi comandada pelo almirante reformado Jerônimo Gonçalves e guarnecida fundamentalmente por mercenários norte-americanos, muitos ex-componentes da marinha dos EUA. Sua aparição tardia na capital, em 10 de março de 1894, não mudou os rumos da Revolta da Armada – duramente enfraquecida por meses de desgaste do material flutuante e pelo fracasso da tentativa de tomada da cidade de Niterói, em 9 de fevereiro”. ALSINA JUNIOR, João Paulo. *A Esfinge e o Tridente: Rio-Branco, Grande Estratégia e o Programa de Reaparelhamento Naval (1904-1910) na Primeira República*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, 2014, p. 139.

²⁶ PEREIRA, Gabriel Terra. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)*. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2009, p. 128.

forma como a esquadra era noticiada – ou ridiculariza, de acordo com autor – nos jornais. Apesar das considerações da imprensa – e da própria *Revista* – a esquadra cumpriu o seu objetivo, ou seja, conseguiu impedir “que os rebeldes da marinha e os Federalistas unissem forças”.²⁷

Já no número 671, de dezembro de 1894, o lado apoiado pela *Revista* começava a se tornar mais nítido. Na página 8 uma ilustração tratava da coluna “Cousas Políticas”, de Ferreira de Araújo, publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. (Figura 6) Conforme o periódico, o articulista “deu a nota do dia, chamando: ‘os revoltosos devem ser tratados como revoltosos’, e espantando os canards [patos] políticos que já começavam a esvoaçar. Muito bem!”. O desenho trazia o colunista, com pena na mão, e esvoaçando vários patos com as páginas do jornal. Os animais estavam identificados com as palavras: sentimentalismo, canards, boatos, telegramas falsos, revoltosos, saldanhismo, jesuitismo, restauração, sebastianismo, custodismo, gasparismo e puffs.

O conjunto de palavras revelava todas as causas das quais a *Revista* se colocava como combatente, em uma clara alusão ao seu apoio ao governo. Entre os patos, aqueles do jesuitismo e da restauração, estavam adornados com um chapéu eclesiástico e com uma coroa, respectivamente. Ambos, assim como o sebastianismo, estavam vinculados ao passado monárquico, marcado, em especial, pela relação entre igreja e estado,

²⁷ TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras*. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). Trad. Angela Pessoa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 311.

instituições que foram separadas quando da Proclamação da República. Outros identificavam líderes de movimentos bélicos de oposição aos governos republicanos: Saldanha da Gama, Custódio de Melo e Gaspar Silveira Martins. Ainda, é possível que outros três fossem uma crítica a imprensa de oposição que espalhava, na concepção dos responsáveis pela *Revista*, boatos e baforadas (do inglês, *puffs*), além de agirem com sentimentalismo. Nota-se, mais uma vez, a questão dos telegramas, adjetivados como falsos.

Essa relação adesista ao governo ficou nítida ao adentrar o ano de 1895 quando uma saudação ao Presidente de Prudente de Moraes, no cargo havia dois meses, foi publicada. O texto, intitulado “Pela política”, tornava clara a posição do periódico não apenas em relação ao governo do novo presidente, mas, igualmente, sobre a guerra no Rio Grande do Sul:

Subindo ao poder em circunstâncias difíceis e afirmando a sua solidariedade com o governo do marechal Floriano Peixoto, que salvara a República do assalto de todos os seus inimigos coligados, o Dr. Prudente de Moraes tem ido com muita moderação estudando os fatos, resolvendo os problemas, mantendo-se num certo equilíbrio, que, embora não agrade a alguns republicanos mais decididos, todavia lhe vale os doéstos dos caudilhos, que, a força, querem assaltar o poder como se vê dos *interwies* e manifestos dos Srs. Silveira Martins, Custódio, Saldanha e outros.²⁸

²⁸ *Revista Illustrada*, janeiro de 1895, n. 674, p. 2.

Retornando ao texto publicado em abril de 1893, por ocasião da quebra da vitrine da Livraria Americana em Porto Alegre, e comparando-o com este, é nítido que o tom mudou. Naquele, afirmavam que a *Revista* é uma folha ilustrada e humorística, não apóia nem combate governos, possui um espírito irônico, não insulta, não defende violência e tem se empenhado na defesa de ideias. Neste, o periódico defende o governo do atual presidente, faz uma observação positiva ao anterior que salvou a República dos assaltos dos inimigos, exalta a posição examinadora, cuidadosa e equilibrada de Prudente de Moraes enquanto seus inimigos são caudilhos, desonrosos, que, a força, tentam tomar o poder. Nomeadamente, dois importantes membros das forças federalistas são citados ao lado de um dos líderes da Revolta da Armada. Esse foi o tom adotado pelo periódico ao longo do ano de 1895, com críticas contundentes aos federalistas até o final da guerra e uma defesa aguerrida do presidente Prudente de Moraes e de seus aliados, entre os quais Júlio de Castilhos.

O apoio ao presidente e aos republicanos legalistas em guerra no Rio Grande do Sul também é verificado no número 684, que abordou a Mensagem Presidencial, em razão dos seis meses de governo, a qual foi lida por Prudente de Moraes no Congresso. Na página 2 uma matéria assinada por Júlio Verim elogiava o conteúdo, que mereceu “um rumor de aplausos” e “inequívocas manifestações de agrado”. A Revolução, ainda em curso no Rio Grande do Sul, foi comentava implicitamente:

Nossos leitores já conhecem esse documento, e como nós terão experimentado a satisfação de ver

a República enveredada pelo verdadeiro caminho, que é o conagraçamento de todos os republicanos e de todas as classes sinceramente devotadas à ordem e às instituições, não se tendo blandícias com os que de armas na mão pretendem lançar a República no caminho das aventuras e das desgraças, com plebiscitos, com reformas extemporâneas e com ocultos pensamentos de restauração.²⁹

A guerra no Sul é caracterizada como responsável por colocar a República no caminho das aventuras e das desgraças e, novamente, há uma clara tentativa de associar o movimento com a monarquia, da mesma forma que foi verificado acima, nos números de 1894 analisados. O conflito, contudo, fez parte da mensagem do presidente, conforme assim identificou o jornal na narrativa em quadros intitulada “A Mensagem”, nas páginas 4 e 5. (Figura 7)

O documento, apresentado ao Congresso Nacional em 03 de maio de 1895, abordou vários temas da política brasileira em voga naquele momento, entre outros, as relações diplomáticas, questões sanitárias e as discussões sobre fronteiras e territórios em litígios. Ainda, outros conflitos também foram tratados: “São de domínio público os sucessos políticos, de feição diversa, que se verificaram em alguns estados, quer durante o período governamental transacto, quer já em minha administração.”³⁰ Apesar da diversidade de assuntos

²⁹ *Revista Illustrada*, [?] de 1895, n. 684, p. 2.

³⁰ DE MORAIS BARROS, Pudente. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 07. Disponível em:

abordados os desenhos sobre a Mensagem priorizaram a guerra no Sul.

A legenda do quarto quadro destacava, entre aspas: “Como meio de reduzir as forças revolucionárias concedi indulto das penas, etc” e complementava com “Passei-lhes a mão na cabeça”. Apesar de a legenda apresentar aspas na primeira frase, indicando que o trecho entre elas se refere à mensagem presidencial, não se trata de uma citação direta do documento e, sim, uma síntese da passagem. Já a segunda frase não consta na mensagem, ou seja, o suposto afago causado pela clemência presidencial era uma interpretação da própria *Revista*, conforme o desenho.

No quadro ao lado, surgem os revolucionários, sendo que dois deles estão vestidos com indumentária que os identifica como gaúchos: chapéu, lenço no pescoço e botas com esporas. Ainda é notado que ambos carregam armas brancas, outra referência explícita ao conflito, já que muitos soldados federalistas eram oriundos do trabalho rural, sobretudo daquele realizado nas estâncias.³¹ Os braços levantados, em agradecimento, supostamente se referem ao indulto sobre o qual foram informados após ler tal informação nas páginas de um jornal. A legenda sugere que a clemência presidencial, assim como uma resolução final, é necessária para sanar

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-prudente-de-Morais-1895/view> Acesso em: 10/12/2021.

³¹ GUAZZELLI, Cesar. Pois então degola: representações da barbárie sobre campeiros e milicianos no século XIX. *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v. 10, 2004, p. 49-59.

as despesas com a guerra, conforme o presidente destacou em sua fala: “A revolução no Sul, continua a ser fonte inesgotável de explorações políticas e financeiras contra a república”. Essa legenda, assim como as seguintes, foi extraída, praticamente, da mesma forma como constava no documento original. Assim, ao repetir os trechos, o periódico enfatizava seu apoio ao governo, já que o discurso em relação aos federalistas exposto pelo presidente foi ratificado nos desenhos e nas legendas.

Tal ponto de vista retoma dois assuntos já abordados em outras páginas do periódico: a participação de Saldanha da Gama e o suposto tom restaurador monarquista da Revolução. Montado no canhão está o Almirante, em trajes civis, mas de botas com esporas e espada em riste, ou seja, a relação com o Rio Grande do Sul enquanto a coroa na cabeça o identificava como defensor da Monarquia. Ainda, ele está montado em um canhão, possivelmente uma referência ao seu passado recente, já que tiros foram trocados dos encouraçados com os fortes do Rio de Janeiro, se destacando uma “batalha sangrenta na Ponta da Armação, em Niterói.”³² Segundo Hebe Mattos, após esse episódio, “os navios revoltosos deixaram a Baía de Guanabara e se dirigiram ao sul do país.”³³

Ao seu lado, outra liderança da guerra, possivelmente Gumerindo Saraiva, montado em seu cavalo e também com espada na mão. No caminho de

³² MATTOS, Hebe. A vida Política. In: SCHWARCZ, Lília (Coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 99.

³³ *Ibidem*.

ambos, a alegoria feminina da República, com os braços levantados e com as palmas das mãos voltadas contra os adversários, impedindo-os de avançar. No quadro seguinte está o presidente Prudente de Moraes, carregando a bandeira com a inscrição: “Constituição 24 de fevereiro”, com a qual expulsaria todos os adversários da República no caminho à sua efetivação. No quadro final a *Revista*, representada pelo seu personagem, parabeniza a mensagem: “Muito bem! Bravos à patriótica mensagem que ficará gravada em letras de ouro nos anais da Pátria Brasileira”.

No mesmo mês que o teor da mensagem inspirou o artista da *Revista* na produção de seus desenhos, as tratativas para um possível fim da guerra se iniciavam no Rio Grande do Sul. Conforme Sérgio da Costa Franco, em fins de maio

O General Inocêncio Galvão de Queiroz, novo comandante do 6º Distrito Militar, atendendo ordens do presidente da República, Prudente de Moraes, dirige-se ao General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), propondo a realização de uma conferência de paz.”³⁴

A reunião tardaria para ocorrer, mas a proposta do encontro entre os dois generais no Rio Grande do Sul foi notícia na Capital Federal, conforme indica um desenho do periódico veiculado no número 690, de julho de 1895. (Figura 08)

³⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Renascença/Edigal, 2012, p. 111.

No desenho, os dois generais estão “jogando a bisca em família, não como beligerantes, mas como simples amadores. Vamos a ver quem leva o capote!”. No fundo, Silveira Martins espia o jogo. A presença furtiva poderia indicar que, de fato, era ele quem estava dando as cartas no jogo. Por outro lado, ao colocar que se tratavam de jogadores amadores, o periódico levantava uma certa suspeita na concretização de um futuro acordo de paz, já que a guerra no Rio Grande do Sul deveria ser encerrada não somente a partir de discussões militares entre os generais, mas também com um acordo político – como indica a figura esgueirada de Silveira Martins.

A paz no Rio Grande do Sul foi acordada no mês seguinte à publicação desse número do periódico, em 23 de agosto. *A Revista Illustrada* anunciava o fim da guerra com o retrato de Júlio de Castilhos na primeira página, ornado com a constituição Federal e a estadual. (Figura 09) A legenda exaltava o homenageado: “Dr. Júlio de Castilhos. Governador do Rio Grande do Sul enérgico e intemerato republicano, que muitos e bons serviços têm prestado as instituições vigentes.” Já o texto publicado na página dois, com o título: “A Paz. Uma era de regozijo nacional”, além de distinguir Castilhos, incluía no conagraamento seus aliados:

A paz no Sul, conseguida, nos termos da Mensagem, pelos perseverantes esforços do Dr. Prudente de Moraes, eficazmente auxiliado pelos seus ministros, pelo benemérito governador do Rio Grande do Sul e pela opinião pública, é um acontecimento tão auspicioso, de resultados tão transcendentales, que as palavras mais

entusiásticas dificilmente poderão definir todos os seus benefícios e promissores resultados.³⁵

O discurso defendido pelo periódico colocava o presidente e o governador como os dois protagonistas responsáveis pela pacificação, que havia se tornado um problema nacional. Vale destacar, contudo, que neste texto os adversários também foram citados, mas em tom bem mais ameno do que aquele verificado nos números anteriores: “Os revolucionários, depondo as armas, confiados na justiça do governo e do congresso, por esse ato bem merecem também da pátria, que há de saber corresponder-lhes”. Castilhos, contudo, era apontado como o protagonista que batalhou para alcançar a paz “nunca se recusou a sacrifícios para tornar uma realidade essa grande aspiração nacional”. O texto, alinhado com o retrato na página 1, enfatizava a relevância do presidente e não apontava nenhuma relação aos generais que assinaram o ata de Pacificação. A importância dada a Castilhos apontava para a solução de um conflito que foi, preponderantemente, ocasionado pelas disputas políticas enquanto os confrontos bélicos foram tão somente os seus desdobramentos.

As notícias sobre o final da guerra no estado foram celebradas na Capital Federal. No mesmo número 694, nas páginas 4 e 5, Prudente de Moraes foi apresentado aos leitores como o grande responsável pela pacificação. (Figura 10) Na ilustração ele aparece com a notícia sobre a paz na mão, mostrando-a ao povo, que comemora a boa nova. Ele, no entanto, está com sua cabeça voltada para a alegoria feminina da república

³⁵ *Revista Illustrada*, agosto de 1895, n. 694, p. 2.

indicando-lhe, com o outro braço, o contentamento das pessoas: “A paz e o júbilo nacional. O Dr. Prudente de Moraes consegue, depois de perseverantes esforços oferecer à República Brasileira o precioso dom da paz. Parabéns à S. Exma., ao heróico estado do Rio Grande, à Pátria e a quantos auxiliaram em obra tão meritória! Viva a República!” É nítido nessa imagem, e na legenda, que o periódico considera o presidente como o grande pacificador, que possui o “dom da paz”, e que, ao alcançá-lo, proporcionou grande alegria à população enquanto a República pode ficar sossegada a partir de agora.

As festas pela pacificação, entretanto, não foram totalmente pacíficas, conforme o periódico. No mesmo número da celebração as ilustrações na página 8 trataram das atividades festivas. (Figura 11) As comemorações foram realizadas na Rua do Ouvidor, uma das principais do Rio de Janeiro, com concentração de redações de jornais, lojas de artigos de luxo e estabelecimentos comerciais. No entanto, a rua não estava tão pacificada. A *Revista* fazia um trocadilho com a palavra pacificação, informando que as festas estavam mais para uma “pau...cificação”. Em outros lugares, entretanto, foram verificados “festas, brindes, etc”. Por fim, uma referência a ação da “divina providência” que, com uma “chuva tão torrencial, quanto pacificadora” acalmou os exaltados.

A *Revista Illustrada*, com a publicação do número 694, confirmava as posições já expressadas em outros momentos em relação aos governos de Prudente de Moraes e Júlio de Castilhos. Ainda, outras duas constatações são averiguadas. Primeira, a guerra civil se tornou um tema relevante para a redação e, com o seu

final, um número inteiro foi dedicado à pacificação, celebrada em suas ilustrações. Segunda, a solução do conflito no Rio Grande do Sul era apontada como fundamental para a consagração da República Brasileira, ou seja, a Revolução se tornou um assunto nacional. Agora, pacificado, o Brasil enveredaria no caminho da paz nacional e republicana.³⁶ A *Revista*, contudo, ignora no momento da pacificação – de forma muito parecida com o que se constatou nos textos e nas ilustrações anteriores – que a guerra possuía intensa relação com as desavenças políticas locais:

Agindo dessa forma, o jornal parece ignorar, propositalmente, que a guerra no Sul ocorreu entre dois grupos que disputavam o poder no Estado e que cada um tinha seus argumentos e motivações; um, o grupo de Castilhos, para permanecer no poder e o outro, de seus opositores, para retirá-lo e substituí-lo por um de seus representantes.³⁷

Outra constatação, que incorpora as duas anteriores, aponta para uma diferença significativa entre o que foi abordado no começo da cobertura da Revolução realizada pelo periódico, em 1893, tratando-a como uma “curiosidade natural” dos leitores que acompanhavam o “movimento do longínquo estado”, e como ela foi encerrada, com muita comemoração. O temor por uma possível retomada da guerra, contudo,

³⁶ A paz, contudo, logo terminaria com o surgimento de outro conflito civil, a Guerra de Canudos na Bahia, no ano seguinte.

³⁷ LOPES, Aristeu. Entre o elogio e a sátira: Júlio de Castilhos nas páginas da imprensa ilustrada do Rio de Janeiro nos anos 1890. *Fênix* (UFU. Online), v. 8, 2011, p. 08-09.

foi abordado no número seguinte entre as ilustrações que tratavam das notícias da semana, nas páginas 4 e 5. (Figura 12)

Conforme comentavam, a partir dos jornais do sul, “as últimas notícias não são lá muito para que digamos” Será verdade tudo quanto se refere?” A explicação está nos quadros seguintes, nos quais duas interrogações fundamentais à pacificação necessitavam de respostas: “O General Galvão terá só blandícias e atenções para com os senhores federalistas? Estará ainda em armas o exército libertador?”. Provavelmente, o periódico questionava a questão da anistia, prometida pelo governo de Prudente de Moraes mas, conforme o documento que resultou no fim do conflito, somente seria concedida pelo Congresso Nacional, o qual “pode conceder, e concederá, provavelmente, desde que os rebeldes depuserem as armas visto já lhes ter negado por se acharem eles de armas na mão”.³⁸

O último desenho apresentava Silveira Martins, com uma expressão de irritação, amassando o *Echo do Sul*, jornal rio-grandino e defensor dos federalistas.³⁹ A legenda explicava e fazia uma terceira pergunta: “A

³⁸ Ata de Pacificação do Rio Grande do Sul, 23 de agosto de 1895. Citada em: FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Renascença/Edigal, 2012, p. 112-113.

³⁹ Sobre o *Echo do Sul*, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: Editora da FURG, 2001. ALVES, Francisco das Neves; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Echo do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

julgar pelo que diz o Echo do Sul o chefe dos revolucionários parece-nos pouco pacificado. Então, em que ficamos?” Embora com a pacificação, o que significava o fim oficial da guerra, as desavenças políticas não terminaram no estado. O “chefe dos revolucionários”, no entanto, optou por não seguir na arena política após 1895 e “buscou exílio no Uruguai, falecendo em 1901 em Montevideo.”⁴⁰ Já a oposição a Júlio de Castilhos foi mantida até sua morte, em 1903, e depois transferida para Borges de Medeiros, seu herdeiro político. Contrariando a interrogação provocativa do periódico, Silveira Martins se pacificou, assim como o “exército libertador”. O Rio Grande do Sul somente retornaria para um contexto bélico três décadas depois, com outras lideranças militares e revolucionárias, mas igualmente protagonizado pelas disputas políticas.

Considerações finais

A Revolução Federalista de 1893 ocorreu em um momento no qual a *Revista Illustrada* estava marcada por um explícito apoio aos governos de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes. Se a intenção no começo da guerra, em 1893, era satisfazer a curiosidade dos leitores, aos poucos, com o desenvolvimento e a prorrogação do conflito nos dois anos seguintes, os acontecimentos no

⁴⁰ ROSSATO, Monica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, 2014, p. 152.

Sul foram se tornando cada vez mais frequentes no periódico.

A defesa das gestões presidenciais estava associada com outra, a da República e, dessa forma, tudo que fosse contrário ao ideário republicano era rechaçado, o que explica sua posição crítica em relação aos adversários de Júlio de Castilhos. A Revolução, além de opositora à República, também era considerada um entrave para a unificação do Brasil, já que a guerra havia se tornado um conflito nacional – vale ressaltar que os combates se ampliaram para os estados de Santa Catarina e Paraná.

A guerra civil no Rio Grande do Sul é um tema que ainda permite novas pesquisas e a produção de imagens sobre ela é uma possibilidade para gerar interpretações originais. Os textos e as ilustrações da *Revista Ilustrada*, apesar de valorizar um dos lados da guerra, é um exemplo relevante. A análise do conjunto de informações veiculadas nos números acima averiguados proporciona compreender os desdobramentos e as repercussões da Revolução a partir do ponto de vista dos jornalistas e dos artistas que estavam no “longínquo estado” do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ALSINA JUNIOR, João Paulo. *A Esfinge e o Tridente: Rio-Branco, Grande Estratégia e o Programa de Reaparelhamento Naval (1904-1910) na Primeira República*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, 2014.

ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Echo do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: Editora da FURG, 2001.

ALVES, Francisco das Neves; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Echo do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotoreportagem no Brasil*. A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus/Edições Biblioteca Nacional, 2004.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: UNICAMP, 2009.

DE MORAIS BARROS, Pudente. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 07. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-prudente-de-Morais-1895/view> Acesso em: 10/12/2021.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Renascença/Edigal, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996, p. 135.

GUAZZELLI, Cesar. Pois então degola: representações da barbárie sobre campeiros e milicianos no século XIX. *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v. 10, 2004, p. 49-59.

LOPES, Aristeu. *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano*. Rio de Janeiro, 1868-1903. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

LOPES, Aristeu. Entre o elogio e a sátira: Júlio de Castilhos nas páginas da imprensa ilustrada do Rio de Janeiro nos anos 1890. *Fênix* (UFU. Online), v. 8, 2011, p. 01-20. LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini*. A imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910. São Paulo: Devir Livraria, 2011.

MATTOS, Hebe. A vida Política. In: SCHWARCZ, Lilia (Coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-131.

PEREIRA, Gabriel Terra. *A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898)*. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2009.

PICCOLO, Helga I. L. *Vida Política no Século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

PINTO, Mirella Ribeiro. *Entre crônicas e folhetins*. A literatura de Olavo Bilac e a repressão de Floriano Peixoto à imprensa (1893-1894). Dissertação (Mestrado

em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. *Revista Ilustrada (1876/1898), síntese de uma época*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

ROSSATO, Monica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SILVA, Izabel Pimentel da. WANDENKOLK, Eduardo. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 4. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/verbetes/primeira-republica> Acesso em: 08/12/2021.

TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras*. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). Trad. Angela Pessoa. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

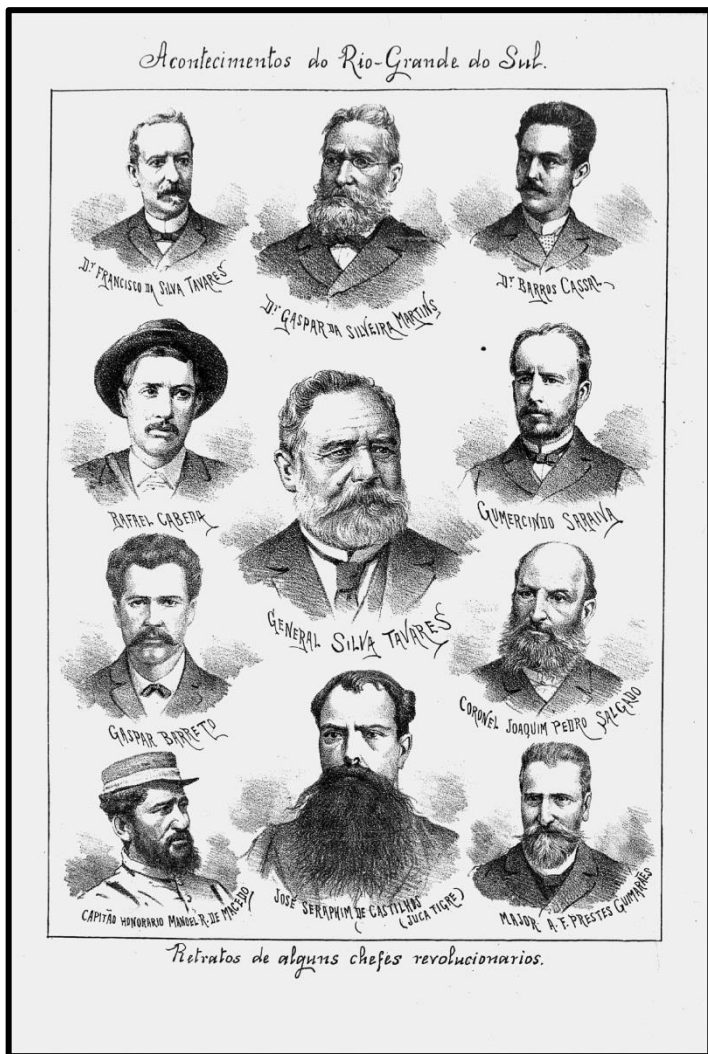


Figura 01: Retratos de alguns revolucionários
Fonte: Revista Illustrada, Rio de Janeiro, nº658, p. 8, março de 1893. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional

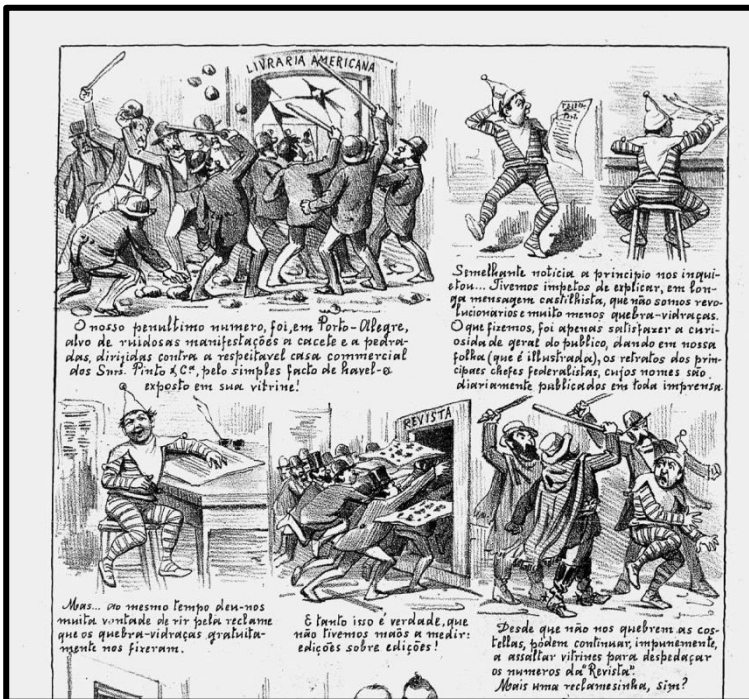


Figura 02: A Revista Illustrada na Livraria Americana
Fonte: Revista Illustrada, Rio de Janeiro, n°660, p. 8, maio de 1893. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional

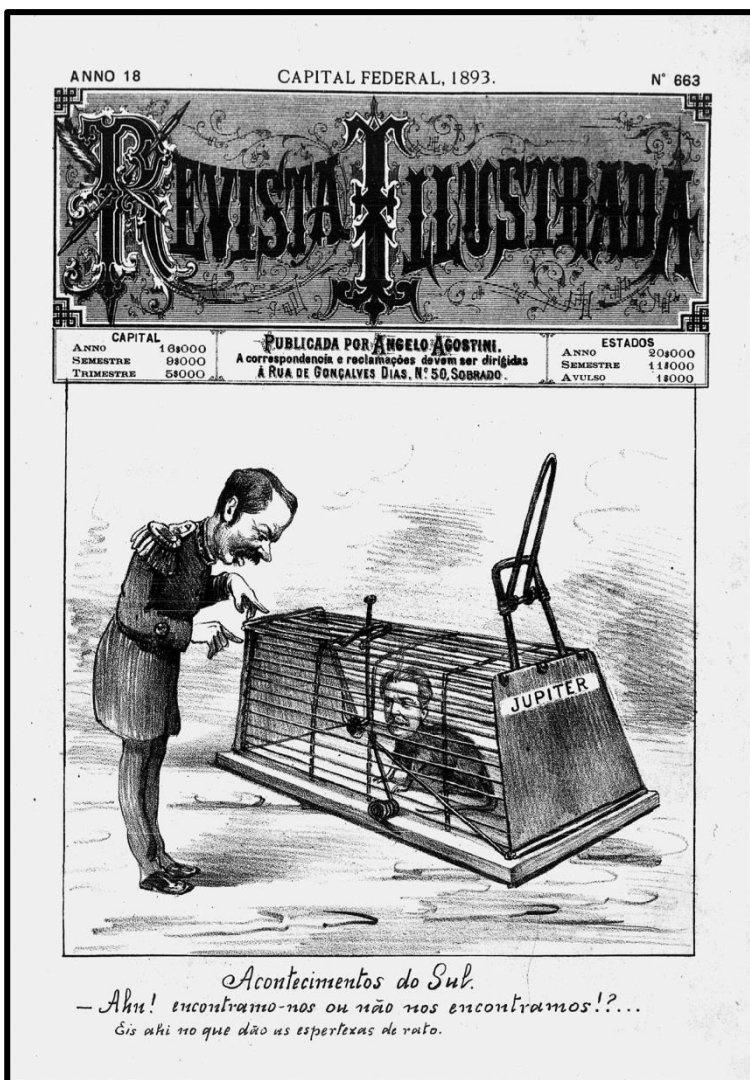


Figura 03: Acontecimentos no Sul

Fonte: *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, n°663, p. 1, julho de 1893. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional



Figura 04: Almirante Eduardo Wandenkok capturado
Fonte: *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, nº 663, p. 4-5, julho de 1893. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional

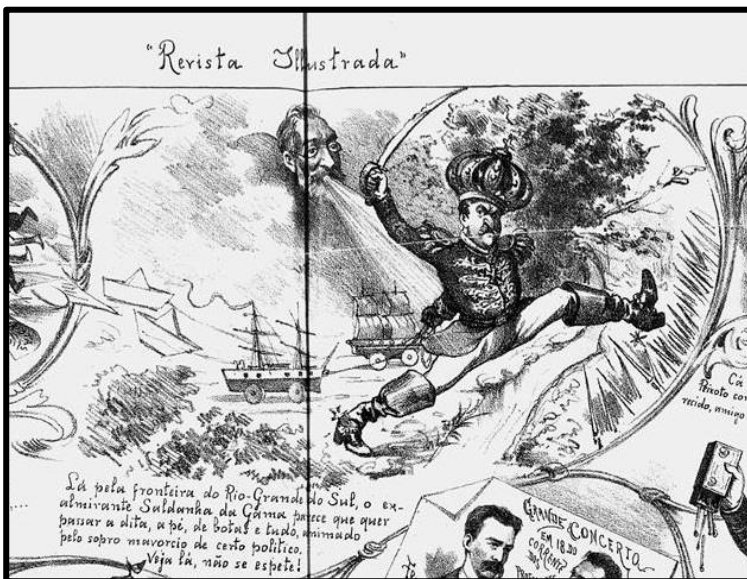


Figura 05: O sopro mavórcio
Fonte: Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, n°670, p. 4-5,
dezembro de 1894. Acervo: Hemeroteca Digital
Brasileira/Biblioteca Nacional

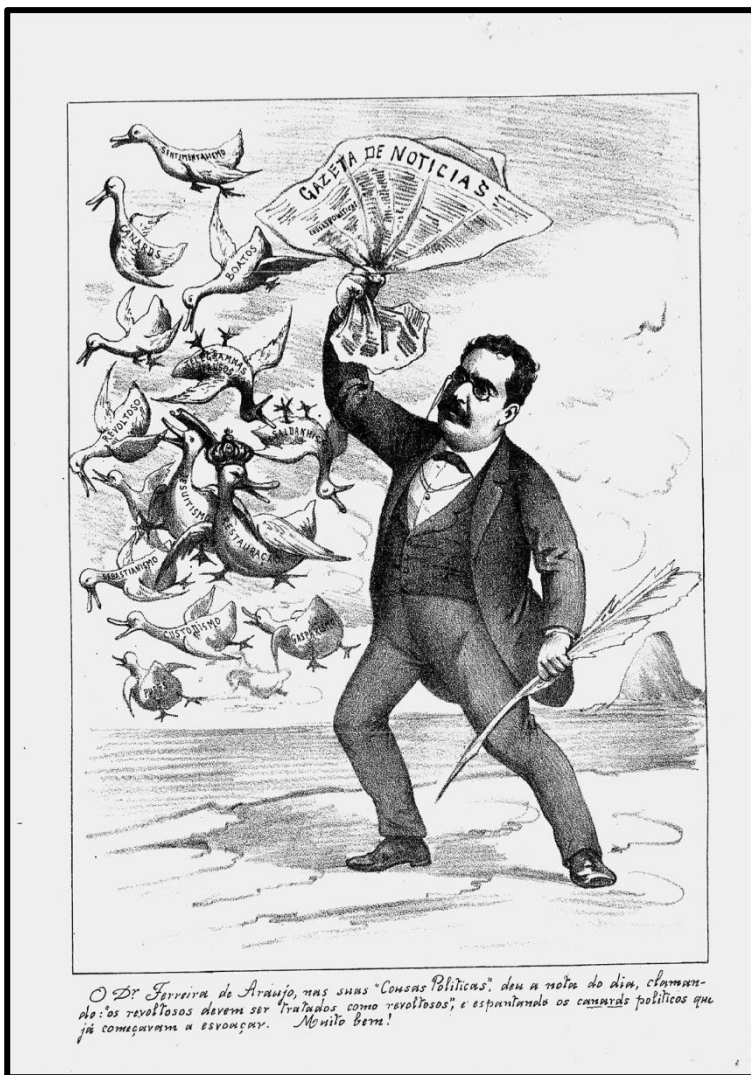


Figura 06: Espantando os cannards políticos
Fonte: Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, nº671, p. 5,
dezembro de 1894. Acervo: Hemeroteca Digital
Brasileira/Biblioteca Nacional

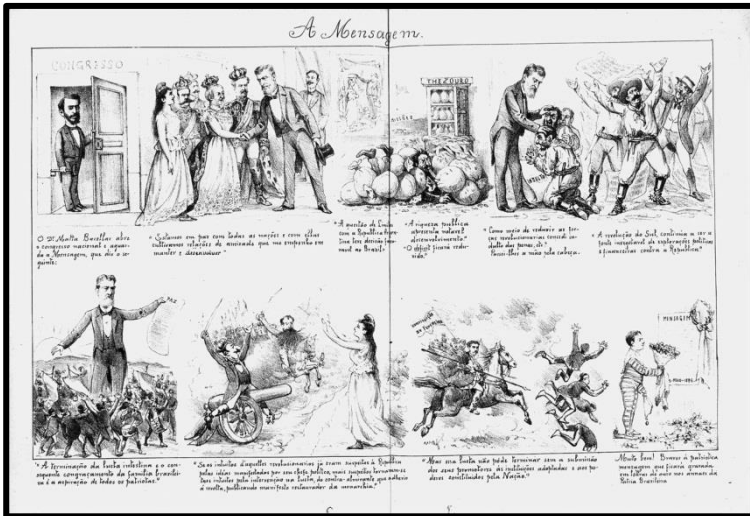


Figura 07: A Mensagem

Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, nº 684, p. 4-5, [?] de 1895. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional

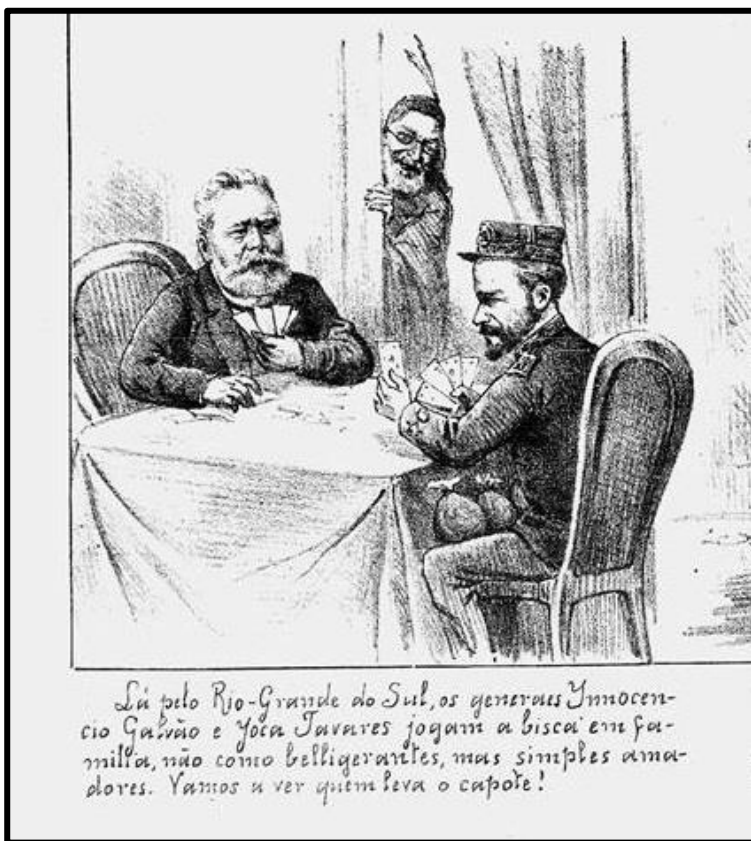


Figura 08: Jogando a bisco

Fonte: Revista Illustrada, Rio de Janeiro, nº690, p. 4-5, julho de 1895. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional



Figura 09: Retrato de Júlio de Castilhos
Fonte: Revista Illustrada, Rio de Janeiro, n°694, p. 1,
setembro de 1895. Acervo: Hemeroteca Digital
Brasileira/Biblioteca Nacional

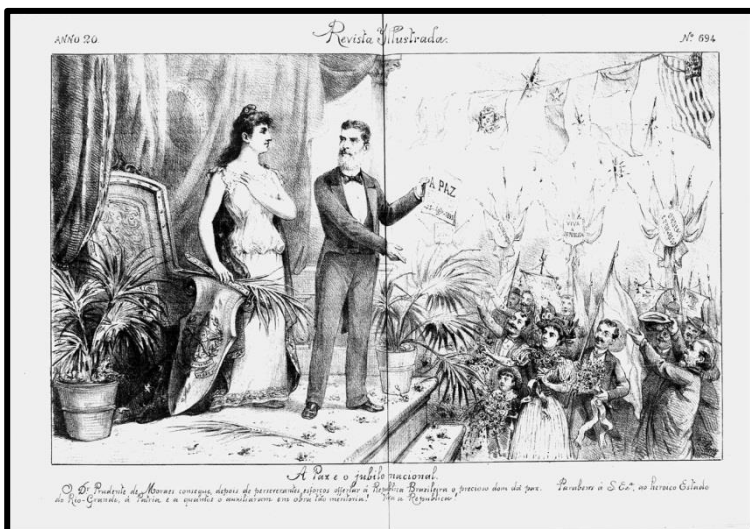


Figura 10: A paz e o júbilo nacional
Fonte: Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, n°694, p. 4-5,
setembro de 1895. Acervo: Hemeroteca Digital
Brasileira/Biblioteca Nacional

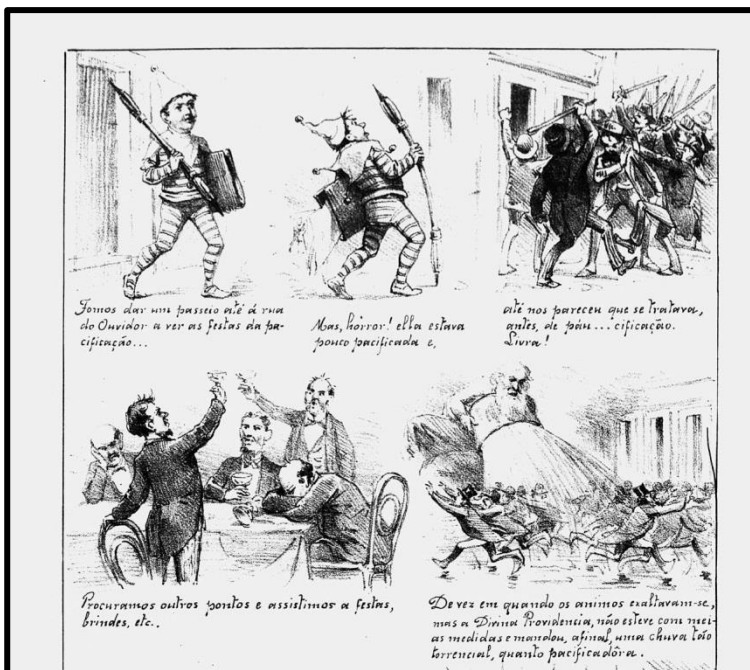


Figura 11: As festas da pacificação

Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, nº694, p. 8, setembro de 1895. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional



Figura 12: As últimas notícias do Sul

Fonte: *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, nº695, p. 4-5, setembro de 1895. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional

Morte ao pato castilhano!...
**A sátira como estratégia de
combate ao castilhismo à
época da fermentação da
Revolução Federalista**

Francisco das Neves Alves*

A transição entre a forma de governo monárquica e a republicana no contexto sul-rio-grandense foi marcada por profunda crise política, ideológica e institucional, a qual viria a redundar em grave conflito bélico. O Rio Grande do Sul, que já fora fator de instabilidade do Estado Nacional monárquico, em seu nascedouro, com a Revolução Farroupilha, faria o mesmo papel em relação ao recém-instalado Estado Nacional republicano, a partir da Revolução Federalista.

* Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e oitenta livros.

Ódios e paixões partidárias acirraram-se de maneira inexorável nessa época, formando-se um antagonismo dicotômico que praticamente não deixava lugar à neutralidades, com a exigência da tomada de posição, formando-se os arquétipos de aliado/adversário de maneira profundamente demarcada.

Tal bipolarização adveio do regime implantado por Júlio de Castilhos, liderança máxima entre os republicanos sul-rio-grandense, autoritário, excludente, personalista e exclusivista, permitindo a permanência no poder apenas daqueles que seguiam a cartilha castilhista. O projeto do castilhismo era garantir a perpetuação nas posições governativas e, para tanto, foi montado um aparelho político, eleitoral, burocrático e repressivo que praticamente inviabilizava a alternância nos cargos de mando. A partir daí formaram-se grupos opositores que intentaram enfrentar os governistas, dentre eles, os federalistas, reunindo, em linhas gerais, os antigos liberais e conservadores, e várias linhagens de dissidentes republicanos, que, por motivos variados, viriam a se incompatibilizar com Júlio de Castilhos. Não verificando a possibilidade de ascensão ao poder pelos meios eleitorais, tais oposições se lançariam ao caminho revolucionário para buscar a derrubada do castilhismo.

Ainda que a Revolução Federalista tenha iniciado nos primórdios de 1893, desde a proclamação da República e ainda mais acentuadamente a partir de 1891, os conflitos político-ideológicos ganhavam cada vez mais corpo, havendo um período de fermentação revolucionária. Nessa época, a imprensa exerceria um papel fundamental na divulgação das ideias e das práticas dos grupos situacionistas e opositores, uma vez que os jornais fizeram do tema político a tônica de

sua matéria⁴¹. Nesse quadro, os conflitos pela supremacia na cena política, que reproduziam em particular as lutas das facções pela hegemonia, não apenas se duplicaram em polêmicas através do periodismo, como também se constituíram em conflitos no cerne da própria imprensa⁴². Travou-se, então, uma verdadeira guerra por meio das palavras que, ao lado das armas brancas e de fogo, também corroboraram com o agravamento de ódios e paixões políticas, partidárias e ideológicas daquele momento histórico.

Em tal contexto de preparação e eclosão da Revolução de 1893 houve uma combinação entre a violência das ações com a violência da linguagem⁴³, de modo que, figurativamente, o sangue também parecia escorrer nas páginas das publicações periódicas. De acordo com tal perspectiva, desencadeou-se um processo pelo qual cada um dos lados em confronto buscava ter seu respectivo periódico, o qual argumentaria em prol da causa, atacaria o adversário e buscaria legitimar as formas de agir e pensar do aliado e deslegitimar as do inimigo. Para tanto, os intelectuais que colocavam sua pena à disposição da sustentação do conflito tiveram um papel relevante na deflagração dessa guerra ideológico-jornalística. As folhas impressas já saíam dos prelos impregnadas pelas rivalidades agudizadas pelas

⁴¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323.

⁴² RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 45-46.

⁴³ RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1983. p. 26.

palavras dos jornalistas, as quais poderiam variar de um caráter doutrinário ou dogmático a outros mais veementes, beirando à virulência ou até a violência.

Os jornalistas empreendiam nessa época uma caminhada na defesa de determinados princípios, engajando-se na militância partidária de apoio ou oposição. Desenvolvia-se assim uma estratégia de luta, pela qual a ação no campo jornalístico-cultural ficava inter-relacionada com o embate político, de maneira que tais ações poderiam ser compreendidas se recolocadas no campo ideológico de que faziam parte, e este, por sua vez, exprimia, de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, o qual se encontrava incluído em um tipo específico de campo político, de forma que o jornalista não se limitava ao campo intelectual e ocupava também uma dada posição no campo do poder⁴⁴.

Nesse sentido, os responsáveis pelas redações das folhas periódicas colocavam-se em condições de intervir em outros campos de atuação, em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural que chegou a um alto nível de independência em relação aos poderes. Em tal contexto, o jornalista poderia gravitar até mesmo com certa autonomia em relação a um conjunto de poderes, tais como o político, o partidário e o ideológico⁴⁵. Tornava-se então

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 184 e 186.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 150 e 370.

fundamental a representação que os jornalistas possuíam do mundo social e a função por eles desempenhada neste mesmo mundo. A meta essencial consistia no convencimento do público, uma vez que o campo intelectual estava incluso em um campo de poder⁴⁶. Surgia assim a figura do “intelectual-jornalista”, que passava a servir-se de seu duplo vínculo para esquivar as exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro, os quais eram ratificados a partir de uma suposta autoridade intelectual⁴⁷.

Em meio a essa convulsionada conjuntura da imprensa sul-rio-grandense, a cidade do Rio Grande desempenharia papel relevante com a circulação de alguns dos mais veementes periódicos anticastilhistas que circularam no Estado. Um deles foi o *Eco do Sul*, longeva publicação diária, editada no âmbito rio-grandino desde 1858, mantendo vínculos históricos com o Partido Conservador. A partir da proclamação da nova forma de governo, o *Eco* alinhou-se temporariamente com a situação. Entretanto, em seguida, o jornal passou a discordar do autoritarismo governamental, mormente do castilhismo, vindo a cada vez aproximar-se dos dissidentes republicanos. Progressivamente o *Eco do Sul* viria a acirrar seu discurso anticastilhista, vindo a constituir uma das mais importantes publicações não só oposicionista, mas de resistência ao castilhismo.

⁴⁶ BOURDIEU, 2007, p. 185 e 188.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 111.

tipógrafo que nasceu na cidade do Rio Grande, a 7 de setembro de 1849. Desde cedo se dedicou às lides vinculadas à imprensa, tanto que, com apenas treze anos de idade, já atuava como aprendiz nas oficinas do próprio *Eco do Sul*. Também exerceu suas funções profissionais voltadas às atividades gráficas na cidade gaúcha de Pelotas, na qual contribuiu com a criação de um Grêmio Tipográfico, entidade na qual chegou a atuar como presidente.

O jornalista viria a radicar-se em Porto Alegre, onde trabalhou na tipografia da folha republicana *A Federação*, órgão oficial do castilhismo, participando ativamente da propaganda do ideário antimonárquico. A partir de sua ação nas oficinas da *Federação*, Cezar teve uma convivência bastante próxima com algumas das principais lideranças republicanas rio-grandenses-do-sul e chegou a participar da redação do periódico e privou com líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que dominou a vida política gaúcha durante a República Velha. Nessa época, J. J. Cezar, revelando também seus pendores intelectuais, publicou o trabalho “Notas sobre a imprensa do Rio Grande do Sul” no *Anuário da Província do Rio Grande do Sul* para o ano de 1885.

Em dezembro de 1886, o tipógrafo/redator deixava *A Federação*, mantendo o clima de harmonia com a redação do periódico porto-alegrense, que chegou a denominá-lo de “companheiro, amigo e correligionário”. Ele estabeleceu uma agência de anúncios e trabalhos tipográficos e litográficos, anunciando uma prática de vinte e cinco anos em tais atividades e oferecendo as garantias da empresa e redação da *Federação* que poderiam dar “valioso testemunho” sobre o seu

trabalho. Também diversificou suas ações, inaugurando o *Café High-life*, na zona central da capital rio-grandense. Ainda nesse meio tempo, permanecendo em Porto Alegre, fundou e dirigiu o jornal *Folha da Tarde*, com circulação bissemanal e lançou o livro *O contrabando oficial*.

Durante o processo de transição da Monarquia à República, se daria o rompimento de J. J. Cezar com o PRR, quando o jornalista ainda se encontrava à frente da *Folha da Tarde*. A partir das perseguições promovidas pelo castilhismo, viu-se na necessidade abandonar a capital gaúcha, retornando ao Rio Grande, para atuar na redação do jornal *Eco do Sul*. Ao colocar-se na oposição ao castilhismo, João José Cezar viria a integrar uma das primeiras levas de dissidentes republicanos, passando a exercer nas páginas do *Eco do Sul* uma ação ferrenhamente anticastilhista. Assinando com o próprio nome ou com o pseudônimo de Elzevir, ele não poupou críticas aos governistas gaúchos, contribuindo com a caminhada do *Eco do Sul* na sustentação de uma postura que o alocou na posição de um dos periódicos mais ativos na luta e na resistência ao castilhismo, redigindo enérgicos editoriais e combativas matérias.

A partir da derrota de Júlio de Castilhos, em novembro de 1891, J. J. Cezar chegou a ser nomeado juiz distrital, abandonando a redação do *Eco do Sul*. Com o retorno dos castilhistas ao poder, Cezar perderia seu cargo e retornaria ao trabalho no *Eco*, de meados de 1892 até o início de 1893. A continuidade das perseguições fez com que tivesse de se mudar para o Rio de Janeiro, onde se tornou um dos coproprietários e redator da *Crônica*. Mais tarde voltaria ao Rio Grande do Sul, mantendo-se nas lides jornalísticas e intelectuais, como ao proferir a



**- João José Cezar retratado pelo periódico
caricato rio-grandino *Bisturi* -**

palestra “A maçonaria e a mulher”, na cidade de Porto Alegre, que chegaria a ser publicada. Retornou à cidade

de seu nascimento, na qual não deixou de sofrer pressões e ameaças policiais, vindo a falecer no ano de 1915.

Na expressão da maioria de suas matérias de natureza, editorial, opinativa e noticiosa, o *Eco do Sul* manteve uma certa linha de conduta expressa a partir dos ditames da imprensa que se autodenominava como séria. Ainda que tivesse calcado historicamente sua postura a partir de pronunciamentos políticos mais enérgicos, para manter a credibilidade junto aos leitores, e para garantir os interesses financeiros relacionados à venda de assinaturas e publicação de material publicitário, o periódico teve de criar certas regras de autocontrole, levando em conta “o uso das linguagens sérias, unívocas, os discursos consistentes e monolíticos”. Entretanto, a exacerbação de ânimos típica dos primeiros tempos republicanos, permitiram ao jornal que houvesse a abertura de espaço para uma seção não-editorial, na qual surgia a oportunidade para “as equivocidades de todo o gênero, a piada, o trocadilho, o humor, a poesia”, e mesmo “os discursos ambíguos e até paradoxais”⁴⁸.

Tal seção recebeu a denominação de Historietas, constituindo-se de poemets satíricos de autoria do próprio redator da folha, João José Cezar. Entre 27 de junho de 1890 e 17 de dezembro de 1891, nas páginas do *Eco do Sul* foram publicadas quatrocentos e treze Historietas. Ao contrário da formação textual e discursiva das matérias editoriais que, por mais combativas que fossem, mantinham uma determinada

⁴⁸ EPSTEIN, Isaac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 125.

linha de execução em torno do denominado “jornalismo sério”, as Historietas correspondiam a uma composição vervejada de ferrenho teor satírico. Tal proposição chegava a aproximar tal seção de comportamento praticado comumente por representantes da pequena imprensa, como no caso do jornalismo satírico-humorístico e mesmo dos praticantes da pasquinagem. Tal formação discursiva abria a possibilidade de manifestar um olhar crítico que chegava a imiscuir o público com o privado⁴⁹, bem como deixava aberto o caminho para os excessos de linguagem⁵⁰ e o uso de termos ricos em expressões contundentes e incontinências verbais⁵¹.

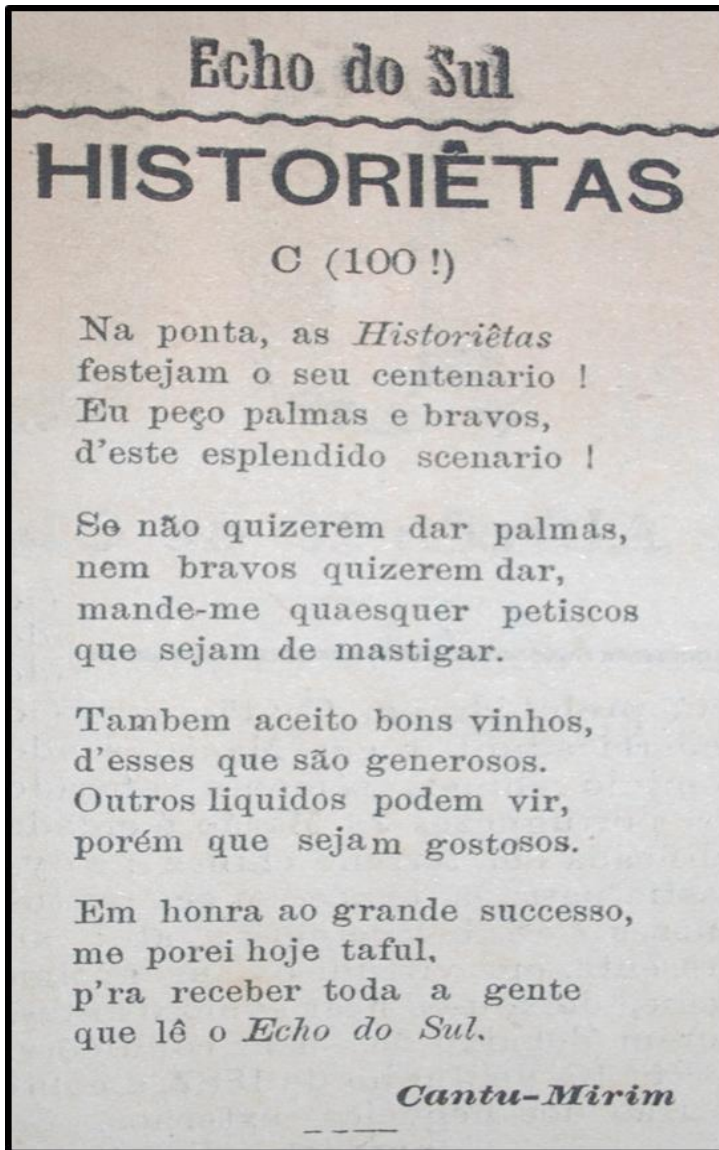
Seguindo um gênero satírico e humorístico, as Historietas traziam um conteúdo cujo escopo era o de ridicularizar ou zombar dos vícios e das pessoas, ou despertar o riso, podendo também, revestir-se de intuítos moralizantes objetivos ou apenas caricaturescos⁵². O próprio termo utilizado como título da seção carregava alguma ambiguidade, pois historieta pode se referir a uma narrativa de fato pouco importante, a uma novela, ou ainda a um conto ou uma anedota. No caso dos versos publicados no *Eco do Sul*,

⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 183, 188 e 194.

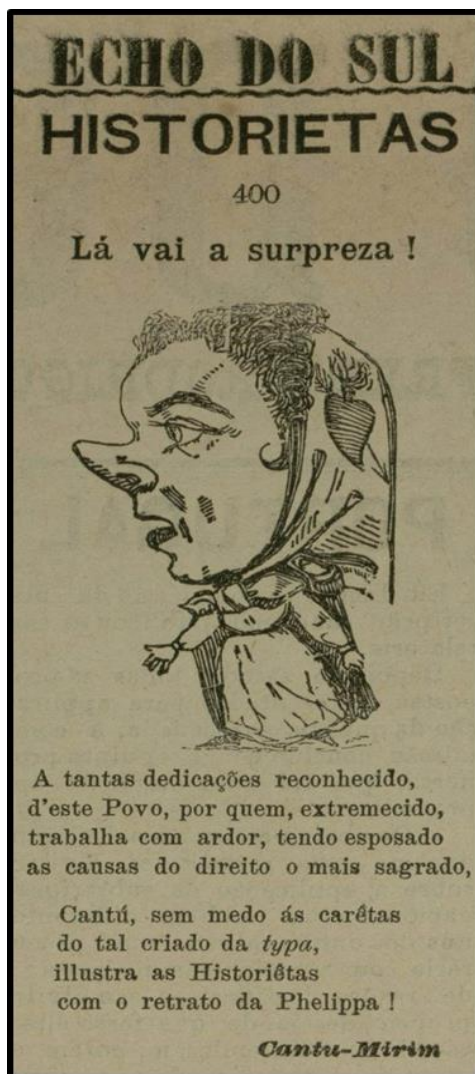
⁵⁰ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 20.

⁵¹ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Antologia de humorismo e sátira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. 3.

⁵² TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.



- a centésima Historieta publicada no *Eco do Sul* -



- a única Historieta que apresentou uma ilustração, visando a menosprezar um adversário político ao retratá-lo vestido de mulher, de acordo com os padrões morais e sociais então vigentes -

tais concepções somavam-se à perspectiva de buscar constituir uma “pequena história”, ou seja, a expressão de uma visão e o estabelecimento de uma versão crítica acerca da sociedade brasileira, sul-rio-grandense e rio-grandina, nos primórdios da República. Esse olhar crítico também recaía sobre os costumes de então, mas tinha um alvo preferencial que era a vida política nacional e estadual, com a construção de um antagonismo exacerbado para com os governantes na esfera federal e, mormente na regional, sustentando a linha oposicionista do *Eco do Sul*, no combate ao castilhismo.

Essa perspectiva de “pequenas histórias”, calcadas em uma óptica crítico-opinativa, irônica e satírica, ficava também evidenciada na escolha do pseudônimo adotado pelo escritor dos versos – *Cantu-Mirim*, em uma referência a um dos historiadores mais conhecidos mundialmente naquele final de século XIX, o italiano Césare Cantu, que se notabilizou ao escrever uma extensa *História Universal*. Nesse sentido, como um “pequeno Cantu”, ao invés de fazer uma “grande história”, Cezar promoveria algumas historietas, ou seja, em tom anedótico, satírico, irônico e profundamente crítico, lançaria mão de versos, para promover o combate aos donos do poder no Rio Grande do Sul.

As ácidas críticas de *Cantu-Mirim* tinham um amplo espectro, não poupando indivíduos ou autoridades públicas, como procuradores, fiscais e delegados, além do fato de ter na ação policial um de seus principais alvos. Nem mesmo os colegas jornalistas escapavam, pois, por vezes, os poemetos faziam uma espécie de revista dos jornais, escolhendo detalhes de informes estapafúrdios ou erros gráficos, que mudavam

o sentido de notas e notícias, tudo servindo como um mote fundamental à versão bem-humorada e a uma espécie de crítica interna no seio do periodismo. As Historietas traziam em si também uma crítica de costumes bem demarcada, relacionada, por exemplo, às diferenças nas faixas etárias de casais e ao papel da mulher na sociedade, ou mesmo a cenas da rotina quotidiana, como liquidações em lojas, modas, usos e costumes, a vida teatral e deslocamentos até a estação balnear.

O cerne das Historietas ficava encravado na crítica de natureza política, de modo que seu conteúdo acompanhava *pari passu* os acontecimentos da vida nacional e regional, realizando ferrenhas censuras quanto a desmandos e erros político-administrativos, com a insistência na perspectiva de que os governistas não tinham quadros qualificados para ocupar as diversas posições que compunham o aparelho do Estado, tanto na esfera federal, quanto na estadual e na municipal. Nessa linha, a sessão de poemets não poupava adjetivos desqualificativos aos adversários declarados ou em potencial. Por vezes atacava abertamente, sem artifícios para apresentar seu alvo, como no caso do Governo Provisório, com o marechal Deodoro da Fonseca à frente. Em outros momentos, utilizava-se de estratégias como errar a grafia ou mudar propositadamente o gênero dos nomes, para menosprezar os inimigos.

Bem demarcando sua postura de dissidente republicano, a qual ia ao encontro do posicionamento do *Eco do Sul*, o mais figadal inimigo atacado por meio das Historietas foi Júlio Prates de Castilhos, seus sectários e seu modelo político. Dessa maneira, o castilhismo era

apontado como sinônimo de ditadura, tirania e despotismo, vindo a ser denominado constantemente de regime *castilhano*, um jogo de palavras entre o nome do líder do PRR e a expressão castelhano, carregando em si a alusão ao estrangeiro ou, mais precisamente, à presença de possíveis adeptos oriundos da fronteira platina. Os castilhistas eram chamados também de executivos e jacobinada – em relação ao radicalismo – tristes e patotas – em referência aos desmandos político-administrativos em causa própria, que estariam cometendo – e pica-paus, denominação que se consolidaria para os governistas, a partir da deflagração da guerra civil em 1893.

Mesmo nos momentos em que a liderança republicana era tratada pelo próprio nome, havia a subtração da letra final de Júlio de Castilhos, permanecendo a denominação “Castilho”. Entretanto, o tratamento mais difundido ao longo das Historietas em relação a tal personagem foi a alcunha de “pato”. A intenção era claramente a de aviltar o adversário, uma vez que o uso da expressão vinculada à ave palmípede estava calcada no linguajar mais popular, de modo pejorativo, ou seja, o pato se referia ao indivíduo simplório ou a outros adjetivos similares ou mesmo a sinônimos tais como paspalho, tolo, pacóvio, idiota e bobo. Além disso, coincidência ou não, “Pato” era o apelido de Castilhos em sua adolescência⁵³. Coube assim a Júlio de Castilhos um protagonismo em meio aos versos das Historietas, envolvido nas mais variadas

⁵³ FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. In: *Revista do IHGRGS*, n. 131, 1995, p. 36.

circunstâncias, sempre no sentido de desprezá-lo, depreciá-lo e desonrá-lo.

O quadro seguinte apresenta uma síntese de alguma das inserções da figura satirizada do “pato Castilhos” ao longo das Historietas. Levando em conta que o item “H” corresponde ao número da Historieta; o “INSERÇÃO” equivale à inserção textual do fragmento do poemeto; “CIRCUNSTÂNCIA” se refere à circunstância da inserção; e “ECS” demarca a data da edição do *Eco do Sul* na qual estava inserida a Historieta.

H	INSERÇÃO	CIRCUNSTÂNCIA	ECS
4	Já se falava em revolta, Diziam: “é obra do pato!” Afinal... estropelias De que era autor – um gato!	em uma possível invasão do prédio da alfândega, as culpas já recaíam sobre o “pato”, mas se tratava apenas de um gato	1º jul. 1890
5	Mas o caso, sendo sério, deve alguém vir explicá-lo: – Virá o pato de a pé ou virá de a cavalo?	em uma visita de Castilhos ao Rio Grande, comparava-se a inteligência do “pato” com a de sua própria cavalgada	2 jul. 1890
6	Eu passo a contar-vos hoje por que é que o chamam pato, animal de lindas penas e que tem o bico chato.	ameaça de revelar o real motivo do apelido de “Pato” para Júlio de Castilhos	3 jul. 1890
10	E a pataria, berrando, em forma de canto-chão, saudou o chefe dos patos, numa horrorosa ovação!”	descrição à recepção realizada ao “Pato-Castilhos” na cidade do Rio Grande	6 jul. 1890
43	mas ficará governando um general candidato. Assim ficou mais seguro o feroz, o grande pato...	crítica à mudança administrativa que beneficiava os castilhistas	13 ago. 1890
44	Houve um momento imprevisto, houve uma cena de horror, quando o pato se expandia, de bico aberto, em raivor.	descrevia momento em que a liderança política do PRR perdia a compostura	14 ago. 1890
50	vos cumprimento, leitor, a quem tanto acato. Descansa por hoje em paz	comemoração pela publicação da 50ª Historieta, mantendo o combate ao castilhismo, ao	22 ago. 1890

	a panelinha do pato.	qual faz referência com ironia	
68	Às claras, eu vos declaro que também sou candidato. O meu programa é bem curto: Depenar tudo que é pato!”	em meio a uma enxurrada de manifestos, J. J. Cezar também faria o seu, definindo seu escopo anticastilhista	12 set. 1890
88	Li ontem com paciência o que o pato Castilho escreveu no Semanário como artigos de fundilho. O bicho dá manotaços e salta como um potranco,	crítica aos pronunciamentos políticos de Júlio de Castilhos junto à imprensa	5 out. 1890
94	Mandarei fazer petiscos até hoje ignorados. Uns patos de bico aberto e pica-paus recheados.	na organização de uma festa, <i>Cantu-Mirim</i> imaginava um cardápio com Castilhos e seus sectários como prato principal	14 out. 1890
104	Lá por cima é tudo rusga entre os panças sem recato, e com medo do sarilho varou o Guaíba o pato.	descrevia uma viagem de Castilhos, na qual ele teve de fugir de barco, tendo em vista uma recepção pouco calorosa	25 out. 1890
107	Mas a grande sensação da festa, o Custódio pôs num prato que está na ponta: pato-gago com arroz!	um almoço convertia-se em possibilidade de crítica, com a indicação de um prato que ressaltava um dificuldade de dicção de Castilhos	29 out. 1890
120	Da nossa tire-se o globo que o centro traz encoberto. No centro que vá voando um pato de bico aberto!	sobre a possibilidade de várias reformas, inclusive na bandeira, havia a sugestão de um novo desenho, incluindo o “pato”	15 nov. 1890
129	Muito bem! bravo! apoiado! fale assim que é bom falar, e deixe essa bicharia aos pés do pato grasnar.	apoio à manifestação de um jornal independente, comentando a respeito da imprensa governista	26 nov. 1890
135	Grande peta prega a folha que serve apenas ao pato, pois em tudo que aí está não há um só ponto exato.	veemente crítica às práticas do periódico governamental <i>A Federação</i>	3 dez. 1890
144	Explorando os privilégios de um tempo tão deo... odórico, Falta só que um privilégio para o pato, quando morto, em álcool ter... para conserva.	em apreciação crítica sobre os tantos privilégios concedidos pelo governo federal, manifestava o desejo de eliminação do castilhismo	13 dez. 1890
157	Oxalá ela ficasse	edição alusiva ao final de ano,	31

	por lá ao menos um ano; ela e ele, o pato audaz, o terrível castilhano...	expressando o desejo de que Castilhos permanecesse distante do Estado	dez. 1890
168	Há Trovão, Paleta, Alminio, Cartaxo, Gordo, Curato; mas o mais feroz dos bichos é um gago, feio Pato!	versão jocosa a respeito de nomes de políticos que atuavam na Assembleia Constituinte	17 jan. 1891
180	Fato é que, no Congresso, o seu Moraes, presidente, nem sempre tem revelado ser Moraes e ser Prudente. Uma vez ele deixou o pato a grasnar aos bancos	restrição em relação à certa liberdade dada pelo Presidente da Constituinte para Júlio de Castilhos	31 jan. 1891
189	Cavalgava o eterno Zé um pato! Que grande troca! E de pena, como um látego, dava no bicho uma coça!	em um cenário de carnaval, o jornalista fantasiava com a figura do Zé-Povinho punindo Júlio de Castilhos	12 fev. 1891
230	Se soubesse que o Castilho foi assim apelidado, por um ato repulsivo noutros tempos praticado...	mais uma referência ao motivo - aparentemente pouco nobre - que levava Castilhos a receber a alcunha de "Pato"	3 abr. 1891
249	Diz a pobre jericada que o feroz, gosmento pato virá a esta cidade fazer obra de insensato. Pode vir, mas eu garanto (É tão duro como osso!) que por mais que ele gagueje hei de torcer-lhe o pescoço. Se é capaz, que o pato faça conferência popular. Verá que todo este povo está pronto para o vaiar.	a respeito de mais uma projetada visita de Júlio de Castilhos à cidade do Rio Grande, o próprio <i>Cantu- Mirim</i> preparava-se para recebê-lo da pior maneira, bem como insuflava a população a apupar as manifestações do líder republicano	25 abr. 1891
256	Que é convenção este quase, é bem claro, claro está. A camisola de força é precisa, já e já! Se livre fica o tal pato até de maio o quinto dia, nem Pasteur, nem Deus nos salva do horror da hidrofobia...	comentário burlesco a respeito de um telegrama de Porto Alegre destinado ao <i>Eco do Sul</i> , que dizia: - "Castilho quase louco."	3 maio 1891
257	É hoje o dia final do feroz castilhanismo, que representa entre nós	mais uma manifestação veemente de <i>Cantu-Mirim</i> /J. J. Cezar, declarando o evidente	5 maio 1891

	petulância e canalhismo. Cá por mim, que dia a dia escrevo em verso estas notas, quero ter do pato apenas o couro para um par de botas.	desejo da eliminação do castilhismo	
283	Pela surdina, a Gazeta do horrendo belo faz. Se ao Castilho chamas lindo, como chamar Satanás? Nem mesmo pelo retrato ele aos olhos traz engano: quer retratado ou ao vivo, sempre é pato e castilhano!	até mesmo a aparência de Júlio de Castilhos – e uma possível definição de beleza ou falta dela – servia de mote para criticar ao político, comparado a um “Satanás”, ou seja, o pior dos inimigos	10 jun. 1891
296	Que nas fogueiras acesas ao S. João deste ano fique torrado para sempre todo o poder castilhano. Quero no fim regalar-me, regadas por bom verdasco com as carnes fumegantes de um pato feito churrasco!	durante as festas juninas, J. J. Cezar imaginava uma outra utilidade para a tradicional fogueira, quer seja, eliminar o “poder castilhano” e o seu chefe, o “Pato”	24 jun. 1891
300	Todo o meu empenho é destruir o que é um fato: este regime bandalho que tem por Mentor... um pato!	ao comemorar a 300ª edição das Historietas, <i>Cantu-Mirim</i> reiterava o seu objetivo com os poemetos – destruir Castilhos	30 jun. 1891
329	É bicho, só tem dois pés e tem asas, é daninho; a nadar é valoroso; tem bico, não tem focinho. Devo declarar que o bico é como colher, é chato. Digam agora os leitores se o bicho é marreco... ou pato?!	em meio às discussões dos tantos problemas que afligiam a jovem República, o redator do <i>Eco do Sul</i> localizava aquele que, na sua opinião, constituía o pior de todos	6 ago. 1891
407	“Rio em paz, aqui também”, disse, contrário ao boato, em telegrama à intendência o senhor Castilho – o pato. A coisa está me cheirando a sermão encomendado, pois ninguém falou em guerra na capital do Estado. Como do pato é de origem a notícia, eu ratifico: o recado telegráfico,	esse poemeto se referia à postura de Júlio de Castilhos acerca do golpe de Estado perpetrado por Deodoro da Fonseca em novembro de 1891, momento em que as oposições imputaram ao líder gaúcho o apoio para com o ato discricionário, promovendo o movimento que viria a trazer a derrubada do castilhismo	7 nov. 1891

	para mim, traz água no bico!	
--	------------------------------	--

Essa simples amostragem expressa de modo esquemático serve para dar uma breve impressão a respeito dos conteúdos das Historietas⁵⁴, mormente no que tange às críticas ao castilhismo. Por meio de poemetos satíricos, que eram propositadamente considerados quase que à parte do corpo redatorial do *Eco do Sul*, pois viriam de encontro aquilo que se considerava como a imprensa dita séria, João José Cezar se travestia de *Cantu-Mirim* e não poupava qualificações negativas para Júlio de Castilhos e seus seguidores. Direta ou indiretamente, as Historietas fizeram efeito não só quanto ao convencimento do público, mas também para atingir os castilhistas, não é para menos que J. J. Cezar e o próprio *Eco do Sul* ainda viriam a sofrer duríssimas perseguições, mesmo alguns anos após o encerramento da Revolução Federalista, sinal que os ataques ao “Pato-Castilhos” acabariam por atingir de maneira figadal o alvo pretendido. Nesse sentido, ainda que se tratasse do período de preparação para

⁵⁴ Para conhecer o conjunto das Historietas, bem como informações mais detalhadas acerca da ação do *Eco do Sul* e de J. J. Cezar, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Sátiras políticas versejadas no Brasil Meridional: as origens das Historietas* (1890). Lisboa; Rio Grande: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Biblioteca Rio-Grandense, 2020.; e ALVES, Francisco das Neves. *Historietas no sul do Brasil: poemetos satíricos* (1891). Lisboa; Rio Grande: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Biblioteca Rio-Grandense, 2020.

Revolução, o caminho das desavenças em direção ao enfrentamento bélico já era inevitável, de modo que a sátira das Historietas serviria como mais uma arma na guerra das palavras promovida por meio da imprensa.

Cenários da Revolução de 1893. Natureza e guerra nos diários de Angelo Dourado e do Almirante Saldanha da Gama

Jussemar Weiss Gonçalves*

Nosso trabalho se realiza a partir dos diários de Ângelo Dourado, Coronel Médico na coluna de Gumerindo durante a Revolução federalista e do Diário do Almirante Saldanha da Gama. O enfoque desse artigo não é discutir os motivos dos grupos que participaram da revolução, mas observar, perceber, como cada autor desses diários vivenciaram esse período de grande violência. A revolução está em todas as palavras dos autores, sua escrita revela o engajamento de cada um neste processo político-militar. Por serem protagonistas em momentos e espaços diferentes na revolução, estaremos sempre nos remetendo a este conflito que dividiu o Rio Grande como afirma Ângelo em seus escritos.

* Prof. Dr. do Curso de História no Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande.

Diário como fonte para a História

Mas afinal como o historiador entende, compreende e trabalha com diários. Ora nossos protagonistas eram sujeitos cultos, isto é, dominavam os códigos da escrita, tinha acesso a livros, viviam em um círculo que fazia da escrita e da leitura uma forma de convívio social. A vocação literária de Ângelo Dourado⁵⁵, e a do Almirante eram reconhecidas, eram homens que tinham um vasto domínio da cultural literária e política de seu tempo.

Primeiramente podemos afirmar que os diários são resultados de um processo de domínio da escrita, pertencem ao mundo letrado, e estão ligados a um tipo específico de sociabilidade. A escrita encena a vida, podemos dizer, é uma forma de teatro pessoal, que pode embaraçar o historiador, que deve criar relatos coerentes, ordenados e verídicos do que se passou. Se não é história no sentido dos historiadores o diário como escrita é um remédio contra o esquecimento. Como fonte os diários permitem aos historiadores rastrear maneiras de viver e de pensar em diferentes épocas.

A partir da chamada história cultural, ao redor dos anos 80 do século XX⁵⁶, essas fontes tornaram-se

⁵⁵ Oliveira, Marcelo França de. O cronista maragato: Literatura e História nas crônicas de Ângelo Dourado no Eco do Sul (1896-1902. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande, 2018.

⁵⁶ Cunha, Maria Tereza. Diários pessoais: territórios abertos para a História. IN: O Historiador e suas Fontes/ Carla

importantes na construção de uma escrita da história preocupada com a sensibilidade, com o amor a amizade, ressentimentos, mas também marcadas pelos freios morais de determinadas épocas. Esses materiais permitem ao historiador registrar, na atualidade a importância de uma memória de papel, suporte que outorga força como testemunho de uma era e lhe dá perenidade contra o deserto do esquecimento.

Desde os fins do século XVII e durante o século XVIII, diários, memórias, testemunhos, livres de “raison” constituíram-se em procedimento da escrita pessoal, particular⁵⁷. A produção de diários pessoais coincide com a ascensão política e social da burguesia e com o advento da vida nas cidades, a vida urbana. Como definir um diário: em primeiro lugar um diário se escreve ao sabor do tempo, o diário é uma representação de uma vida, exige disciplina, para ordenar o dia. O diário é o testemunho do autor(a) que encena pela escrita sua vida, na qual é o principal personagem e dramatiza a vida que teve, os acontecimentos dos quais participa, ou participou.

Mas afinal o que querem os historiadores⁵⁸ com esse tipo de fonte? Eles nos oferecem várias possibilidades como universo de pesquisa. Esses materiais integram uma cultura letrada e, nos permitem estudar as formas de linguagem utilizadas, as maneiras de narrar em uma determinada época, os usos da língua. Pode-se mapear os temas tratados e, depois, analisá-los

Bassanezi Pinski e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2012. P 251-281.

⁵⁷ Op. Cit. p. 255

⁵⁸ Op. cit. p. 258

como ato de memória, isto é, redutos de expressões de sensibilidades.

Cabe ao historiador problematizar o registro dessa memória individual na qual o diário é ancorado como alicerce para a experiência coletiva, pois como afirma em seu livro *Memória coletiva*, M. Halbwachs, “a memória individual está enraizada nos quadros sociais que servem de referências nesta construção que chamamos memória”.⁵⁹ A escrita do diarista se nutre do relato de acontecimentos coletivos que impactaram sua vida fazendo parte de sua experiência vital com a realidade. Claro o historiador deve ter certos cuidados como nos coloca Chartier para evitar cair na dupla ilusão “a singularidade da pessoa frente as experiências compartilhadas ou a ilusão da coerência perfeita de uma trajetória de vida”. Não podemos esquecer que o diário é uma escrita essencialmente subjetiva, onde os sentimentos, as sensações internas ocupam um lugar predominante. O historiador pode articular essa voz singular que assina o diário, que as vezes fratura o curso habitual dos acontecimentos por palavras e atitudes e a expressão coletiva que marca um espaço social, político, econômico e simbólico para o estudo⁶⁰. Os diários que mostraremos aqui nesta apresentação revelam a singularidade de uma voz que destoa da norma, mas que está articulado com uma comunidade social. Essas vozes, de Ângelo e do Almirante se articulam sobre as

⁵⁹ Halbwachs, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vertice. 1990, 25-52.

⁶⁰ Chartier. *Entrevista-história-conversa com R. Chartier*, por Isabel Lustosa, Casa Rui Barbosa, RJ 2004, p.3.

vozes dos outros, os que viveram ou escreveram sobre a revolução, mas não se confunde com elas, a voz dos outros.⁶¹ Para quem estuda o passado o recurso a outros testemunhos da historiografia memorialística permite captar esta complexidade social que permeou a revolução de 1893.

Notaremos nos diários que apresentaremos, que as idealizações estão presentes e compõe em geral suas narrativas, portanto, cabe ao historiador evitar a ilusão biográfica, isto é, a recriação coerente da vida. Toda a vida é constituída de azares, causalidades e oportunidades.

Depois dessa pequena introdução à natureza de nossas fontes, vamos aos sujeitos, as suas falas, pois são elas que revelam na forma da escrita seus dizeres sobre seus mundos, isto é, suas visões sobre os acontecimentos da guerra Federalista.

A revolução federalista⁶² através de seus sujeitos produziu uma série de memórias, diários, cartas e folhetins que revelam como esse movimento impactou na vida e na compreensão dos fatos vividos. Parece que naquele momento ou logo após todos quisessem colocar seus pontos de vistas, deixar claro para o leitor qual foi

⁶¹ Farge, Arlette. Lugares para a História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P. 86

⁶² Sobre a Revolução Federalista, ver: Revolução Federalista: História e Historiografia. Alves, Francisco das Neves. Rio Grande: Editora da Furg. 2002. Neste livro, além de discutir a Revolução, apresenta, também um personagem, Antônio Augusto de Azevedo, desse episódio que escreveu um folheto cujo título é Fracasso do Ataque à Cidade do Rio Grande.

sua posição neste conflito cheio de mal-entendidos, violências e traições. Os escritos de Albino José Ferreira Coutinho, autor da Marcha da divisão do Norte-1896⁶³, Pedro Carvalho, A campanha do Coronel Santos filho⁶⁴. E o General Salgado com Apontamentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul⁶⁵, nos revelam o interesse por este episódio da história do Rio Grande. Em 2004 por uma iniciativa do memorial do Ministério público, juntamente com a editora Nova Prova veio a luz os diários dos irmãos Tavares. Francisco⁶⁶ e João⁶⁷ Nunes da Silva Tavares. Estes diários revelam as posições dos dois chefes da revolução, Francisco juntamente com Gaspar Martins articulava no meios políticos enquanto, Joca, chefiava o exército revolucionário.

No ano de 2009 a editora Sulina⁶⁸ lançou os diários e correspondência do Almirante Saldanha da Gama. Estes diários mostram a trajetória do Almirante pelo Pampa Uruguaio-riograndense até sua morte, lanceado por um gaúcho que se encantou com suas

⁶³ Coutinho, Albino José Ferreira. A Marcha da divisão do Norte. Porto Alegre: Edigal, 2011

⁶⁴ Carvalho, Pedro. A campanha do Coronel Santos Filho. Porto Alegre: Edigal. 2015

⁶⁵ Escobar, Wenceslau. Apontamento sobre a revolução do Rio Grande do Sul. Brasília: UNB.1983

⁶⁶ Tavares, Francisco da Silva. Diários da Revolução de 1893. Tomo I. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

⁶⁷ Tavares, Joca. Diários da Revolução de 1893. Tomo II. Porto Alegre: Nova Prova, 2004

⁶⁸ Gama, Luiz Felipe de Saldanha da. Diários e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama; organizado por Günter Axt, Hélio Leoncio Martins, Milena Cardoso Costa.- Porto Alegre: Sulina, 2009.

encilhas prateadas, em meio ao combate de 24 de junho de 1985 no Campo dos Osório em Santana do Livramento. Alguns trechos desses diários já tinham sido transcritos em livro editado pelo serviço de documentação da marinha em 1944. Esses diários são compostos por dois cadernos que restaram e que terminam em 23/02/1895. Essas três novas fontes nos permitem abrir o leque de estudos de um acontecimento que se mantém vivo e polêmico para a historiografia riograndense e brasileira.

Nessa coleção de diários, cartas e folhetins é a obra de Ângelo Dourado que marcou época, que se tornou uma referência aos estudos da Revolução Federalista⁶⁹, publicado em 1896, em Pelotas.

Escreve um diário, que mistura crônica histórica e crítica política, uma visão singular e mesmo, emocionante dos acontecimentos que testemunhou como coronel médico da coluna de Gumercindo Saraiva. Nas páginas de seu diário os fatos mais banais tornam-se questões importantes assumindo relevo especial. Com uma capacidade literária ele transforma os acontecimentos, muitas vezes banais de um cotidiano militar em criações cheias de enternecimento pela coragem de homens que faziam uma guerra, simplesmente, pelo ideal de justiça. Guilhermino Cezar diz: “havia no fundo desse narrador um ficcionista ou pelo menos uma sensibilidade alerta ao sofrimento humano, uma paixão, uma chama criadora incomum que dão excepcional relevo documental aos trechos em

⁶⁹ Flores, Moacir, Hilda Agnes Hübner. Rio Grande do Sul. Aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993

descreve paisagens, evoca as privações da campanha, os horrores da luta fratricida⁷⁰

Diz ele: “O que escrevo é a impressão da ocasião, narrada, a quem como eu, sofria, a quem teve tanto amor a causa que defendo que se votou a miséria.”⁷¹

Construídos a partir de observações sobre pessoas, comportamento, indumentárias, relações entre grupo sociais diferente, alimentação, baile. Descreve batalhas, armas, atitudes diante da morte, Ângelo Voluntários do Martírio produz o relato-testemunho, dominado pela ideia do martírio. A prática da escrita foi uma constante ao longo de sua vida. Era um médico político. A escrita era a forma de publicizar seus ideais políticos. A partir de uma escrita de caráter testemunhal e narrativo, Dourado refaz a si a partir de uma criação articulada entre sua memória sua experiência suas vivências e a sua visão política. Idealista, Dourado era o que se pode considerar um típico intelectual dos fins do século XIX, erudito, costumava citar em seus escritos passagens de célebres autores clássicos da literatura universal como Dante, camões Cervantes, Shakespeare, Byron, Milton e brasileiros Alencar, Taunay⁷².

⁷⁰ Cezar, Guilhermino. História da Literatura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971. P. 369

⁷¹ Dourado, Ângelo. Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins livreiro, 1997. P. 2

⁷² Oliveira. Marcelo França de. A trincheira discursiva: Escritos Políticos de Ângelo Dourado em livro e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul Republicano (1893-1905). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2014. P.23

DO QUE TRATA O DIÁRIO: Trata de uma Guerra, e não de uma visão geral da revolução federalista. Mas também não da totalidade da guerra que envolveu a revolução, mas aquela parte da guerra que se tornou emblemática da própria revolução federalista. A coluna de Gumercindo Saravia. Os diários de Ângelo descrevem a vida na coluna e da coluna, suas marchas, vitórias, derrotas, crises entre comandantes. Soldados mortos, matando, tribunais de guerra matando, tudo era sangue, e por cima de tudo, ou pairando a costura que unindo esse tecido manchado de sangue está a visão de dourado, ele escreve ordenando, colocando sentindo a violência, a causa, descrevendo famílias, ressaltando práticas das elites que apoiavam a revolução por onde passava. Ora descreve a ceia em laguna na casa de um amigo para logo adiante no texto descrever uma cena militar. Dourado relata cenas da vida guerreira onde a violência dos gaúchos, sua rudeza, sua frieza perante a morte, é exaltada, e com certo temor afirma: que os gaúchos fazem festa cercado de cadáveres⁷³.

A marcha oferece ao diarista, memorialista uma primeira forma de ordenação para a construção de sentidos ao seu enredo. A marcha, coluna, tem um tempo próprio acontecimento singulares, formas de viver, de morrer. A partir desse mundo em movimento o autor passa então a um segundo momento que é criação de uma unidade mental dos acontecimentos que envolveram a marcha. E dessa forma a coluna se revela a partir de um outro sentido. Esse sentido se conforma na unidade política, as memórias configuram-se como

⁷³ Dourado. Op. Cit. p. 117.

um manifesto político, articulado por uma visão evolucionista originadas em Spencer e articuladas a um darwinista social. Em uma página que podemos considerar como apresentação da obra, Ângelo, deixa claro onde seu pensamento político finca raízes: “escrevendo a bíblia exata de um povo que desapareceu no interesse dos que se apregoavam de messias da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da ordem e do progresso”⁷⁴. E no fim de sua obra, página, 420, ele reforça seu dogma político ao dizer:

“Lembrou-se alguém de que o capital ou protetorado do governo intervindo, animando, protegendo todas as indústrias em que o resultado prático beneficiasse em certo prazo a nação, desse o bem-estar ao que nela trabalhassem, compensassem o esforço e a inteligência de cada qual? Não! Não, nada disso se fez. Dividiu-se a nação entre ricos e pobres”⁷⁵. Esta citação nos remete a outra do diário de Francisco Tavares, um dos líderes políticos da revolução: “o florianismo e castilhismo, jacobinismo e comtismo entrelaçam-se, mutuamente, compondo uma única ideologia extravagante à cultura política nacional pelo seu viés exótico, minoritário, ditatorial e socialista.”⁷⁶ Notamos que esse grupo se dizia republicano conservador em oposição aos republicanos socialistas, isto é, os castilhistas. A coluna se constitui com um encontro de um mundo, de um certo mundo. Um

⁷⁴ Dourado, Ângelo. Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins livreiro, 1997, p. 2

⁷⁵ Dourado. Op. Cit. p. 420.

⁷⁶ Tavares, Francisco da Silva. Diários da Revolução. Porto Alegre: Nova Prova. 2004, p.51

mundo composto por ricos estancieiros, trabalhadores rurais, aventureiros e alguns militares profissionais que estavam em desacordo com o governo no momento.

A coluna de Gumerindo e a experiência guerreira gaúcha

Podemos fazer análises mais variadas da coluna, a partir de pontos de vistas os mais diferentes e, talvez, antagônicos, mas existe um fato que é inescapável que é a presença dominante, dominadora de Gumerindo. Ele é o sustentáculo da coluna, sua voz supera as dos comandantes militares profissionais de carreira, Salgado, por exemplo. Ele organiza o plano de luta, ele fala como político, ele aconselha seus companheiros durante as batalhas. Como um grande proprietário da região de Santa Vitória do Palmar e reconhecido chefe militar na região, Gumerindo representa o caudilho castelhano. Todos sabem que é ele o chefe e sua forma de comandar nos remete a um tipo de agrupamento militar que age e funciona, justamente a partir de uma relação de proximidade com o chefe. A composição social dos federalistas era, sem dúvida, o que de mais expressivo possuía a região da Campanha, pelo prestígio social, pelos recursos financeiros e pela tradição. Eram grandes pecuaristas da Campanha, ligados ao comércio e ao contrabando da zona da fronteira que constituíam a elite tradicional, muitos com raízes no Império. Esses chefes, em especial Gumerindo trouxeram para a revolução muito mais que a adesão de amigos fazendeiros, trouxeram seus peões, funcionários e agregados, ao

melhor estilo dos caudilhos platinos, espontaneamente a camada mais inferior da população gaúcha, os últimos “gauchos errantes” atraídos por “combate, ayre libre e carne gorda”⁷⁷

Esta coluna deve adesões de contingentes populares e que em determinados momentos chegou a contar com 6 milhões de homens seguido por até 2 mil mulheres. Essa massa de pessoas que se deslocam por três estados sugere o sentido e a complexidade social dessa marcha. Passando por zonas pobres do interior que sofriam a pressão da chegada dos imigrantes europeus, ou a formação de novos latifúndios.

O Início:

Estamos no Brasil, diz Ângelo: “quatro noites que marchamos apesar da chuva ao despontar do dia atravessamos a fronteira. Manhã fria e a campanha branqueava com uma geada”⁷⁸. Era 23 e julho de 1893. Local de entrada: Serrilhada. Assim começa o livro, sua narrativa começa situando o leitor em meio espaço da pampa. Logo ele diz: “A vida na campanha se extinguiu. O mugir do gado, o relinchar do cavalo, o canto das aves domésticas, o grito dos trabalhadores do campo, o gaúcho correndo ao longe com o poncho agitando-se no ar, o cavalo gordo de cola atada. As filhas belas que servem o mate ao pai feliz o estancieiro. Desapareceu. Tudo deserto”⁷⁹.

⁷⁷ Ribeiro, Ana. *Aire Libre y Carne Gorda*: Aparício Saravia 1897. Montevideo: Planeta.2012

⁷⁸ Dourado. Op.Cit. p.3

⁷⁹ Dourado. Op. Cit. p.3

A campanha, o lugar de poder e de vida de uma elite que se constituiu a partir de uma forma específica de exploração e de uma inserção particular na economia nacional, naquele momento estava ameaçada, perdida, sem horizontes.

“Campanha deserta. Todos fugiam para o sul”⁸⁰.

O Exército de Joca Tavares e de Gumerindo, era formado por brasileiros e muito uruguaios. A maioria dos homens eram civis, no sentido de não serem praça, e os comandantes era coronéis proprietários, isto é, como Gumerindo, chefes locais. O armamento era precário: os homens lutavam montados a cavalo, portanto lanças e esporadicamente armas de fogo.

A tática eram marchas rápidas e fulminantes, ataques de surpresa. Nada de combate de formação, sustentado na disciplina e no corpo de infantaria armado com fuzis.

Vejamos a descrição que faz Dourado de um destas investidas:

“Hoje tivemos que pousar em Serrilhada, onde Gumerindo resolveu desforrar-se do inimigo e com arte e manha pode atacá-lo de flanco e fazer tremenda carga de lança da qual resultou seu triunfo.”

Esta tática militar é uma forma de luta tradicional na pampa e se organiza a partir de uma ordenação baseada em grupos que lutam peleavam juntos sem guardar linha, formação, fazem o que se chama neste tipo de guerra um entrevero. No livro Guerra gaucha, Lugones descreve essa forma específica de luta de los gaúchos, na medida em que este usa todas as suas habilidades, manejo do cavalo, da lança e da adaga.

⁸⁰ Dourado. Op. Cit. p.3

Notem não é uma guerra convencional aquela do general Salgado, que aderiu a revolução, mas que se colocava de uma forma crítica a direção de Gumerindo. A luta se definia a partir de uma lealdade ao chefe e a tática vinha literalmente de um estilo de vida. O manuseio da adaga, o domínio do cavalo, muito importante neste tipo de combate e o uso da lança eram práticas que estavam a muito arraigadas na vida desses gaúchos. Os rebeldes procuram evitar combates decisivos, pois não possuem recursos bélicos para enfrentamentos diretos. empreendem uma guerra de movimentos rápidos. Ficaram célebres também as armadilhas que atraíam os inimigos para terrenos mais favoráveis a luta e, é claro, as violentas cargas de lanceiros que causavam um verdadeiro terror em seus adversários.

Do lado dos republicanos havia chefes locais, Pinheiro Machado, que contavam com as forças do exército, brigada e de armamentos. Os combatentes eram recrutados a força e pago com recurso do governo. Notem enquanto um exército rebelde se constituía a partir de uma relação de vizinhança, condição social, pobreza e admiração e obrigação ao caudilho o outro se investia de uma autoridade federal com uniforme e insígnias do Estado.

Voltemos ao Diário e vejamos como Ângelo se refere a Gumerindo:

“Estamos acampados na margem de Santa Maria, em frente a Estância de nosso Amigo “(...) “Gumerindo depois de seus atos de heroísmo se aproxima de nós.”⁸¹ Para o autor o general é um comandante completo,

⁸¹ Dourado. Op.Cit.p.7

conhecedor das artimanhas da guerra e dos homens, já nos diários de Dourado os comandantes militares profissionais, de farda não merecem confiança, o próprio general Salgado reluta em aceitar dividir a direção militar da coluna com Gumercindo. Em seus diários o Almirante chama Gumercindo de legendário. Dourado critica o general Salgado, tanta sua conduta militar como política durante a longa marcha dos fardados. A grande marcha desses guerreiros gaúchos constitui no principal feito dessa revolução, ela é uma sucessão de duros e penosos lances por mais de dois mil e quinhentos quilômetros. Enquanto a coluna lutou nas áreas da pampa do rio grande, esses homens estavam em seu terreno, conheciam a natureza, as aguadas e os cerros e na pampa há espaço para o gaúcho e seu cavalo nas cargas de lança. Pequenos acidentes geográficos serviam de refúgio e facilitavam as emboscadas nas guerrilhas de movimento. As táticas de combate foram inspiradas nas guerrilhas “montoneras” charruas, caracterizadas pelos movimentos constantes e ligeiros da cavalaria, que dificultavam a sua localização e, mais ainda, o conhecimento do destino correto de sua coluna. Nesta região eles conseguiam cavalos para substituir os que fossem perdidos nos combates e a carne estava sempre presente. O Pampa os abrigava, os protegia. Esses gaúchos viviam neste espaço, estavam integrados. Seus trabalhos cotidianos⁸² os faziam andar a cavalo por longas distâncias, o que facilitava a luta tendo no cavalo e na lança as principais armas.

Ao mudar o perfil geográfico, ao enfrentar uma natureza que não dominava, na qual não estava

⁸² Ribeiro. Op.Cit p.119-123.

integrado, Gumerindo e sua coluna enfrentaram as piores dificuldades, saindo do Sul em direção a Santa Catarina se depararam com os sertões, sem cavalos, sem abastecimento e, ainda, abrindo caminhos. Nesta região a visão é curta, não vê longe. Matas fechadas, picadas estreitas que os obrigava a andar em fila. Chegaram ao Paraná, foram até a divisa com São Paulo, faltando recursos, retornam e Gumerindo é morto em Carovi-RS-, em agosto de 1894.

Gumerindo, esse fazendeiro de Santa Vitória do Palmar, se tornou guerreiro a partir das experiências em conflitos caudilhescos no Uruguai. Demonstrando uma grande capacidade de liderança e conhecimento da arte militar se tornou o principal chefe guerreiro em um exército que contava com vários militares de profissão e veteranos da longa campanha no Paraguai.

A figura de Gumerindo domina a narrativa de Ângelo, como um homem que reúne as qualidades civis e militares necessárias ao comando. O autor em várias passagens demonstra sua simpatia ao General. Um homem da pampa, das montoneras, e das longas marchas a cavalo.

Almirante Saldanha: Do mar ao pampa

O Almirante era um representante das elites militares que se fortaleceram durante o 2º reinado através das guerras na quais o Império esteve envolvido. Originário de uma corporação altamente elitista, a marinha Saldanha, após uma revolta derrotada, depois de um périplo que incluiu Portugal, acabou por estar no Uruguai na condição de refugiado político

juntamente com um grupo de jovens guardas marinha. A partir de um convite de Silveira Martins que recebe durante a uma visita a Buenos Aires, para ser o comandante em chefe da revolução. A revolução estava em seus piores dias. Paraná e Santa Catarina estavam novamente com o governo e Gumerindo morto e a sua coluna, buscando uma rota de fuga sob o comando de Aparício Saravia.

Dominado por uma visão militar construída a partir de uma experiência na Marinha, sempre na função de comando, Saldanha desconhecia a realidade da guerra gaúcha⁸³ e achava que com discursos inflamados, brados para levantar a moral e o ânimo dos companheiros poderia inverter a situação militar da revolução. Observando suas cartas, proclamações, artigos em jornais notamos a forma vibrante de se referir revolução, embora parte considerável dos revolucionários estavam dominados pelo desânimo, esperando como salvação uma atitude pacificadora de Prudente de Moraes. O que ele tinha com confiável a seu lado era um batalhão que ele chamava de sagrado, composto pelos companheiros da Marinha.

Em 27 de setembro de 1894 recomeçam os conflitos. Aparício cruza a fronteira, mas as forças legalistas obrigam suas forças retornarem ao Uruguai na região da Serrilhada⁸⁴.

⁸³ Ribeiro, Ana. *Aire Libre y Carne Gorda: Aparício Saravia-1897*. Motevideo, Planeta. 2012

⁸⁴ Gama, Luis Felipe de Saldanha da. *Diários e Correspondências de Saldanha da Gama*. Porto Alegre: Sulina, 2009. P. 47

Em 22 de abril 1895 almirante atravessa a fronteira com 700 homens e fixa acampamento no Campo dos Osório as margens do rio Quaraí.⁸⁵ Neste lugar será morto. Uma morte sem honra, como mais um gaúcho lanceado.

Os dois cadernos que sobraram nos relatam a saída de Saldanha de Montevideo e sua aventura pela pampa em cima de um cavalo, após desembargar em Salto. Observemos o que diz Gaspar Silveira Martins sobre o entusiasmo idealista de Saldanha sobre a forma de luta na região.

“Ele fatalmente será sacrificado. Não conhece o terreno em que pisa nem sabe andar a cavalo. O gênero de guerra que fazemos no Rio Grande do Sul vai superá-lo, imobilizando sua bravura e inteligência⁸⁶.

As andanças a cavalo do Almirante na campanha que os diários nos revelam, deixam claro a sua inaptidão física e psicológica a uma vida na campanha do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Na pampa o Almirante teria que depender somente dele e de sua habilidade.

No dia 05/01/1895 relata sua experiência em andar a cavalo: “os cavalos que montamos são feios e pesados, o seu passo transforma-se num xote, que abala todo organismo do cavaleiro não acostumado”⁸⁷.

E como ele vê a pampa? “Um deserto verde, passamos por meia dúzia de bosques”⁸⁸. Notamos seu estranhamento com o cavalo, com a linguagem e como percebe a pampa, a natureza. A sua escrita procura

⁸⁵ Gama. OP. Cit. p.48

⁸⁶ Gama.Op. Cit.p.49

⁸⁷ Gama. Op. Cit. p.141

⁸⁸ Gama.Op. Cit.141

realçar as diferenças entre sua experiência anterior e a que ele começava a viver naquele momento. Os modos à mesa, a ausência das mulheres nas reuniões, as sestias tudo se torna para Saldanha, objeto de apontamento. Nota-se uma mentalidade atenta as diferenças, a forma de nomear as mulheres pobres chinocas, a natureza da alimentação.

Em 08/01/1895 ele escreve: “montamos a cavalo, seguimos por seis horas e logo adormeci”⁸⁹. No outro dia relata que almoçou um bom assado de ovelha e café bem feito.

No dia 09/01/1895 retoma a viagem a cavalo com mais dois homens, levam 4 cavalos e outros 4 de por diante, isto é, cavalos que serão usados na medida em que os de montaria cansarem. Com vimos acima o aviso de Silveira Martins sobre a ausência de experiência com o andar a cavalo se revela no dia 10/01. Depois de três dias o Almirante já não aguenta mais: “Aumentou a minha fadiga, os cavalos do sul não têm marcha, nem passo largo, ou o galope curto dito de 3 pés. Toda a gente do campo anda a galopito e assim realizam viagem sem quase parar. O galope fatiga, quebra o corpo, chegando a produzir uma espécie de mal-estar ou de enjoo do cavalo como existe do camelo e do mar. Senti esse mal-estar e alquebramento do corpo”⁹⁰.

Em 15/01/1895 se encontra com general Tavares. O almirante descreve o general como um homem bom, grande patriota, que lhe cedeu o comando das forças⁹¹.

⁸⁹ Gama. Op. Cit. p.147

⁹⁰ Gama. Op. Cit. p. 147

⁹¹ Gama. Op. Cit.p.158. Nesta parte do diário, Gama descreve o velho General com 78 anos.

Neste mesmo dia fala da alegria de encontrar seu antigo cozinheiro que veio de Montevideo com dois amigos. Diz ele: foi para mim verdadeiro motivo de alegria o tornar a ver esse preto, africano legítimo, mas fiel e dedicado companheiro. Também nota a presença de índio, que são sempre bêbados⁹².

Em 29/01/1895 se encontra com o general Aparício, ele diz: “irmão do legendário Gumerindo”⁹³

No segundo caderno desfilam os ainda, resistentes chefes militares da revolução, todos eles da região, Além de Aparício, aparece vitória guerreiro, Ulisses Reverbel, Vasco Martins, Torquato Severo entre outros. Nota-se que Saldanha faz uma descrição física dos homens se era alto ou baixo, gordo ou delgado, cabelo grisalho, belo tipo de homem, alto, esbelto. O físico masculino além das dificuldades com o cavalo são assuntos muito presentes nos diários.

Todos vinha conferenciar com ele, embora ele reconheça que “todos procuram adiar a ação”.⁹⁴ Nota-se nos diários um movimento febril de organização, mas as considerações do Almirante revelam que as lideranças já estavam em franca desmobilização, o que própria passagem de comando para ele por parte de Joca tavares revela. Embora tenha passado o comando para o almirante foi ele que assinou o armistício, antes mesmo de sua morte. O Almirante jamais percebeu que sua luta naquela revolução estava totalmente fora dos interesses dos caudilhos. Os últimos escritos datam de 23 de

⁹² Gama. Op. Cit. p. 159

⁹³ Gama. Op. Cit.p171

⁹⁴ Gama. Op. Cit. p.176

fevereiro, nesta data Aparício já tinha desistido da revolução.

Em 24 de junho de 1895 finalmente O Almirante entrou em combate e como vimos sua coragem não foi suficiente para salvar-lhe a vida. Usando táticas de organização militar regular acabou sendo envolvido em meio a fuga de sua tropa, sendo lanceado. Embora a revolução tenha, realmente terminada antes da morte, seu fim, extinguiu toda forma de resistência.

Se Dourado escrevia a partir de uma visão idealizada da política e da vida guerreira sua atitude era regulada por uma medida real, já em Saldanha sua vida é sacrificada em função de paradoxos que foram acontecendo em decorrências de suas decisões. Sempre assumindo posições que destoavam de seus colegas de marinha na revolução da armada, termina sua vida no Sul, um lugar inóspito, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai as margens do rio Quaraí.

Seu diário é quase de um viajante, como aqueles que estiveram na pampa a partir do século XVIII: descreve as casas, o lugar das mulheres, a alimentação o físico masculino e por fim as negociações militares com os líderes da revolução.

Se na façanha guerreira relatada por Ângelo os Gaúchos foram derrotados por uma nova ordem militar com um outro tipo de organização além de estarem fora de seu terreno habitual, o pampa com suas práticas militares particulares, o que levou a derrota do Almirante foi sua ausência de compreensão política do momento e dos interesses das elites agrárias além do desconhecimento da natureza do pampa e da guerra feita nesta região como escreve Silveira Martins: “ Ele, Saldanha será fatalmente sacrificado. Não conhece o

terreno em que pisa nem sabe andar a cavalo. O gênero de guerra que fazemos o Rio Grande vai superá-lo, imobilizando sua inteligência e bravura”⁹⁵.

Bibliografia.

Antúñez, Marcos Silveira. Testimonios de la Revolución.: Tomo 3. Montevideo: Editorial de la Divisa, 2002.

Alves, Francisco. Revolução Federalista: História e Historiografia. Rio Grande: Editora da Furg, 2002.

Carvalho, Pedro. A Campanha do Coronel Santos Filho. Porto Alegre: Edigal, 2015.

Cezar, Guilhermino. História da Literatura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Globo, 1993.

Chartier, Entrevista-História-Conversa com R. Chartier, por Isabel Lustosa, Casa Rui Barbosa, R. J. 2004.

Coutinho, Albino José Ferreira. A Marcha da Divisão do Norte. Porto Alegre: Edigal, 2011.

Cunha, Maria Tereza. Diários pessoais: Territórios abertos para a História. In: O Historiador e suas fontes/Carla Bassanezi Pinski e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2012.

⁹⁵ Gama. Op. Cit. p.49.

Desplas, Marcos Hernández. Martín Aquino: Batllismo y Barbarie. Montevideo: Ediciones de la Diviza.2017.

Dourado, Ângelo. Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

Escobar, Wenceslau. Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul. Brasília: UNB, 1983.

Farge, Arlette. Lugares para a História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Flores, Moacir; Hilda Agnes Hübner. Rio Grande do Sul: Aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

Gama, Luiz Felipe de Saldanha da. Diários e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama. Organizado por Günter Axt, Hélio Martins, Milena Cardoso Costa-Porto Alegre: Sulina, 2009.

Halbwachs, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

Oliveira, Marcelo França de. A Trincheira Discursiva: Escritos Políticos de Ângelo Dourado em livro e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul Republicano (1893-1905). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2014.

-----, O Cronista Maragato: Literatura e História nas crônicas de Ângelo Dourado no

Eco do Sul (1896-1902. Tese (doutorado em Letras)-
Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Rio Grande, 2018.

Ribeiro, Ana. Aire Libre y Carne Gorda: Aparício
Saravia-1897. Montevideo: Planeta. 2012.

Tavares, Francisco da Silva. Diários da Revolução de
1893. Tomo I. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

Tavares, Joca. Diários da Revolução. Tomo II. Porto
Alegre: Nova Prova, 2004.

Rio Grande na década de 1890

Luiz Henrique Torres*

A transição da Monarquia para a República em Rio Grande foi marcada pela participação política ativa na tensa relação estabelecida entre os antigos detentores de poder e os novos projetos republicanos. A disputa entre republicanos ligados aos chimangos e aos maragatos com seus diferenciados projetos de governança se expressou na esfera local em tensões expressas e registradas na imprensa local e na documentação administrativa da Câmara Municipal. A Revolução Federalista atingiu a cidade num período de forte incremento econômico e aumento demográfico. Impactou o recebimento de matéria-prima como a lã recebida pela Rheingantz de criadouros da campanha gaúcha (com o descarrilamento por revolucionários de vagões do trem Rio Grande-Bagé); promoveu períodos de fechamento da Barra do Rio Grande pelo controle militar da esquadra rebelde no contexto da Revolta da Armada; provocou instabilidade na administração dos intendentes locais frente a luta entre castilhistas e opositores.

A importância estratégica e econômica da cidade está em conexão com o Porto Velho que era essencial para o escoamento da produção rio-grandense. Controlar o espaço portuário e o controle da Barra do

* Professor dos Cursos de História/Furg.

Rio Grande era essencial para uma vitória revolucionária.

Em 1890 a população do município do Rio Grande era de 24.600 habitantes. Em 1900 chegou a 30.000 evidenciando um crescimento populacional ligado a atração de empregos no setor industrial e comercial em expansão.

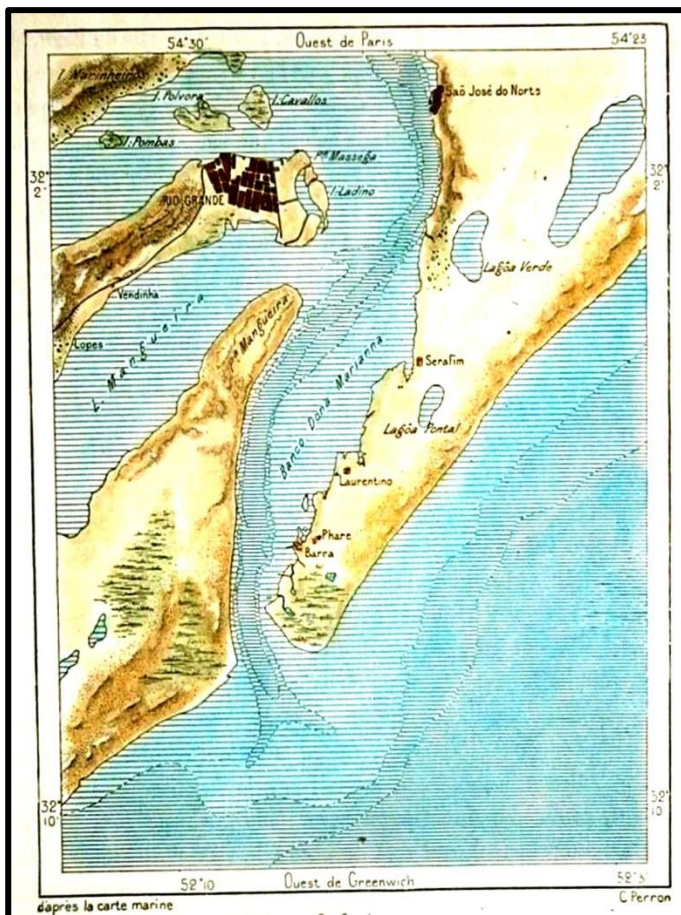


Figura 1 Planta do Estuário da Lagoa dos Patos, Perron, 1894.
Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Como fatores diretos para pensar o cenário da década de 1890 está o surgimento, a partir de 1880, do bairro Cidade Nova que promoveu o rompimento dos muros da cidade antiga (Linha de Trinchiras). No novo bairro foi instalada a fábrica Rheingantz (1884) e ocorreu

a inauguração da Estação Ferroviária Rio Grande-Bagé (1884). Os bondes urbanos foram inaugurados também neste ano 1884 agilizando o deslocamento do operariado.

Numa infraestrutura historicamente deficitária e em terrenos tomados de áreas alagadiças, a insalubridade das moradias só ampliou com o incremento populacional. As condições médico-sanitárias, para a maioria da população, eram precárias e a varíola se tornou endêmica na década de 1890. A década inicia com a gripe russa (precursora da Gripe Espanhola) e encerra com a peste bubônica.



Figura 2 Centro da cidade do Rio Grande em 1894. Taylor.
Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Porém, as evidências documentais das condições de vida nesta década exige uma explicação de temporalidade mais recuada.

Buscar uma reflexão sobre o contexto do município do Rio Grande na década de 1890, antes da eclosão da Revolução Federalista, exige recuar algumas décadas no tempo. Dois processos econômicos são fundamentais para pensar o desenvolvimento local e expressar a importância da localidade frente aos acontecimentos do período de 1893 a 1895: o comércio de exportação e importação e a industrialização.



Figura 3 Cartão-postal com vista do Porto Velho do Rio Grande em 1903. Acervo: Luiz Henrique Torres.

As atividades comerciais foram relevantes em Rio Grande desde as duas últimas décadas do século XVIII com a presença de comerciantes de vários países,

em especial, os portugueses que organizavam filiais de empresas do Rio de Janeiro. A exportação e importação era realizada através do Porto Velho o qual foi essencial para a dinamização econômica em nível do Rio Grande do Sul. As grandes empresas pertenciam a portugueses, alemães, italianos, ingleses etc, voltando-se a exportação de derivados do gado e produtos agrícolas, além de produção têxtil e ampla variedade de enlatados (na fase industrial). A importação voltou-se aos manufaturados, maquinarias, derivados do petróleo e uma infinidade de produtos para uso doméstico ou industrial. De forma relevante, este processo passa a ser relevante a partir da década de 1820 e se intensificou, com variações e crises, até por volta de 1920.



Figura 4 A Rua da Praia ou Rua Marechal Floriano foi a mais importante na concentração de comerciantes. Cartão-postal de 1905. Acervo: Luiz Henrique Torres.

Inúmeras firmas comerciais estabeleceram-se na cidade. Uma das que mais se destacou foi a Bromberg & Cia (década de 1880), filial da casa estabelecida em Porto Alegre com origem em Hamburgo (Alemanha). Importava da Alemanha, Inglaterra, França, Áustria e Estados Unidos utensílios domésticos, arame, cimento, ferro, carvão, máquinas agrícolas e industriais, ferragens etc. Uma das pioneiras foi a empresa alemã Fraeb & Cia, desde 1829, importava da Alemanha e Inglaterra arame, cimento e tecidos, exportando charque, couro, lã etc. Otero, Gomes & Cia, importava cimento, querosene, gasolina, arame, sal papel etc, exportando charque, sebo, banha, fumo e erva-mate. Foi fundada em 1867.



Figura 5 Rua dos Príncipes e renomeada como General Bacular após a Revolução Federalista. Importante artéria comercial. Ano de 1890. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Comerciantes portugueses eram atuantes neste ramo de importação e exportação. Corrêa Leite & Cia, iniciou as atividades em 1895, importava tintas, arame, ferragens, sal, café, açúcar etc exportando charque e derivados do gado. Exportando couro para a Europa e importando produtos diversificados do Prata, Europa e Estados Unidos, o português José da Silva Fresteiro iniciou suas atividades em Rio Grande em 1878. Também de Portugal era Campos Assumpção (1889), que importava vinho e licores portugueses além de outros produtos. Exportava madeiras para estados brasileiros e também para o Uruguai e Argentina. Albino da Cunha Amaral é outro empresário português de destaque que atuou na cidade desde 1876 com importação de vinho francês e de sardinhas portuguesa.

A empresa de Joaquim Martins Garcia (1879) importava carvão e C. Albrecht & Cia (1896) importava tecidos da Europa. O alemão Carl Engelhardt (1901) voltou-se à exportação. Tollens & Costa (1911) importava máquinas e ferragens da Europa (especialmente da Alemanha) e também dos Estados Unidos. A Drogaria Franco-Brasileira, de propriedade de Antonio Carlos Lopez (criador do Tiro de Guerra no Brasil), era importadora de produtos químicos e farmacêuticos. Menditeguy & Cia importava tecidos da Europa e Estados Unidos, exportando produtos Rio-grandenses. A Rache, Leite & Cia (1867) exportava sebo, charque para o mercado brasileiro e lã para a Europa, enquanto Eduardo Wigg & Cia (1911) agenciavam companhias de navegação e importavam trigo e carvão.

Fundada pelo Albert Thomsen, a empresa Thomsen & Cia dedicava-se a importação de querosene, óleos lubrificantes, máquinas oriundas da Espanha,

Alemanha e Inglaterra, além de terebintina dos Estados Unidos. Exportava couro, chifre, ossos e lã. George Wachtel & Cia (1897) representava as empresas alemãs *Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffachrts Gesellschaft* e *Hamburg Amerika Linie, Sudameika Dienst*. Exportava para os portos de Hamburgo e Nova York couro, ossos, lã e derivados da pecuária e importava produtos em navios da própria companhia. São apenas alguns exemplos de um universo maior que tenta contextualizar que o Porto do Rio Grande estava interligado comercialmente com vários portos da Europa e também dos Estados Unidos.

A maioria destes comerciantes eram estrangeiros de várias nacionalidades, mas a maioria era portugueses. No recenseamento municipal de 1888, de uma população de 20.277 habitantes, os estrangeiros correspondiam a 21,70% do total.

Um lugar comum na documentação são as referências ao vento e a areia. Controlar estas condições naturais foi um dos maiores desafios para as autoridades constituídas. Uma parte da história da cidade do Rio Grande está escrita nas ruas, mais especificamente, no calçamento das ruas. Em cerca de três décadas a cidade apresentou uma rápida expansão na área urbana ocupada, trazendo novos desafios aos problemas ligados a urbanidade que exigiam soluções aos representantes do poder público na segunda metade do século XIX. E com o processo industrial a partir da década de 1870, os problemas urbanos se intensificaram de forma contundente e com o registro de absurdas taxas de mortalidade e situação precária de existência da maioria da população.

O crescimento da área urbana deu um grande salto nas últimas décadas do século XIX: em 1845 a área

urbana era de 36 hectares; em 1860 de 75 hectares e em 1878 de 458 hectares, evidenciando um crescimento que provocou o esgotamento da Cidade Antiga. A partir da década de 1880, a Cidade Nova surgirá e a ocupação se dará num espaço muito mais amplo e que tem continuidade até o presente. E a ocupação do espaço virá acompanhada de inúmeros problemas para a edificação de infraestrutura de água, luz, saneamento, calçamento, iluminação e segurança que se traduza em qualidade de vida aos moradores.

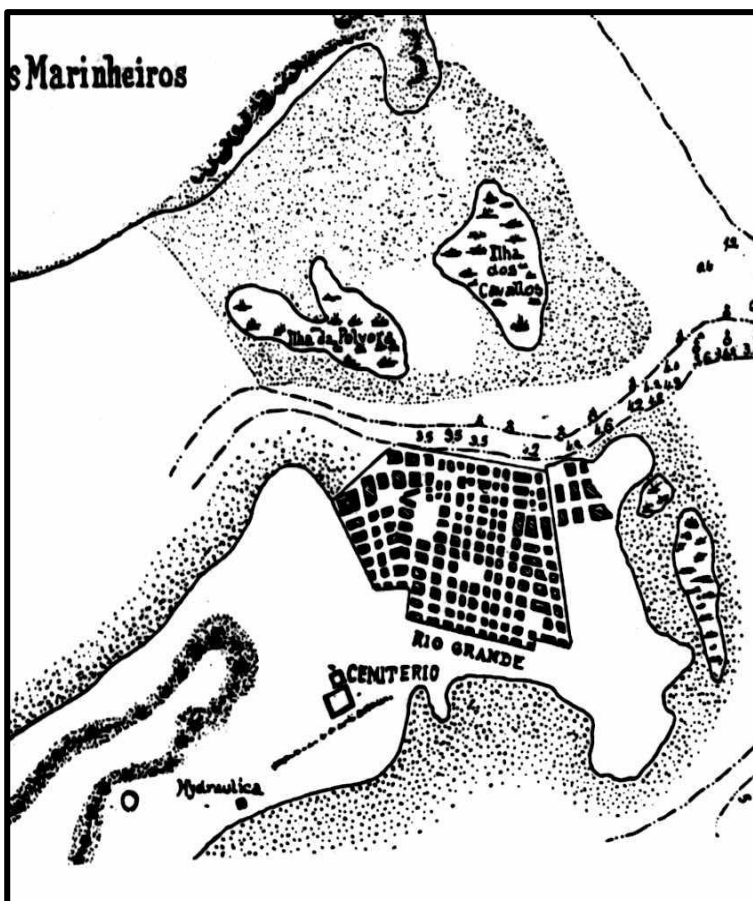


Figura 6 Planta urbana de 1872. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Na Inglaterra, os parâmetros do que se poderia chamar de uma Revolução Industrial remontam a 1760. No Brasil, país fundado na herança colonial da grande propriedade agrícola e escravista voltada à exportação, este processo começa a se desencadear na segunda

metade do século XIX. Rio Grande estava em sintonia com as transformações industriais da economia brasileira e gaúcha que buscava romper o exclusivismo de um setor econômico primário (pecuária e agricultura).

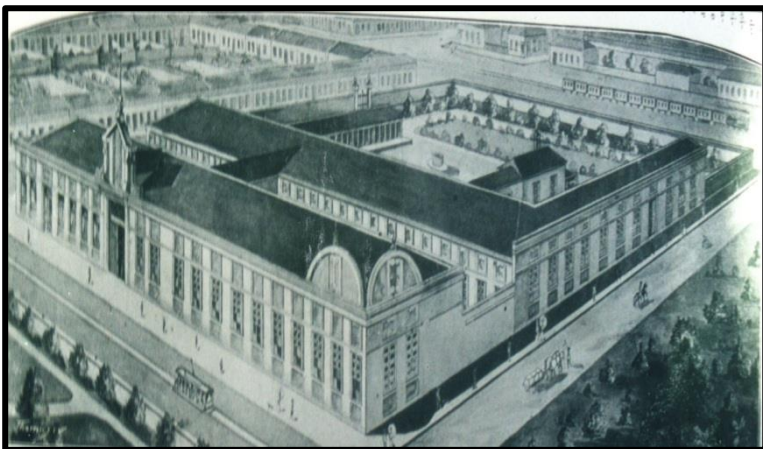


Figura 7 Fábrica de Charutos Pook.

O capital e o trabalho produziram não apenas produtos e consumo, mas também uma dialética do conflito entre operários e empresariado. As indústrias foram um fator de aceleração no desenvolvimento urbano e crescimento populacional local. A indústria gaúcha esteve voltada ao mercado regional e nacional desde o seu surgimento. Na cidade do Rio Grande, ela se caracterizou por apresentar grandes estabelecimentos, com índices de capital e mão-de-obra empregada acima das médias e com diversificação de ramos industriais (tecidos, charutos, tecelagem, alimentícias, frigoríficos etc). A cidade marítima, através da facilidade de escoamento pelo porto, destacou-se no processo de

implantação e consolidação da Industrialização no Rio Grande do Sul.



Figura 8 Operários na fábrica Leal, Santos & C. Cerca de 1910. Acervo: Museu da Cidade do Rio Grande.

O exército anônimo de operários proliferava frente à produção de bens não duráveis voltados ao mercado interno brasileiro. A grande indústria, como é o caso da Rheingantz, da Ítalo-Brasileira, da Leal Santos e posteriormente, da Swift, introduziu a especialização da produção e a mecanização em larga escala. Na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a multiplicação das indústrias e as contradições envolvendo as relações entre patrões e operários, conduziu a conflitos e articulações equalizadoras da

questão social oriunda do equilíbrio tênue entre capital e trabalho.

Nesta marcha para a industrialização um empresa se destacou para além da esfera local. A indústria têxtil Rheingantz surgiu em 1873 e foi uma referência em nível de Brasil em termos de construção de um espaço para a atividade industrial inserido na vida diária do trabalhador que morava junto à empresa. O complexo industrial urbano criado na Rheingantz também era um complexo social e político. A preocupação com a produção e a disciplinarização da mão-de-obra para o trabalho em larga escala, foram constantes. A disposição espacial das casas dos trabalhadores (casas-em-fita), dos engenheiros e técnicos (edificadas conforme o estilo arquitetônico de seus países de origem), mostra um plano urbano racionalizado que aproxima o operário de um ambiente permanente de convívio com a fábrica e a produção. As casas foram construídas a partir de 1885, sendo alugadas por baixos valores pela empresa aos operários no sentido de buscar uma disciplina permanente dos trabalhadores.



Figura 9 Cartão-postal da fábrica Rheingantz (União Fabril) por volta de 1918. Acervo: Luiz Henrique Torres.

O surgimento da escola junto ao espaço da fábrica, apresenta um importante papel de socialização, preparação para o trabalho e controle ideológico da atual ou futura força de trabalho. A empresa também voltou-se a assistência social através da criação de caixas de socorros, assistência médica, creches para os filhos de operários e surgimento de sociedades beneficentes. Esta série de medidas, buscavam também afastar o operário dos movimentos sindicais de caráter socialista e, posteriormente, anarquista, que proliferaram a partir da década de 1890 até a década de 1920.

Outra indústria que despontou em nível local foi a Leal Santos & Cia que foi constituída em 1889

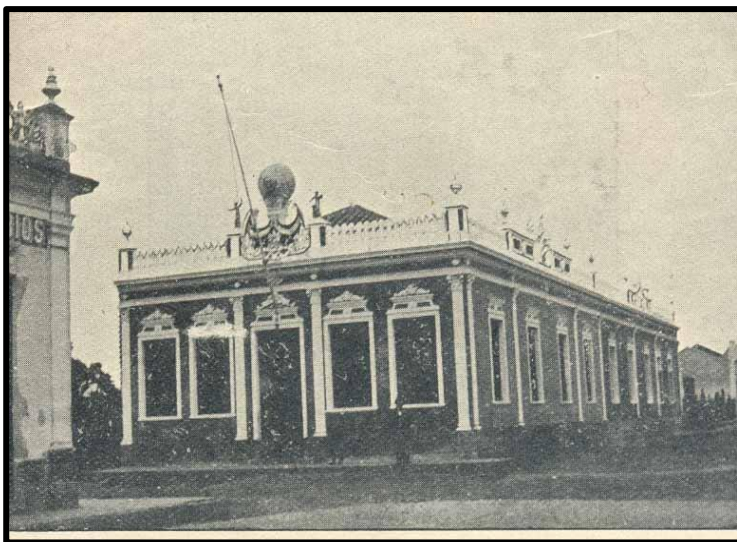
voltando-se à fabricação de biscoitos e conservas alimentícias, especialmente carnes, peixes, camarões, frutas e legumes. Os produtos eram vendidos no mercado interno brasileiro e as carnes enlatadas eram também exportadas para a Europa.

A presença destas indústrias e de várias outras, fez surgir à denominação de Rio Grande como a *cidade das chaminés*. No equilíbrio entre a sobrevivência e o lucro, estruturavam-se as lógicas do capital e as resistências dos trabalhadores num cenário social que insere Rio Grande nos ideários revolucionários anarco-sindicalistas e socialistas. Neste confronto também surgiu à questão social na ótica católica com os círculos operários e a concepção cristã do uso social do capital.



Figura 10 Cartão-postal colorizado mostrando operários na saída da Fábrica Ítalo-Brasileira. Cerca de 1910. Acervo: www.ebay.com

Desde a década de 1870 até os primórdios do século XX, o operariado apresenta um crescimento significativo. Surge o movimento operário organizado na década de 1890, com a fundação de entidades que tiveram curto período de vida como a Liga Operária e o Centro Operário, ambas de 1892. Um nome proeminente do período foi o imigrante português e militante socialista Antonio Guedes Coutinho que participa, no dia 1º de maio de 1894, da fundação da Sociedade União Operária do Rio Grande. Nesta data, foi comemorado pela primeira vez o dia do trabalho na cidade. Coutinho também foi o editor de um dos mais destacados jornais socialistas do Brasil, o *Echo Operário* que circulou a partir de 1896. Na Sociedade União Operária, lideranças socialistas ou anarquistas, buscavam encaminhar demandas de melhores condições de trabalho e salário para o expressivo operariado local. Havia uma preocupação com a educação dos sócios e familiares, apoio financeiro nos momentos de dificuldade e vida cultural com teatro/bailes/festas.



**Figura 11 União Operária. Fotografia de Fontana em 1912.
Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.**

A industrialização veio acompanhada de inúmeros problemas de ordem social e urbana. Assim como outras cidades brasileiras, as autoridades procuram adotar algumas medidas que estivessem em sintonia com os princípios da modernidade: bonde, eletricidade, instalação de esgotos, saneamento da sujeira e dos dejetos, calçamento, fornecimento de água, segurança pública, educação, aformoseamento de praças públicas. Porém, a demanda de necessidades em investimentos é maior que os recursos financeiros disponíveis e os problemas se estabelecem mais rápido do que as respostas do poder público.



Figura 12 Câmara dos Vereadores em 1894. A partir de 1900 sedia a Biblioteca Rio-Grandense. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Com a superação do limite das trincheiras na direção oeste da cidade, novas estruturas foram incorporadas à zona urbana, e com elas a cidade se expandiu mais para o oeste, ocupando as margens do pontal arenoso e deixando o centro do pontal desocupado, área esta reservada para a Hidráulica, a fim de preservar os mananciais ali existentes.

A Cidade Velha e a Cidade Nova eram delimitadas pela linha de trincheiras que cortava a cidade do Rio Grande nas imediações do atual Canalete da Major Carlos Pinto. Uma cidade dentro dos muros de proteção que foram construídos na década de 1820 e uma cidade extramuros, que ganharia seu contorno na década de 1880 com a demolição das trincheiras. Um dos marcos desta ruptura foi a construção em 1855 do cemitério extramuros, distante do centro urbano e garantindo a segurança frente a crença em epidemias

causadas nos espaços sepulcrais. Outra referência da nova urbanidade foi à fábrica Rheingantz que se estabelece no local atual em 1884 e que produziu uma ocupação voltada ao seu funcionamento, numa inovação não apenas local mas em nível nacional para sua época. A inauguração da Estação Ferroviária da linha Rio Grande-Bagé será outro fator de catalisação do povoamento em dezembro de 1884. Neste mesmo ano também ocorreu a instalação de linha de bondes, os carris urbanos, agilizando o deslocamento da população. Nascia a Cidade Nova que diferente da Cidade Antiga, teve um planejamento matemático de suas ruas e espaços públicos, evitando becos e ruas demasiadamente estreitas.



Figura 13 Estação Ferroviária na década de 1880. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Na área central, amplas foram realizadas de aformoseamento da Praça Tamandaré que a transformou num cartão-postal da cidade. No canto direito da fotografia está o prédio do Hospital Beneficência que foi revitalizado até o final da década de 1890.



Figura 14 Obras de construção do lago da Praça Tamandaré em 1895. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Um dos maiores desafios para Rio Grande foi a segurança no acesso ao espaço portuário. O baixo calado tornava o acesso a Barra do Rio Grande muito perigoso e inúmeros naufrágios ocorreram. Em vários períodos do século XIX a Barra ficou fechada por semanas inviabilizando a circulação dos navios com o recebimento de mercadorias e o escoamento da produção rio-grandense.

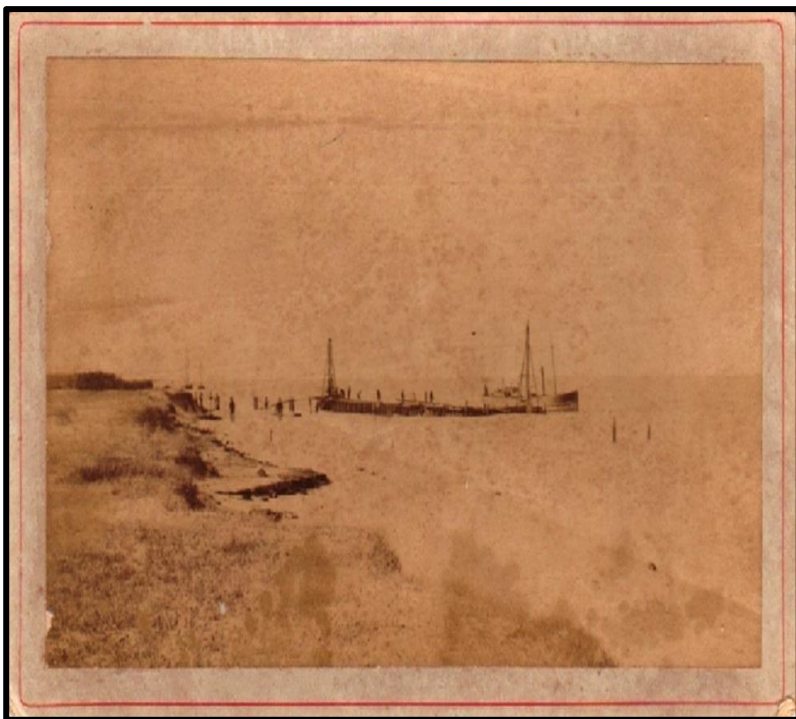


Figura 15 Fotografia das obras de construção dos Molhes da Barra em 1892. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Em 1883 o calado estava em menos de 2 metros de profundidade. O projeto de construção de molhes de proteção para garantir o aprofundamento do canal para 10 metros foi um dos temas mais discutidos na década de 1890. Após a tragédia do naufrágio do Rio Apa com a morte de mais de cem pessoas, se intensificou a necessidade de realizar a obra de aprofundamento do canal e permitir o acesso rápido e seguro ao porto. Foi criada uma companhia responsável pelas obras da Barra com recursos do governo federal, porém, a Revolução Federalista e os problemas políticos e financeiros acabaram

interrompendo os trabalhos e trazendo nova frustração. A obra só foi retomada a partir de 1908 com a Companhia Francesa do Porto do Rio Grande.



Figura 16 Casal na Rua Marechal Floriano no final do século XIX. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Em Rio Grande, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX sinalizavam que, com o desenvolvimento tecnológico, ocorreria o triunfo da modernidade. O crescente otimismo burguês do domínio da natureza através da técnica e da ciência é a palavra de ordem. Progresso e tecnologia andavam lado a lado para reorganizar o espaço urbano em sintonia com o crescimento industrial e das atividades econômicas.

A modernidade passa a ser associada à República implantada no Brasil em 1889 enquanto o retrógrado

estaria nos referenciais cotidianos da Monarquia “falecida”.



Figura 17 Um dos pontos centrais da cidade. O prédio da Alfândega na Rua Marechal Floriano. Fotógrafo Fontana, 1912. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

O desenvolvimento do capitalismo e os novos conhecimentos que passam pela técnica, cultura e até pelo saber médico, evidencia os novos tempos fundados na modernidade. A ciência e a técnica são associadas ao progresso civilizatório que passa pela logística urbana dos bondes ou pela difusão da luz elétrica, dos telefones, do cinema, do avião, dos navios que apresentam maiores recursos técnicos para a navegação. Mesmo que os problemas sociais gerados por este rápido processo industrial que duplica a população local nas três primeiras décadas do século XX resulta num “insólito” estado de miséria em grande parte da cidade, o “cartão-postal” a ser divulgado da *Belle Époque* em Rio Grande

foi o dos cenários que ostentam os avanços para uma vida urbana moderna.

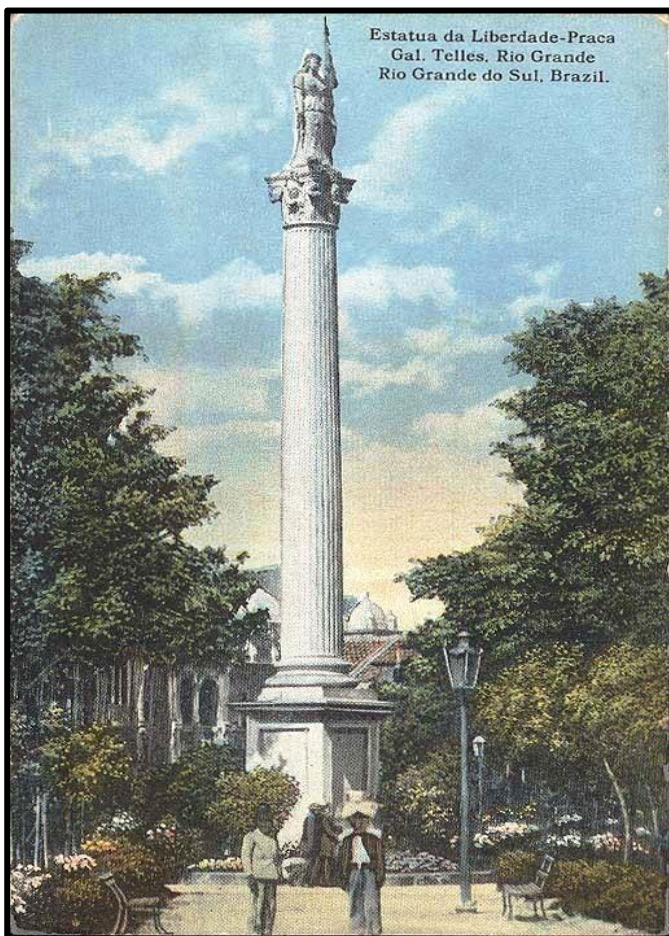


Figura 18 Cartão-postal, da década de 1910, com o monumento a Liberdade (1889) na Praça General Telles (personagem homenageado por sua defesa da cidade na Revolução Federalista). Atual Praça Xavier Ferreira. Acervo: Luiz Henrique Torres.

Dois prédios que evidenciam o crescimento da urbe foi o Quartel General -inaugurado em 1894 e bombardeado por navios de guerra da Marinha durante os eventos da Revolta da Armada-, e o prédio da Intendência Municipal que foi inaugurado em 1900.



Figura 19 Fotografia do Quartel General em 1912. Ao lado esquerdo está o prédio da Intendência Municipal. Fotógrafo Fontana. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

As associações recreativas, esportivas (Clube de Regatas em 1897), carnavalescas, políticas, filantrópicas, literárias, de mutualidade foram atuantes na segunda metade do século XIX. Associações que representavam nacionalidades proliferaram na cidade como os clubes alemão (1883), italiano (1890), polonês (1896), etc.

A raiz da constituição de clubes sociais, associações de classe e práticas esportivas ligadas a

atividades náuticas e atléticas, receberá o aporte da proliferação dos times de futebol (praticado inicialmente nos campos de várzeas). A influência da comunidade germânica foi decisiva para a fundação, em 1900, do Rio Grande que é o clube mais antigo do Brasil em atividade. A participação em clubes sociais, recreativos e representações diplomáticas é referência de status para a elite ligada ao comércio e indústria. O olhar também se volta a instrução e educação, que era desenvolvida em vários clubes com cursos ou atividades educativas. A Biblioteca Rio-grandense, atuante desde 1846, se projetou por oferecer cursos noturnos e contar com um excelente acervo para os consulentes.

Entre os espaços esportivos estava o velódromo (corrida de bicicletas) instalado na Praça Sete de Setembro. Durante o confronto militar da Revolução Federalista, em 1894, a praça foi ocupada por forças do Exército.

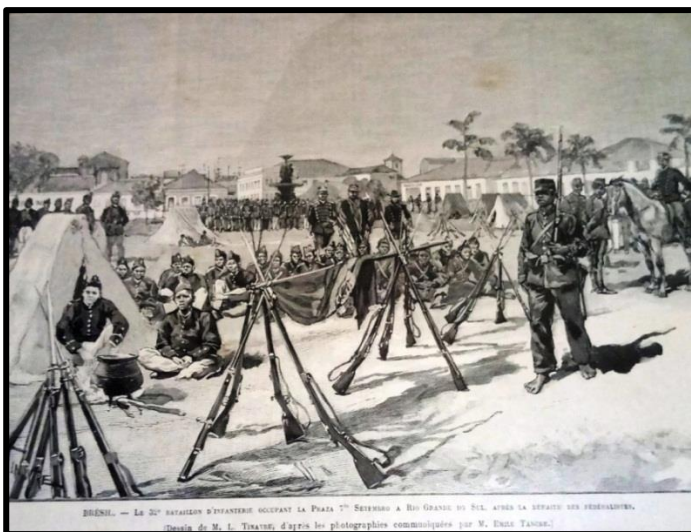


Figura 20 Praça Sete de Setembro. Jornal Le Monde Illustré, 09-06-1894.

Indispensável é fazer referência a um projeto pioneiro no Brasil para viabilizar a prática organizada dos banhos de mar. É o balneário Vila Sequeira ou Cassino que foi idealizado em 1885 e inaugurado em janeiro de 1890 e trouxe um novo referencial para o convívio da cidade com sua zona costeira. Inclusive será um espaço de inovações comportamentais e aproximações com os modelos civilizatórios europeus na prática do banho e as sociabilidades inerentes. A infraestrutura exigiu a planificação do espaço com a construção de uma ampla avenida, a divisão de lotes para moradias, a construção de um hotel confortável com espaço para apresentações teatrais, cinema e bailes. Casas para aluguel, além de telefone para contatos com a cidade. Na beira-mar foram instaladas dezenas de casas para troca de roupa buscando garantir o conforto e a

segurança dos banhistas. Uma linha férrea foi construída ligando o Parque Rio-Grandense (na cidade), passando por estações (Senandes, Bolaxa etc) que começam a atrair o povoamento para esta região antes chamada de Campos da Mangueira.

Comerciantes e industriais de Rio Grande e de outras localidades como Pelotas e Bagé, começam a construir residências num patamar sofisticado e com elementos arquitetônicos de diferentes países, inclusive, hasteando as bandeiras de seus países de origem ou de vínculo econômico internacional. Políticos passam o veraneio no Cassino

Representantes da elite industrial e comercial da cidade projetaram a construção de um balneário planejado e fundado na concepção do banho de água salgada como um benefício para a saúde humana. Sua clientela não se restringiu as elites que usufruíam dos luxos disponibilizados, pois, os trens diários transportavam centenas de moradores da cidade, sendo muitos destes operários, que no domingo, passavam o dia na beira da praia. A cultura das sociabilidades ligadas ao mar estava nascendo na cidade na década de 1890.

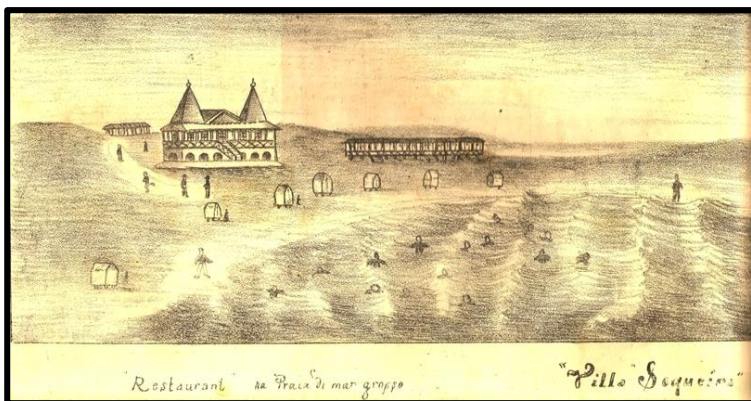


Figura 21 Primeira imagem da praia de banhos do Balneário Cassino no ano de 1890. Jornal O Bisturi. Acervo: Biblioteca Rio-Grandense.

Esta década é de transição entre o arcaico e a fantasia da modernidade que é alimentada pelo forte crescimento industrial e pela geração de empregos. Um consistente operariado está se constituindo e se ampliará nas duas décadas seguintes. Expectativas se voltam para a construção dos Molhes da Barra e de um novo e moderno Porto. Entre o não realizável em curto prazo e as expectativas, ficou um aparente glamour das inovações técnicas, da geração de empregos e de que a República poderia trazer muitos avanços econômicos e sociais. As lutas pelo poder expressas em movimentos como a Revolução Federalista, foram aos poucos dispersando as expectativas otimistas da natureza domesticada pela técnica trazendo a felicidade. Os problemas urbanos vão dissipando a magia das máquinas que tudo produzem e transformam em mercadorias. Afinal, a vida real dos operários é materialmente limitadíssima e está inserido nesta

precária urbanidade. A década nascente da Belle Époque tropical não conseguiu esconder antigas e novas fealdades que já estavam enraizadas de longa data.



Figura 22 Selo de 50 Rs de taxa para circulação de jornais. Carimbo da cidade do Rio Grande – S. Pedro do Sul – datado de 14 de fevereiro de 1894. Durante os eventos da Revolução Federalista. Acervo: Luiz Henrique Torres.

O jornal *Rio Grande do Sul* e a recepção do primeiro jornal castilhistas pela imprensa rio-grandina (1891)

Marcelo França de Oliveira *

A cidade do Rio Grande foi uma das mais importantes praças em termos de imprensa, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, no contexto sul-rio-grandense, com evidenciado destaque no século XIX, a segunda em importância na conjuntura provincial/estadual (apenas atrás da capital, Porto Alegre), e tinha como características a forte inserção nos debates políticos da época, em especial, através de suas páginas, se davam ferrenhos enfrentamentos de ideais político-partidários.

As origens do município remontam ao projeto expansionista português na região platina, fronteira última do império ultramarino luso. Seu marco inicial, a fundação do Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro, “longe de ser um ato isolado e apenas de interesse militar, vincula-se amplamente ao contexto

* Doutor em História da Literatura (FURG). Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

geopolítico platino gerado ao longo dos séculos XVI e XVII”, somado, “em seus fundamentos, o contexto socioeconômico, que se desenvolveu no centro-sul do Brasil no alvorecer do século XVIII” (QUEIROZ, 1987, p. 29). Foi o primeiro núcleo administrativo do Rio Grande do Sul, condição mantida até 1763, quando tropas espanholas invadiram a localidade, só reconquistada pelos portugueses em 1776, já transferidas em definitivo suas funções administrativas para Viamão, e, depois, Porto Alegre. Mesmo não sendo mais a capital, do ponto de vista econômico, o progresso rio-grandino ao longo do século XIX deveu-se à estratégica posição de escoadouro à produção derivada da atividade pecuária que se desenvolveu de modo crescente no Rio Grande do Sul. Seu porto, segundo a crônica da época, era a “principal porta da província” (ISABELLE, 1983, p. 77), onde se realizava importante comércio de importação de produtos europeus, em sua maioria ingleses, bem como ali se estabeleciam negócios com a região platina e o comércio interior. A proximidade com o oceano também favorecia a residência ou permanência de agentes “principais negociantes”, de modo que a cidade poderia ser considerada “o maior mercado do Brasil meridional” (LUCCOCK, 1975, pp. 116-117 e 122).

O avanço econômico trouxe consigo um crescimento urbano e demográfico, e isso teve impacto no incremento da cultura, com destaque para o desenvolvimento da imprensa, tendo a cidade grande tradição na atividade jornalística, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, no contexto sul-rio-grandense. Desse modo, além de ter sido uma das primeiras cidades gaúchas a possuir jornais, Rio Grande teve algumas das mais duradouras folhas em termos

provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por mais de seis décadas.⁹⁶ Nesse sentido, o jornalismo praticado na cidade acompanhou, de forma parecida, a evolução do conjunto da imprensa brasileira do século XIX. Através dos catálogos ou levantamentos estatísticos formulados por João José César (1884, p. 188-200), João de Oliveira (1896, p. 231-239), Alfredo Ferreira Rodrigues (1902, p. 221-225) e Walter Spalding (1995), pode-se estabelecer a comparação, mesmo que sob a forma de amostragem, do desenvolvimento da imprensa em diferentes cidades sul-rio-grandenses durante o século XIX. Tais dados situam a imprensa de Rio Grande (possuidora de 16,49%, do número total de jornais do Rio Grande do Sul, tendo por base a média dos quatro autores) somente superada pela de Porto Alegre (34,86% do total), e, ainda que acompanhada de perto pela imprensa de Pelotas (11,36%), mantendo uma grande distância em relação a outras localidades gaúchas: Jaguarão, por exemplo, a 4ª colocada, possuía 5,48% dos jornais do Rio Grande do Sul, no mesmo período.

Essa imprensa, em especial a de caráter diário de fins do século XIX (mas também percebido na chamada “pequena imprensa”, a dos jornais ilustrados e caricatos) tinha forte influência ideológica e política, refletindo as forças em disputas pelo poder. Formavam-se, desse modo, alguns dos dispositivos de manipulação da opinião pública por meio dos jornais, com a formação de identidades político-partidárias e a personificação do “nosso” e do “outro”, do “partidário” e do “adversário”, do “aliado” e do “inimigo”, num conflito discursivo que

⁹⁶ Dentre elas, o *Diário do Rio Grande*, *O Artista* e um dos objetos desta tese, o *Eco do Sul* (ALVES, 1995, p. 9).

iria marcar o comportamento do jornalismo ao longo dos diversos embates políticos, partidários e militares típicos da formação histórica sul-rio-grandense, à época da transição monarquia-república, em especial durante a Revolução Federalista.

E é em 1º de junho de 1891 que surge o *Rio Grande do Sul*, inicialmente autointitulado uma folha “neutra”, mas que já era percebida, pelos demais jornais em circulação, como um projeto claramente castilhistas. possuía tipografia própria,⁹⁷ e era de propriedade de Reis, Bastos & C., mesma denominação empresarial da Tipografia Trocadero à época, que imprimia também outros jornais, como o *Corimbo* (VIEIRA, 1997, p. 32). Os titulares da sociedade eram Manoel Antônio Afonso Reis, médico⁹⁸ e político de destaque, membro da Junta

⁹⁷ Sobre a propriedade da tipografia do *Rio Grande do Sul*, os dados foram obtidos no próprio jornal, que informa que o “estabelecimento está habilitado para receber qualquer trabalho a imprimir. Dispomos de abundante, rico e variado material para qualquer espécie de obra, por mais exigente que seja a encomenda” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). Essa “toda espécie de obra” refere-se a impressões inclusive de livros, conforme apurado na folha de rosto do livro *Guerra do Paraguai: memórias de Madame Dorotéia Duprat de Lasserre - versão e notas de J. Artur Montenegro*, onde se lê, na parte inferior: “Rio Grande do Sul - Editores: Reis, Bastos & C. - Tipografia Trocadero, 1893”. Tal livro, constante do acervo digitalizado da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, encontra-se disponível em <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5068/1/011816_COMPLETO.pdf> Acesso 22 mar 2021.

⁹⁸ Na edição inaugural do *Rio Grande do Sul*, na seção “Avisos” já consta que “junto à Farmácia Godoy”, o médico “dr.

Municipal na década de 1890,⁹⁹ e José Bastos, comerciante, proprietário também do Chalet Bastos,¹⁰⁰ instalado na praça Municipal (atualmente, praça Xavier Ferreira) e que servia, dada sua privilegiada localização, de ponto de encontro e de sociabilidades cidadinas.

Nas primeiras edições, a folha não dá publicidade a quem é(são) o(s) seu(s) redator(es),

Manuel Antônio Afonso Reis [...] dá consulta diariamente, das 12 à 1 hora da tarde” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). O exíguo horário para o exercício da medicina sugere que boa parte do seu tempo era dedicada a outras atividades, como a comercial (sendo o empreendimento do jornal uma delas) e a política. Sobre a atuação de Afonso Reis como médico, em especial no enfrentamento de epidemias e na vacinação no Rio Grande, ver CRUZ, 1998, p. 91-108.

⁹⁹ A respeito de sua atuação política, no *Rio Grande do Sul* elas aparecem sutil e indiretamente, mas são mais destacadas pelo *Eco*, como analiso adiante (em especial durante as eleições municipais que aconteceram nesse mesmo ano de 1891). Além disso, seu nome consta nos livros de atas da Junta e do Conselho Municipal do município, que compreende os anos de 1891 a 1896 (LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Segunda reunião ordinária - 6ª sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 31 de agosto de 1893. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Grande, 1891-1896, e LIVRO DE ATAS DA JUNTA DA CÂMARA E DO CONSELHO. Nona Sessão. Presidência do Sr. Dr. Afonso Reis, em 15.10.1894. Rio Grande: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 1891-1896.), corroborando sua importância no cenário político local da época.

¹⁰⁰ Esse estabelecimento era um misto de cafeteria, bar e armazém, que anunciava “sorvetes, biscoitos ingleses, leite ‘puro’, ameixas e azeitonas recentemente colhidas” (RIO GRANDE DO SUL, 2/01/1893, p. 3)

limitando-se a informar que “a responsabilidade da redação só diz respeito aos artigos de sua lavra”, ficando subentendido, embora não explicitado, que se trata dos editoriais e demais notícias não assinadas, complementando que “todo artigo que vier pelas nossas colunas sob a rubrica especial de colaboração trará a responsabilidade do seu autor” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). Tal destaque quanto às responsabilidades está inserido no contexto legal vigente sobre a atividade jornalística, adotada a partir da instauração da república. O regramento desse período foi definido a partir do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 11 de outubro de 1890, “onde ficaram regulamentados os novos critérios delimitadores da liberdade de imprensa”, segundo Francisco das Neves Alves, que complementa:

O Código Penal, quanto à imprensa, apresentava uma nova modalidade na apuração dos responsáveis, era o sistema de solidariedade criminal, em substituição ao sistema de responsabilidade sucessiva do Código anterior. Deste modo, a nova legislação determinava que “nos crimes de abuso de liberdade de comunicação do pensamento”, seriam “solidariamente responsáveis o autor, o dono da tipografia, litografia ou do jornal e o editor”; também era considerado responsável, “o vendedor ou distribuidor de impressos ou gravuras”, quando não constasse quem era o dono do estabelecimento de impressão ou esse fosse “residente em país estrangeiro”. Segundo o Código, nesses crimes “a ação criminal respectiva” poderia “ser intentada contra

qualquer dos responsáveis solidários, a arbítrio do queixoso”; e garantia que “no julgamento destes crimes os escritos não seriam “interpretados por frases soltas, transpostas ou deslocadas”. A nova legislação buscava punir os crimes contra a existência política e a segurança interna da República e contra os direitos autorais, coibia também a calúnia e a injúria e previa as formas do uso ilegal da arte tipográfica, prevendo as respectivas punições às práticas criminosas.

[...]

No que tange às formas de julgamento e “às regras processuais, o novo regime federal as retirou da competência da União, confiando-as aos Estados, uma vez que a estes deixara a competência de prover à própria organização judiciária”. Desta maneira, o controle sobre os crimes de imprensa tornava-se ainda mais direto, tendo em vista a maior proximidade das autoridades regionais e locais, que, em cada unidade da Federação, seriam as responsáveis pela apuração dos possíveis delitos de imprensa (ALVES, 2004, p. 17-19).

Logo, embora o Código Penal estabelecesse o sistema de solidariedade criminal, o *Rio Grande do Sul* se valia da falta de ordenamento legal do estado naquele período, (cuja Constituição só seria outorgada por Júlio de Castilhos em 14 de julho de 1891) para assumir a responsabilidade apenas pelos seu conteúdo assinado, eximindo-se da responsabilidade pela publicação de artigos de terceiros assim publicados (o que incluía, também, os pseudônimos adotados ou a figura dos “correspondentes”, alguns revelados mais tarde,

enquanto outros nunca tiveram sua identidade divulgada).



Figura 1: frontispício da edição inaugural do *Rio Grande do Sul*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

A edição inaugural do *Rio Grande do Sul* traz dupla saudação. A primeira, abrindo a folha, é “à imprensa”, e, a segunda, não imediatamente após, mas ainda em posição de destaque (encimando a terceira coluna da primeira página), é “ao público”.

À imprensa, a mensagem dizia que, apesar de “apartidário”, “livre” e “isento de paixões partidárias”, estavam “prontos para o *combate*”, dando início a um “trabalho árduo, nobre e nobilitador”, indicando que não haveria sacrifício que o detivesse: “não haverá contrariedade, obstáculo, *ataque* que nos arrefeça o ânimo” (grifos meus), destacando ainda que suas principais bandeiras, ou seja, as causas que defenderia mais ferrenhamente, seriam “a liberdade e a instrução”, rumo a um “progresso” que só seria possibilitado conjugando ambas as aspirações (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1). As palavras “combate” e “ataque” sugerem que a pretensa/suposta posição apartidária não significaria neutralidade por parte da nova folha, bem como o vocábulo “liberdade”, utilizado e reiterado ao longo do seu programa, teria significado

diferente do propalado, algo mais próximo do ideal que defendiam, do que de um conceito mais amplo do termo.

Ao público, apresenta o jornal que “é fruto de muito sacrifício, muito trabalho”, e que não foram poupadas despesas, “tendo sempre em vista ser o mais útil possível aos que nos têm, e *principalmente ao comércio* que, fica dito já, terá sempre em nós um defensor, um propugnador do seu desenvolvimento, dos seus interesses” (grifos meus). Aqui há algo diferente não apresentado no programa dirigido à imprensa: sua terceira bandeira, a defesa do comércio, o que parece coerente uma vez que metade do espaço físico dos jornais da época era composto por anúncios e avisos comerciais. Informa ainda que “hábeis penas se encarregam da redação do *Rio Grande do Sul* (o jornal mais simpático deste resto do século XIX)”. Anuncia que possuía correspondentes “no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Pelotas, em Bagé, em Portugal e em breve em S. Paulo, Minas, Pernambuco e outros lugares”, que eram “escritores que desde muito tem o seu nome gravado no quadro de ouro da literatura brasileira” (RIO GRANDE DO SUL, 1º/06/1891, p. 1), sem, no entanto, nomeá-los. Desses, o que teria presença mais assídua e marcante, na primeira fase da folha, era o de Pelotas (cuja identidade ainda não havia sido revelada), personagem que terá análise mais detalhada nas páginas seguintes, não só em virtude de seus posicionamentos, mas também quanto às funções que viria a exercer.

A recepção

Aqui trataremos da recepção do *Rio Grande do Sul* nas páginas de três grandes jornais rio-grandinos da época, a saber: *Artista*, *Diário do Rio Grande* e *Eco do Sul*.



Figura 2: frontispício do jornal *Artista*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

O *Artista* era um jornal diário, circulando por 50 anos. Fundado por operários oriundos do *Eco do Sul* (e daí advém o significado de seu nome, “artista”, no sentido de “artífice”, dada a ligação de seus fundadores com o ofício tipográfico e origem jornalística), Thomaz de Mello Guimarães, João Pinheiro de Lemos, Eulálio de Mello Guimarães, Antônio da Cunha Silveira e Francisco Pereira de Mello (ALVES, 2002, p. 232).

Durante o período da transição monarquia/república, a folha oscilou entre a “neutralidade” e a indefinição editorial, percebida principalmente no ano de 1891, onde, ao passo que afirmava que “a ditadura prologava-se” e que a população deveria contrariar aquela situação, também foi o mesmo ano em que afirmou, provavelmente em virtude das medidas autoritárias de controle social e político adotados pelo governo republicano no Rio

Grande do Sul, de que se declarava “afastado da luta política” (ALVES, 2002, p. 255).

Notícia a chegada do *Rio Grande do Sul* no mesmo dia da inauguração (1º/06/1891), limitando-se à uma saudação curta e reproduzindo brevíssimos trechos daquele programa:

Saiu hoje à luz da publicidade o novo jornal com o título que nos serve de epígrafe, de propriedade dos srs. Reis, Bastos & C. Em seu artigo-programa, diz o novel colega: [...]”
Agradecendo a delicadeza da saudação que dirige à imprensa, desejamos ao novo colega todas as prosperidades (ARTISTA, 1º/06/1891, p. 2).

Nada mais cita sobre o novo jornal, nem a favor nem contra, tendo, portanto, uma postura “neutra” em relação ao órgão. Por isso mesmo, não o situa ligado a corrente político-partidária alguma.



Figura 3: frontispício do jornal *Diário do Rio Grande*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

O *Diário do Rio Grande* surgiu em 1848, e era um dos mais importantes jornais da província (e depois estado). Foi um dos primeiros jornais a ter circulação diária, e sua longevidade (teve fim em 1910) o fez

autoproclamar-se como o “decano da imprensa do Rio Grande” (ALVES, 2002, p. 157). Na instauração do regime republicano, a folha, através de editorial, dava sinais de aprovação à nova forma de governo, e, nas eleições estaduais de maio de 1891, declarava-se “neutro nas lutas dos partidos que disputam o triunfo das urnas, não se importando que fossem uns ou outros os vencedores” (ALVES, 2002, pp. 186-190).

Em relação ao *Rio Grande do Sul*, contudo, teve uma primeira manifestação sucinta, para logo em seguida estabelecer uma das mais ferrenhas discussões com o concorrente, nas edições seguintes, rebatendo algumas das ideias defendidas por aquele jornal.

Ao contrário do *Artista*, a referência não sai à 1º de junho, mas no dia seguinte, e consistia em uma pequena nota:

Apareceu ontem o 1º número do jornal *Rio Grande do Sul*, [de] propriedade dos Sr.s Reis, Bastos e C. O seu programa pode-se dizer que está sintetizado nos dois seguintes períodos do seu primeiro artigo: [...] (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 2/06/1981, p. 2).

Nos dois breves parágrafos que dedica ao novo jornal, destaca o fato de que aquele se dispõe a “trabalhar pelo progresso material e moral do estado” e o trecho que a folha se diz “livre, porque não tem passado prendendo-lhe as ideias”. Ao final, escreve: “retribuímos a saudação que à imprensa dirige o colega”.

Nas edições dos dias 3 e 4 de junho de 1891, já aparece em editorial uma longa resposta ao artigo do

concorrente sobre a imigração, em tom crítico àquela postura, apresentando as primeiras manifestações de oposição, o que, ainda que não entrasse no mérito político-partidário, já dava o tom de uma certa oposição ao *Rio Grande do Sul*.

Nas edições dos dias 7 e 10 do mesmo mês, também em editorial (página 1) aparece nova divergência, agora sobre as questões da instrução pública, trazida com tons de ironia: “O *Rio Grande do Sul* continua a iluminar as suas colunas editoriais com os fachos luminosos que se irradiam do cérebro privilegiado de seu redator chefe”.

A polêmica se dava porque o *Rio Grande do Sul* afirmava haver muitas escolas, mas faltavam “professores habilitados e inspeção rigorosa”. O *Diário*, por sua vez, saía em defesa dos professores. Apesar de uma primeira manifestação econômica, logo nas edições seguintes o grande jornal rio-grandino já se apresentava como forte opositor e protagonizou longos e vigorosos embates durante os meses subsequentes, que, por questão de espaço e pela proposta temática, não trataremos aqui.

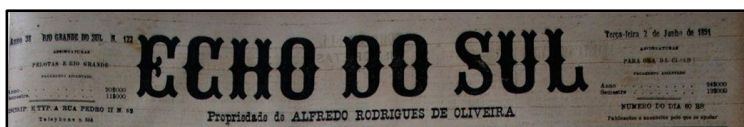


Figura 4: frontispício do jornal *Eco do Sul*.

Fonte: reprodução a partir do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

O *Eco do Sul*, embora não tão antigo quanto o *Diário*, já estava estabelecido havia décadas e possuía

uma trajetória caracterizada por mudanças de orientações político-ideológicas ao longo dos anos. Surgiu na cidade de Jaguarão (as datas de fundação divergem entre 1856 e 1857), tendo sua transferência para a cidade do Rio Grande ocorrida em 1858. Nas primeiras décadas de existência, teve sua atuação política marcada pela indefinição, assumindo nas décadas seguintes uma vinculação mais explícita antiliberal, como durante a inversão partidária de 1868, onde os liberais saem do poder e ascendem os conservadores (ALVES, 2002, p. 275). Instaurada a República, a folha abandona o dístico “órgão do Partido Conservador” e declara sua aceitação da nova forma de governo, ainda que ressalte sua “admiração pelo passado [monárquico]” (ECO DO SUL, 21/11/1889, p. 1). Com a compra da empresa por Alfredo Rodrigues de Oliveira, a partir do final de janeiro de 1890 desencadeia-se uma gradativa mudança de sua postura editorial, dando início ao processo de ruptura com os governantes republicanos, quando a folha sugere uma “deturpação” do regime. Assim, os editores se declaram “republicanos pela pátria, e pela pátria estamos em oposição à ditadura. Combatemos com as armas da opinião esse governo que ressuscitou o extinto poder pessoal” (ECO DO SUL, 16/03/1890, p. 1).

No dia seguinte ao surgimento do *Rio Grande do Sul*, o saúda em artigo cujo título era “Novo jornal”. Nomeia o periódico, a sociedade que era sua proprietária, e reproduz trechos do programa da nova folha, para em seguida apresentar suas primeiras críticas:

Vê-se que o ilustrado órgão, **parecendo sustentar o que é insustentável, a neutralidade da imprensa perante os acontecimentos políticos do país, apresenta-se como reformador de todos os usos e de todos os costumes**, neste meio social de *imprensa escravizada*.

O *Rio Grande do Sul* vai ser o único jornal livre, o único educador, o único a cimentar “a base de moralidade do povo”, na “luta pelo progresso, que é a luta em prol da liberdade, o combate em prol da instrução”.

Empenhado em tentame tão dignificador, o *Rio Grande do Sul* acrescenta, em outra coluna, depois de vibrar golpes violentos sobre as folhas que “calcam aos pés do patriotismo” e que devem ser “repelidas pelo público”: “se nos perguntassem qual o programa do *Rio Grande do Sul*, diríamos em poucas palavras: guerra sem tréguas aos que querem afugentar a paz da nossa terra; apoio a todos os que trabalham em favor da instrução popular”.

Apesar de novo, livre e independente, o *Rio Grande do Sul* **não descobre a sua redação**, não diz quais são os modernos lutadores da liberdade e da instrução, nesta época em que a imprensa tão desnorreada, cheia de ódios e de paixões ruins, mas quando é vencedor o princípio da abolição e do anonimato.

À digna folha, que tão galharda se exhibe, endereçamos as nossas sinceras saudações, desejando-lhe longa vida e a maior prosperidade. Esta cidade só tem a lucrar com o aparecimento do *Rio Grande do Sul*. (ECO DO SUL, 2/06/1891, p. 1) [grifos em itálico no original, em negrito os meus].

Afirma que, como programa, não diz muito, mas que gostaria de vê-lo implementado na prática, ou seja, a forma pela qual pretende o concorrente executar/promover as causas que afirma defender. Ironiza ainda a pretensa disposição do *Rio Grande do Sul* em ser um jornal “neutro”, ainda mais em virtude dos acontecimentos do país. Essa afirmação do *Eco* pode ter duas leituras, não excludentes: a primeira, que à imprensa não cabia, ou não era possível, manter a neutralidade: era necessário estar a favor ou contra o governo, apoiá-lo ou a ele ser crítico (nos âmbitos estadual e nacional); e, a segunda, de que, conhecedor do grupo proprietário e suas inclinações e vinculações político-partidárias, essa declarada neutralidade era apenas um discurso vazio. Crítica permeada de ironia aparece ainda quando comenta que o veículo representante do “novo” não “descobria” (revelava) sua redação, o que, de fato, não ocorreu. Como destacado, nenhum nome fora apresentado pelo *Rio Grande do Sul*, embora pareça bastante plausível que a redação do *Eco* tivesse conhecimento sobre os envolvidos no jornal concorrente, a julgar pelas críticas.

Mas, o golpe mais duro do *Eco* aparece na sua página 2, do mesmo dia. Sob o título “Escândalo na praça”, em letras grandes, dá publicidade a um fato que estaria ligado diretamente ao jornal rival, especificamente a um de seus sócios:

Deu-se escândalo, anteontem, no chalé ou quiosque da praça Municipal, e propriedade do sr. José Bastos, um dos associados da nova folha, o *Rio Grande do Sul*.

Cinco tipos e duas mulheres de má fama ofereceram ao sr. José Bastos a quantia de 30\$000 para poderem gozar livremente dentro do quiosque, bebendo e patuscando em grande regabofe.

O proprietário do quiosque aceitou a proposta, mas por 50\$000, e deixou que no quiosque imperasse a orgia, o mais desenfreado bacanal.

Às janelas do quiosque, quando na praça havia grande número de pessoas, famílias na maior parte, apareciam em afrontoso descaro os convivas da formidável pandega, o que ocasionou reprovação geral.

É escusado dizer que as famílias foram obrigadas a retirar-se da praça Municipal.

Aqui está uma bela tese para ser discutida pelo *Rio Grande do Sul* – liberdade e instrução! (ECO DO SUL, 2/06/1891, p. 2).

A praça Municipal hoje corresponde à praça Xavier Ferreira, no centro da cidade do Rio Grande, como já dito. Devido à sua privilegiada localização, era um local de sociabilidades citadinas, grande circulação de pessoas e, por isso, de alta visibilidade. Qualquer fato destoante da normalidade que ocorria ali ganhava proporção e, obviamente, repercussão. Mas, parece que o *Eco* amplificou um acontecimento de maneira proposital para atacar o *Rio Grande do Sul*, na figura de um de seus sócios. Aproveitava para estabelecer ligações, e talvez, expor incongruências, entre as causas alegadamente defendidas pelo rival, e o que, na prática, se via. Liberdade parecia ser uma irônica forma de acusar libertinagem, e instrução seria o (mau) exemplo demonstrado. Foi, dos três jornais, o que mais

incisivamente se posicionou contrário à nova folha, estabelecendo um tipo de antagonismo que ganharia contornos bem mais incisivos nos anos seguintes, em especial na Revolução Federalista, que não é escopo do presente capítulo.

Em linhas gerais, o *Rio Grande do Sul*, embora não “oficialmente” ligado ao castilhismo, já era, na prática, recepcionado pelos seus colegas de imprensa como tal. À exceção do *Artista*, os outros dois jornais desde muito cedo já criticavam seu aparecimento e sua linha editorial, ora em longos debates rebatendo suas ideias, ora zombando de seu “amadorismo” ou mesmo intenções autoproclamadas, desafiando o poder da máquina estadual pró-Castilhos que se cristalizava, em âmbito municipal, nas páginas do recém-fundado *Rio Grande do Sul*.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes:

ARTISTA

DIÁRIO DO RIO GRANDE

ECO DO SUL

RIO GRANDE DO SUL (todos disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense).

Referências bibliográficas:

ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: FURG, 1995.

ALVES, Francisco das Neves. *Por uma imprensa livre: a luta dos jornais rio-grandinos contra o cerceamento à liberdade de expressão*. Rio Grande: FURG, 2004.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

CÉSAR, João José. Notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Anuário da Província para o ano de 1885*. Porto Alegre: Ed. Gunlach & Cia. Livreiro. 1884.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul (1827-1864) In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1903*, Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia - Livraria Universal, 1902.

SPALDING, Walter. *Exposição do centenário Farroupilha: a imprensa e o livro no pavilhão cultural (1835-1935)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1995.

VIEIRA, Míriam Steffen. *Atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corimbo, 1885-1925*. Dissertação. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

O correspondente de *The Times* no Brasil: Revolta da Armada e Revolução Federalista (outubro 1893- abril 1894)

Reto Monico*

O jornalista inglês, do qual ignoramos o nome, chega ao Rio de Janeiro no vapor *Tagus* a 26 de outubro de 1893. Além de pequenos despachos, envia sete longos telegramas (o último dos quais a 20 de março desde Montevideo) e oito extensos artigos, seis escritos no Brasil, um na capital uruguaia e o último em Buenos Aires a 23 de abril de 1894¹⁰¹.

O tema principal destes textos é a revolta da Armada no porto carioca iniciada a 6 de setembro, mas aparecem também algumas referências à Revolução

* Reto Monico nasceu em 1952 na Suíça italiana. Licenciou-se em História em 1977 na Faculdade de Letras da Universidade de Genebra. Doutorou-se em 2003 com a tese *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*, publicada em 2005. Nos seus trabalhos analisa a imagem dada pela imprensa mundial sobre aspectos e acontecimentos da História contemporânea de Portugal e do Brasil.

¹⁰¹ Cf. MONICO Reto. *A 2ª Revolta da Armada na imprensa britânica*. Lisboa/Rio Grande, Clepul/Biblioteca Rio-Grandense, 2021. (Coleção Documentos nº 43)

Federalista. O longo telegrama enviado a 20 de setembro da capital uruguaia é inteiramente dedicado ao que se passa em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Na primeira parte, debruçar-nos-emos sobre esta revolta da marinha brasileira (setembro de 1893-março de 1894); veremos como o jornalista de *The Times* relata alguns acontecimentos importantes desta insurreição. Analisaremos também as três entrevistas que teve com os dois chefes da rebelião.

Na segunda parte do artigo, tentaremos encontrar as informações que este correspondente dá sobre a Revolução Federalista, conflito largamente negligenciado pela imprensa internacional em geral, e pelos jornais europeus em particular.

I. A Revolta da Armada

A esmagadora maioria dos seus artigos debruça-se sobre o que se passa no porto carioca, onde, a 6 de setembro, rebentou uma revolta da Marinha chefiada por Custódio de Melo¹⁰².

¹⁰² A 2ª Revolta da Armada na imprensa Americana. Vol. I (Setembro-Novembro de 1893), Vol. II (Novembro de 1893-março de 1894) Lisboa/Rio Grande, Clepul/Biblioteca Rio-Grandense, 2021, (Coleção Documentos nº 42); A 2ª Revolta da Armada na imprensa francesa. Lisboa/Rio Grande, Clepul/Biblioteca Rio-Grandense, 2021, (Coleção Documentos nº 44).

a) Alguns acontecimentos

A 3 de novembro, às 3 e 45 da tarde, uma semana depois da sua chegada, o jornalista, que está a bordo do *Sirius* com o objetivo de falar com o capitão Lang, o mais antigo oficial naval britânico no Rio, ouve uma tremenda deflagração: a três milhas do navio, acaba de explodir o depósito de munições na Ilha do Governador, controlado então pelos rebeldes e que tinha cerca de 100 toneladas de material explosivo.

O autor do artigo fala de 70 deflagrações que duraram até às 5 e meia. Este abalo foi sentido tão fortemente na capital, que fica a cerca de oito quilómetros, que muitos vidros se partiram.

O que preocupa os marinheiros e oficiais ingleses é o facto de, nesta mesma tarde, dois barcos terem-se aproximado deste depósito para buscar areia. Parece que era hábito, acrescenta o correspondente, às sextas-feiras irem apanhar areia, fazerem piquenique e de aproveitarem a saída para correrem em terra.

O comandante do navio envia logo uma lancha que, uma hora depois, volta com a «triste notícia»: faltavam dois homens e dos dois que transportava, um morreu quase imediatamente. O capitão Lang manda imediatamente uma equipa médica que consegue ajudar alguns feridos. O balanço é grave: 18 mortos entre os quais cinco ingleses, e vários feridos.

«Este é um dos acontecimentos mais tristes desde o início da guerra civil»¹⁰³, realça o correspondente do

¹⁰³ «The insurrection in Brazil», *The Times*, 28 de novembro (Carta datada de 5 do mesmo mês, dois dias depois da explosão)

quotidiano conservador. Este nota que, dois dias antes, Custódio de Melo foi avisado sobre uma tentativa «de destruir este depósito de material de guerra», mas o chefe da rebelião ignorou o aviso. Além disso, na véspera, «dois desconhecidos», «que dispararam sobre as sentinelas», foram vistos perto do lugar da explosão.

No mesmo dia, uma parte do material foi posto no navio, mas não foram tomadas medidas para evitar uma sabotagem do armazém, lamenta o jornalista. Este considera que se trata sim de uma perda importante, um «golpe para os insurretos», mas não determinante. De acordo com as informações que ele possui, os rebeldes, ainda têm munições suficientes para enfrentarem as tropas governativas.

Isso não impede o articulista de sublinhar a responsabilidade de Custódio de Melo:

Esta perda é claramente devida à culposa negligência do chefe dos insurretos, e é só mais um exemplo onde se mostra apatia e negligência quando há interesses vitais em jogo.

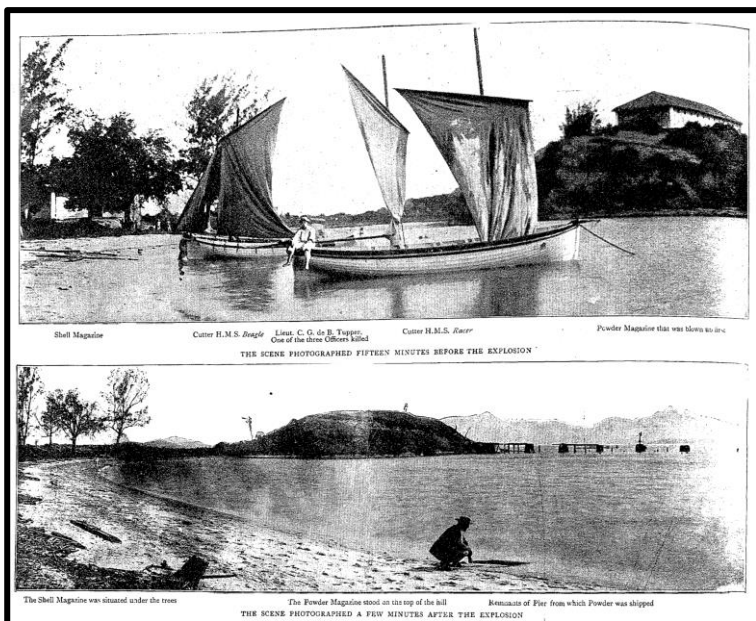


Figura 1: Antes e depois da explosão do armazém de pólvora na Ilha do Governador (*The Graphic*, 16 de dezembro)

* * * * *

Cerca de 20 dias depois, o jornalista londrino assiste a outro acontecimento espetacular, a perda do *Javari*, navio construído em França em 1875, posto a pique a 22 de novembro de 1893.

Já há algum tempo que este couraçado não conseguia navegar, sublinha o articulista, e era preciso rebocá-lo para o colocar na posição «a cada vez que era preciso que ele disparasse»¹⁰⁴. A forte potência de tiro dele era uma «perene ameaça» para as tropas de

¹⁰⁴ «The Revolution in Brazil», *The Times* 18 de dezembro. (Esta carta tem a data de 27 de novembro)

Floriano, realça o correspondente que considera tratar-se «de uma grave perda para os insurretos».

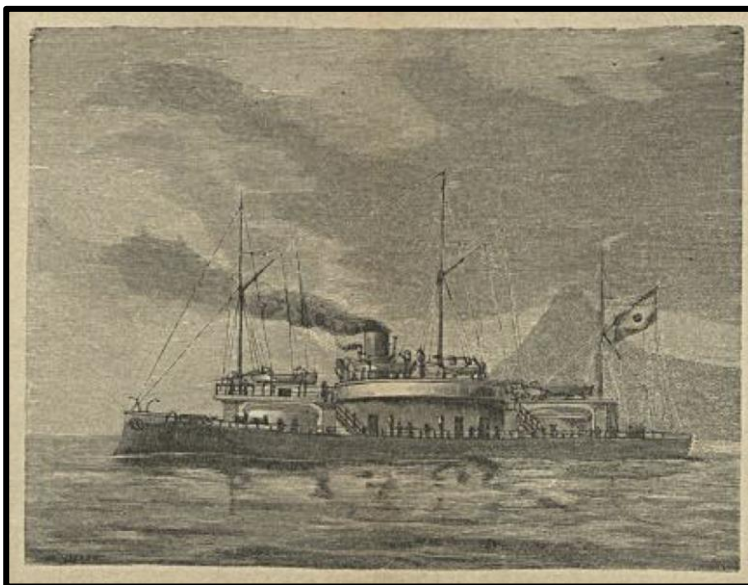


Figura 2: O *Javari* (*Ocidente*, 1 de janeiro de 1894)

Nos dois dias anteriores, nota o jornalista, o navio começava a ter muitas fissuras. Tentaram bombear a água, mas, perante a inutilidade do esforço, na manhã de quarta-feira dia 22 de novembro, decidem abandonar o navio que afunda entre as 2 e 30 e as 4 da tarde, depois de uma última vã tentativa de o rebocar para a Ilha das Cobras.

O jornalista descreve os derradeiros minutos da vida do *Javari*, com os marinheiros a dispararem sobre as tropas inimigas até quase ao fim. Às 15 e 50, foi retirado o último canhão e o navio afunda poucos minutos depois em «posição paralela», não sem ter provocado

uma explosão. Toda a equipagem foi retirada, havendo só um ferido.

Também desta vez, o correspondente de *The Times* não concorda com o ponto de vista dos rebeldes, segundo os quais esta perda não terá grandes consequências. Na sua opinião, foi, «sem dúvida», moralmente, um duro golpe; será preciso que os insurretos obtenham um sucesso importante para apagar a memória deste desastre».

* * * * *

A 29 de janeiro de 1894, a frota americana no porto carioca, às ordens do contra-almirante Benham, intervém para proteger um navio comercial. Perante esta demonstração de força por parte da potência norte-americana, o chefe dos rebeldes não tem alternativas: capitular.

O correspondente do jornal londrino resume o acontecimento num telegrama redigido no dia seguinte e enviado via Montevideo a 2 de fevereiro¹⁰⁵. Depois de ter relatado os factos, escreve que Saldanha da Gama enviou uma carta a Benham na qual pergunta se a frota americana não estaria a interferir nos «conflitos internos no Brasil». Este responde pela negativa, sublinhando o facto de ele ter intervindo só para «a protecção do comércio americano»¹⁰⁶ contra os ataques directos dos insurgentes. O jornalista inglês acrescenta também que

¹⁰⁵ «The Revolt in Brazil», *The Times*, 3 de fevereiro.

¹⁰⁶ «Admiral Benham added that he would not protect ships, which came voluntarily into the line of fire, but that he could use force to protect ships against deliberate fire from the insurgents.»

os diplomatas europeus não tinham aprovado a ação americana.

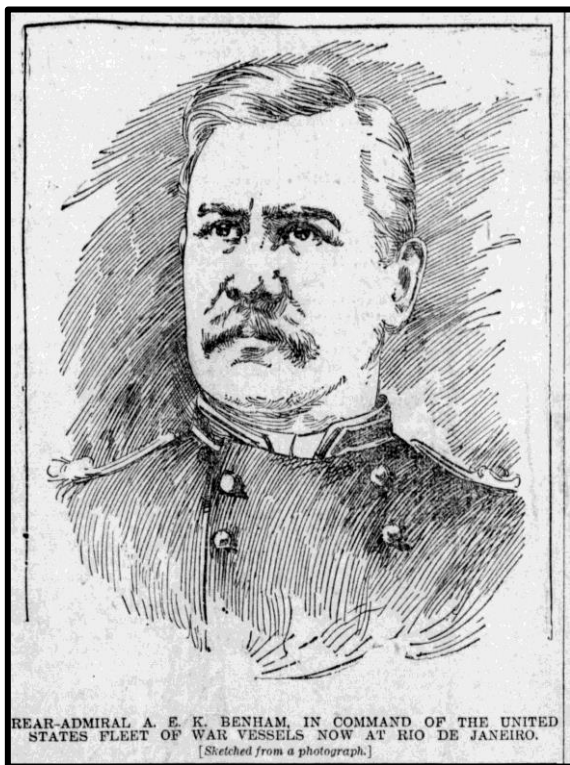
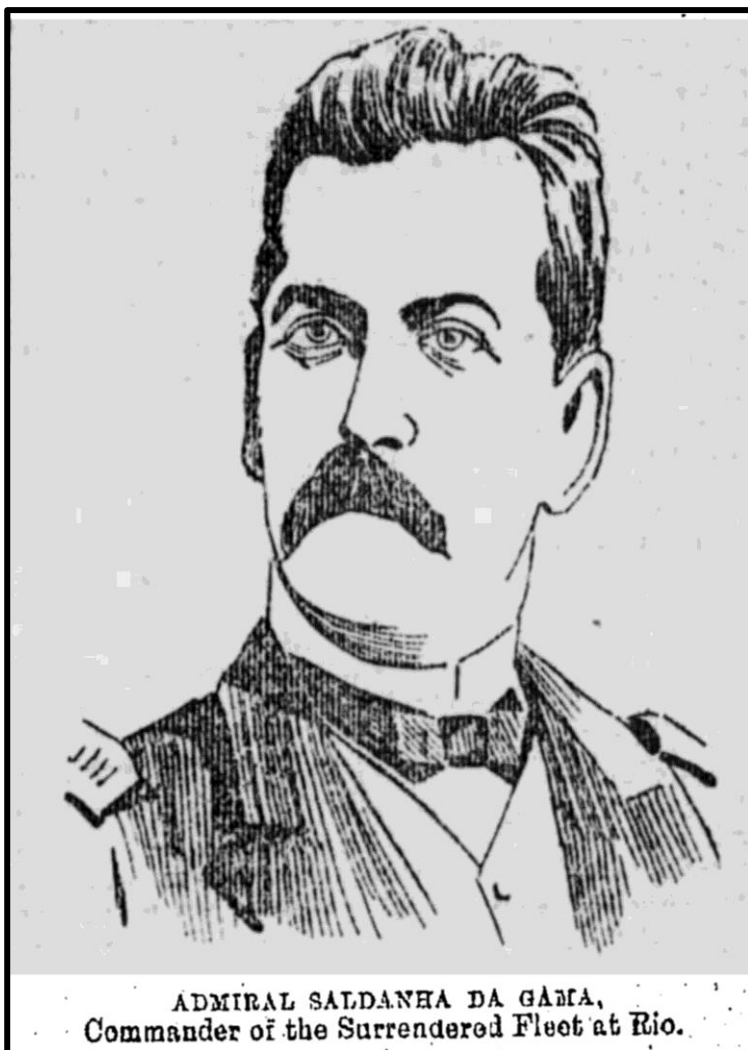


Figura 3: Andrew E. K. Benham (1832-1905) (*The San Francisco Examiner*, 31 de janeiro de 1894)



-1895) (*The San Francisco Examiner*, 31 de janeiro de 1894)
Figura 4: Saldanha da Gama (1846)

Seis dias antes deste episódio, houve um encontro entre este e o chefe da revolta brasileira a bordo do navio a vapor *New York*. O jornalista inglês descreve esta confrontação muito tensa num telegrama¹⁰⁷ e, sobretudo, numa carta enviada a 24 de janeiro¹⁰⁸. Baseia-se no relato feito por Saldanha da Gama, mas, no entanto, é um documento que dá uma boa visão desta atitude do contra-almirante americano.

A discussão entre os dois comandantes é muito acesa e sem concessões. Benham afirma perentoriamente que os rebeldes «não têm absolutamente nenhuma razão para fazerem a guerra contra o governo do Marechal Floriano Peixoto». Saldanha da Gama responde que o seu interlocutor está mal informado, o que provoca uma mudança de disposição do seu interlocutor. Este declara que os revoltosos não controlam nenhuma região do Brasil e que, «a curto prazo», o Executivo brasileiro vai conseguir tomar conta da situação. Por conseguinte, considera que da Gama deveria aceitar «qualquer proposta» de rendição que lhe foram feitas.

Porém, o chefe da revolta não desiste e continua a argumentar, mas quando afirma que a saída da cena política do Marechal de Ferro é considerada como uma condição não negociável pelos revoltosos, Benham perde a paciência e garante que:

vai assegurar uma total proteção ao comércio, até para o desembarque do material de guerra

¹⁰⁷ «The Revolt in Brazil», *The Times*, 30 de janeiro. Este telegrama tem a data de 25 de janeiro.

¹⁰⁸ «The Revolution in Brazil», *The Times*, 13 de fevereiro. Esta carta é enviada do Rio a 24 de janeiro.

destinado às tropas governamentais; além disso, vai usar a força de ser for preciso.

O comandante da insurreição diz ao correspondente do jornal londrino que esta última declaração de Benham significa, de facto, que existe «a ameaça de uma intervenção armada por parte dos Estados Unidos». O jornalista não se pronuncia sobre o tema, mas constata que o Almirante americano, com cinco «navios modernos e poderosos», tem os meios militares mais que suficientes para exercer uma forte pressão sobre os marinheiros rebeldes.

b) As entrevistas

Durante os quase quatro meses de permanência no porto carioca, o correspondente de *The Times* tem muitos contactos com os revoltosos e com os seus chefes. Nesta segunda parte deste artigo, vamos sintetizar a entrevista que teve com Custódio de Melo a 29 de outubro e as duas com o seu sucessor, a 22 de dezembro e a 9 de janeiro.

* * * * *

Dois dias depois da sua chegada à capital, o enviado do quotidiano conservador, apesar dos riscos corridos ¹⁰⁹, consegue subir a bordo do *Aquidabã*, o

¹⁰⁹ «On Saturday, the 28th inst., I succeeded in getting on board the *Aquidaban*, the flagship of Admiral Melo. It was no easy matter, for the pains and penalties are many and various for any person caught

navio-almirante. O secretário de da Gama mostra-lhe o livro-bomba que foi enviado, mas que não explodiu e marca um encontro para o dia seguinte.

No início da entrevista, o comandante afirma que a decisão de se revoltar contra Floriano Peixoto foi tomada «após madura reflexão», pois era a única solução para combater com as armas «o despotismo militar e a política financeira irresponsável» do Governo. Custódio de Melo nega qualquer veleidade de restauração monárquica, mas admite que um novo parlamento possa tomar outra decisão. Proclama que o Governo Provisório está solidamente instalado em Desterro e que três estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) apoiam o seu movimento. Promete também que, se ganhar esta luta, vai organizar novas eleições e que o novo presidente não será um militar.

O Almirante afirma que, em Santa Catarina há uma tropa de 2 000 homens e que se está a preparar um ataque a Santos e São Paulo. Quanto à «atitude das províncias setentrionais», da Gama considera-as neutrais, mas que não se irão opor aos revoltosos no caso destes vencerem esta guerra. No fim da entrevista, assegura que tem muitas munições e «dinheiro suficiente para [atingir] o seu objetivo».

Os comentários do jornalista britânico revelam uma simpatia para a causa da marinha em revolta. Julga que a revolta era o «único meio disponível» para protestar contra «a Administração de Floriano Peixoto»; defende o ponto de vista de Custódio de Melo quanto à

in communication with the insurgents». «The Insurrection in Brazil», *The Times*, 21 de novembro. (carta datada de 31 de outubro)

tomada de posição das províncias meridionais e setentrionais.



Figura 5: Custódio de Melo (1840-1902) (*The Akron Bacon Journal*, 2 de dezembro de 1893)

No entanto, sublinha que o Marechal de Ferro tem o apoio do Parlamento e que Peixoto não violou a Constituição ao vetar a lei que proibia ao Vice-

Presidente de se apresentar às eleições para a escolha do futuro chefe de Estado, decisão que provocou a sublevação no dia seguinte.

O correspondente compara esta revolta aos acontecimentos chilenos de 1891: no Chile, o Parlamento «opôs-se a um Ditador»; no Brasil, «um grupo de uma força considerável tenta impor a uma maioria do Congresso uma política de reforma» com a força militar. Acrescenta que o forte descontentamento nos oficiais da marinha pelo facto do regime favorecer o Exército, é uma das causas do movimento iniciado a 6 de setembro

Na conclusão, se declara favorável ao estatuto de beligerante que se devia atribuir aos revoltosos e realça o facto que, no país, há «uma forte corrente favorável ao partido revolucionário» que, no entanto, não se exprime publicamente, mas que é «subjacente».

* * * * *

A primeira entrevista a Saldanha da Gama ocorre a 22 de dezembro a bordo do *Tamandaré*¹¹⁰. Naquele momento, quatro obuses atingem o cruzador sem provocar grandes danos e quase vinte passam poucos metros por cima: um marinheiro ficou ferido e houve um pequeno furo no lado do navio.

«O principal objetivo» do jornalista é saber o que o comandante pensa da restauração do antigo regime. Este responde que é o «povo brasileiro» que terá de decidir, naturalmente, «se os revoltosos ganharem». Depois de ter afirmado que se retiraria imediatamente se

¹¹⁰ «The Civil War in Brazil», *The Times*, 15 de janeiro de 1894. (Carta enviada a 24 de dezembro)

a sua presença se tornar um problema para a revolta, da Gama admite que os seus homens estão a sofrer dificuldades e que «estão um pouco desanimados» perante o «dimensão da tarefa» que os espera e, «principalmente, porque os reforços do Sul demoram muito» a chegar». Todavia, o chefe da revolta não tem nenhuma intenção de abandonar a guerra, sem obter «uma vitória total contra o Governo de Floriano Peixoto».

«Naturalmente, o Almirante pode enganar-se, mas repito o que me disse», realça o enviado do diário conservador, que pede algum tempo para formar a sua própria opinião. Este, que põe em relevo a valentia de todos os combatentes e uma maior disciplina por parte dos marinheiros, estima que a chegada de 1000 homens seria suficiente para os revoltosos poderem organizar um desembarque, «provavelmente em Niterói».

A última pergunta é sobre o eventual movimento em terra que o apoiasse. Saldanha da Gama responde que não espera nenhuma ajuda concreta e, por conseguinte, «não ficou desiludido», como não será surpreendido se, no caso de prevalecer, «as pessoas atirarem os chapéus ao ar e se declararem em favor dos vencedores».

* * * * *

Cerca de vinte dias depois, o jornalista está de novo a bordo do *Tamandaré* para uma «longa entrevista

ao Almirante da Gama».¹¹¹ Este reconhece que só poderá aguentar mais um mês sem a chegada de reforços.

O jornalista realça o facto de os revoltosos terem também de tratar de «300 mulheres, 44 crianças e 230 entre feridos e doentes». Fala a seguir do trabalho da equipa médica e põe em relevo a grande ajuda dada pelo médico do *Sirius*. Denuncia com veemência os bombardeamentos por parte das tropas governamentais ao hospital situado na Ilha das Enchadas.

Tenta, mas sem grande sucesso, convencer o chefe da rebelião de aceitar um compromisso que ponha um ponto final a esta guerra civil, insistindo sobre o alto custo para o país, tanto do ponto de vista financeiro, como para a sua integridade territorial. Da Gama — que reafirma que tem bastante dinheiro para pagar os seus homens «e as despesas correntes» — promete refletir no assunto, mas reitera a condição incontornável: a demissão do atual Presidente.

Apesar de tudo, o Almirante brasileiro continua confiante na chegada de reforços que permitiriam organizar um desembarque e de pôr, «em poucas horas», um ponto final a esta contenda. O correspondente de *The Times* — que julga «o armamento dos rebeldes imensamente superior à artilharia [...] em posseção do Governo» — sublinha que está a relatar o ponto de vista do comandante da revolta e não a sua «própria opinião». Escreve que queria ver com os seus olhos as tropas vindas do Sul, «antes de profetizar o resultado final da guerra».

¹¹¹ «The Revolt in Brazil», *The Times*, 6 de fevereiro. (Carta enviada a 10 de janeiro)

II. A Revolução Federalista

Como já foi dito, a Revolução Federalista tem pouquíssimo impacto na imprensa mundial. Mesmo os jornais norte-americanos publicam quase unicamente despachos enviados de Valparaíso e, muito raramente, uma ou duas linhas de comentários nos quais se lamentam das revoluções permanentes na América do Sul. No londrino *The Times*, de fevereiro a agosto 1893, encontrámos só oito pequenos artigos que se referem a este conflito no Rio Grande do Sul. Como termo de comparação, podemos indicar que o mesmo jornal dá outro destaque à Revolta da Armada: de 11 a 20 de setembro, publica 10 artigos sobre este acontecimento, entre os quais um grande editorial.

* * * * *

As referências à Guerra Federalista não são sistemáticas nas várias cartas enviadas a Londres e que já analisámos. Obviamente, são fontes de segunda mão, excluindo as duas escritas em Montevideu e em Buenos Aires das quais voltaremos a falar na última parte deste texto.

Já no primeiro artigo enviado desde a capital brasileira¹¹², o jornalista de *The Times* aborda a situação no Rio Grande do Sul. Põe em evidência, e com razão, que é pura «coincidência» esta revolta ter ocorrido ao mesmo tempo que a sublevação da Marinha. Acrescenta que «o povo do Rio Grande não gosta de ser governado

¹¹² Cf. *Supra*, nota 9.

pelo Rio e quer uma completa autonomia». Revoltou-se contra a nomeação de Júlio Castilho feita por Deodoro e confirmada pelo atual Presidente. Agora, os Federalistas rio-grandenses, «vão apoiar os insurretos na esperança de obter as medidas de autogoverno pelas quais têm lutado».

Silveira Martins e Gumerindo Saraiva são brevemente apresentados na missiva de 5 de novembro¹¹³. O primeiro, que é visto como futuro ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, é considerado como um homem viajado, com «ideias esclarecidas» e «chefe da oposição no Sul» que, segundo o articulista», irá reforçar os revoltosos da armada com 6 000 homens; o General Gumerindo Saraiva é um «chefe muito competente» que até então tem ganho todos os confrontos contra as «tropas governamentais». Nesta mesma carta, o correspondente do jornal londrino sublinha o facto que as tropas fiéis a Peixoto no Rio Grande do Sul só controlam três cidades: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

Vimos na primeira parte do nosso estudo que os revoltosos na baía do Rio estavam à espera da chegada de homens vindos do Sul. O jornalista britânico, além dos artigos onde entrevista os dois chefes da revolta, menciona principalmente três vezes a marcha da coluna de Saraiva que saiu do Rio Grande em novembro. Na missiva de 27 de novembro¹¹⁴, escreve que o General, com 6 000 homens, avança «firmemente em direção ao Norte» e que agora se situa a «só 80 milhas ao Sul de São Paulo, atualmente, o principal objetivo de Saraiva»! Esta

¹¹³ Cf. *Supra*, nota 3.

¹¹⁴ Cf. *Supra*, nota 4.

última informação é fruto da propaganda, pois sabemos que a sua coluna nunca ultrapassou a fronteira do Paraná que fica a cerca de 300 km de São Paulo.

Na carta de 13 de fevereiro¹¹⁵, diz que agora o General está no norte de Curitiba. No entanto, tem de esperar, porque «perdeu vários milhares de cavalos» e tem de «remontar os homens e os animais que reuniu no Paraná». Agora o objetivo é de conquistar São Paulo, nota o articulista que, no entanto, sublinha as dificuldades do território — montanhoso e sem estradas — que os homens terão de atravessar: «resta saber se o General Saraiva poderá realizar [este objetivo].»

O correspondente do diário londrino analisa, na missiva de 10 de janeiro¹¹⁶, também as divergências, em Santa Catarina, entre Custódio de Melo e General federalista Saraiva, sendo o primeiro acusado de não ter feito absolutamente nada. Depois dos protestos dos oficiais navais e do exílio para o Uruguai de «um ou dois políticos barulhentos», escreve o jornal de Londres, parece que as coisas voltam a avançar: de Melo vai proceder em direção a Santos e Saraiva «vai invadir o Estado de São Paulo ao mesmo tempo». Desta vez, o jornalista parece acreditar que a «exército do Sul está em marcha». Na sua opinião, «quem ganhar a primeira batalha de São Paulo, vai finalmente vencer no Rio de Janeiro.» Não acredita que as revoltas locais em favor da rebelião possam ter sucesso, pois «seriam facilmente esmagadas» pelas forças governamentais:

¹¹⁵ Cf. *Supra*, nota 8.

¹¹⁶ Cf. *Supra*, nota 11.

[...] a única força real sobre a qual os insurretos no Rio de Janeiro podem contar para os ajudar, é o exército sob o comando do General Gumerindo Saraiva, e é preciso que passem algumas semanas para que essas tropas possam chegar a pouca distância [da capital].

Estas querelas políticas em Desterro que «duraram cinco semanas» são de novo comentadas na carta de 24 de janeiro¹¹⁷. Fala de uma situação tensa a tal ponto que os Generais federalistas Salgado e Saraiva ameaçaram de «regressar ao Rio Grande e de não continuar a ajudar» a causa dos revoltosos na capital brasileira. O jornalista ataca sem meios termos o Almirante :

A impressão que tive a partir das informações recebidas, era que o Almirante de Melo comportou-se de uma maneira fraca e vacilante desde a sua chegada a Desterro. Assumiu a atitude mais de um político do que a de um oficial naval à cabeça de um movimento revolucionário.

Só depois de ter sido pressionado pelos seus oficiais e pelos chefes «das tropas rebeldes» que ele tomou conta que o seu dever era de combater e de triunfar e não de pensar «no poder que poderão ter ele ou os seus amigos», conclui o correspondente de *The Times*.

* * * * *

¹¹⁷ Cf. *Supra*, nota 8.

As duas últimas cartas não são escritas no Rio de Janeiro. Com efeito, o jornalista sai da baía de Guanabara às 3 da manhã de dia 21 de fevereiro de 1894 e a bordo do *Aquidabã*¹¹⁸. Na Ilha dos Porcos, muda de navio e à bordo do *República* chega a Paranaguá a 27 do mesmo mês. No dia seguinte, está em Curitiba. Prossegue para Ponta Grossa, onde está o quartel general de Gumerindo Saraiva. O Exército dele está em Castro, «a 50 milhas da fronteira com do Estado de São Paulo». Fala de 4000 homens da cavalaria e da infantaria, «bem armados», com bastantes munições, com «seis canhões Krupp e quatro metralhadoras».

¹¹⁸ «Last Intelligence. The Revolt in Brazil», *The Times*, 21 de março. (carta enviada de Montevideu a 20 de março)



Figura 6: Gumercindo Saraiva (1852-1894)

No dia 2 de março, chega a Curitiba com o General Saraiva. No conselho de guerra do dia seguinte, «decidiram que se devia enviar reforços imediatamente ao Rio de Janeiro». Por outro lado, Melo devia atacar Bahia e Saraiva «devia continuar a sua marcha em direção de São Paulo.

Na opinião do jornalista, depois de terem chegado ao Paraná, «a posição dos insurretos está muito melhor do ponto de vista material»¹¹⁹. Fala a seguir com Gumerindo Saraiva. Este está muito descontente com o Governo Provisório e não tem nenhuma intenção de o reconhecer. Espera substituí-lo «com ministros responsáveis sob a chefia do Senhor Silveira Martins», que todos, excluindo de Melo, consideram «como o seu chefe». Entretanto, nota o jornalista, este Governo Provisório já não existe e foi substituído por «uma comissão de três pessoas.» O mesmo acrescenta que a rendição da frota no Rio é «considerada como uma grave perda, mas não vai impedir a continuação da guerra»¹²⁰.

A 15 de março, parte para o Rio Grande do Sul. Considera que Porto Alegre está do lado da revolução e que o «Governo dos insurretos em Pelotas domina uma grande parte do Estado».

* * * * *

«Acabou a Revolução naval no Brasil», é o título da última carta, enviada de Buenos Aires¹²¹ que permite abordar outros aspetos da Guerra federalista com a chegada, em meados de abril, de «uma parte da esquadra revolucionária brasileira» com Custódio de

¹¹⁹ «*They have obtained supplies of arms, ammunition, clothing and provisions, also 700 contos reis in cash*».

¹²⁰ Na Baía do Rio, os rebeldes abandonam a luta a 13 de março. Por conseguinte, a notícia chegou à capital do Paraná 48 horas depois.

¹²¹ «*The End of the Brazil Naval Revolution*», *The Times*, 21 de maio. (Enviada da capital argentina a 23 de abril)

Melo ao porto da capital argentina em busca de asilo político. Este justifica o abandono da luta porque já não tinha «carvão, munições e abastecimentos» em quantidade suficiente.

O mesmo publica a 21 um documento na imprensa portenha onde relata os factos a partir de dia 3, quando saiu de Santa Catarina com 2 500 homens. Descreve essencialmente a tentativa falhada de tomar a cidade do Rio Grande: a chegada no dia 5 quando forçaram a barra, o desembarque de 2 000 homens que tomam as baterias governamentais, o afundamento do navio *Cananca*.

Porém aparecem divergências entre os generais Salgado e Laurentino Pinto. Este último afirma que é impossível tomar a cidade tão bem defendida e fortificada com tão poucos marinheiros. Com efeito, todas as tentativas de assalto falham e no dia 11 as forças rebeldes reembarcam, abandonando o porto na mesma noite. Nestes cinco dias de combate morrem 350 revoltosos e 100 do lado das tropas fiéis ao Governo.

O jornalista analisa as causas da derrota. Não sua opinião, embora seja difícil atribuir responsabilidades, não houve líderes à altura. O General Salgado acusa de Melo e Laurentino Pinto de não o terem apoiado; estes retorquem que o primeiro não quis atacar a cidade logo no dia 5, quando desembarcaram os homens. «Na melhor das hipóteses, nesta tentativa faltou entusiasmo e resolução», conclui o articulista.

«Mas uma desgraça nunca vem só», recorda o correspondente. Com efeito, nos mesmos dias que de Melo e os seus homens pedem asilo na Argentina e que Salgado e os seus 1200 homens pousam o pé numa pequena aldeia uruguaia, Desterro cai nas mãos das

tropas legalistas que afundam o *Aquidabã*, antigo navio almirante dos revoltosos: «E assim acaba a revolta naval, e a cortina cai sobre Ato II na tragédia da guerra civil brasileira», conclui o jornalista.

Este sublinha que as preocupações para Floriano Peixoto ainda não acabaram, antes pelo contrário: a guerra civil continua no Rio Grande do Sul. A este propósito, menciona a última troca de opinião que teve com Gumerindo Saraiva em Curitiba a 8 de março. O general federalista disse-lhe: «Se a revolta naval falhar na costa, regressarei ao Rio Grande e declararei a independência daquele Estado». Acrescenta que, em doze meses de conflito, nunca teve tantos «homens, tantas munições e tantos recursos» como agora.

Silveira Martins, que o correspondente do jornal conservador encontra várias vezes em Buenos Aires:

também é da opinião que a Guerra no Rio Grande [do Sul] vai continuar durante um longo período, ao menos que se chegue a uma reconciliação entre as duas partes.

Aliás, emissários do presidente eleito Prudente de Moraes já entraram em contracto com o chefe federalista, nota o articulista, que enumera as exigências deste:

[...] pede que os oficiais do Exército e da Marinha que tomaram parte na revolução sejam reincorporados com o mesmo grau que tinham antes do rebentamento da guerra civil; que seja organizada uma eleição livre em todo o Brasil; que o atual governador do Rio Grande [do Sul]

seja suspenso e que haja um indulto geral para todos os infratores políticos.



Figura 7: Gaspar de Silveira Martins (1835-1901)

O correspondente de *The Times* estima que estas condições não são muito onerosas, mas duvida que sejam aceites pelo regime, porque, com as eleições livres, «o Doutor Prudente de Moraes perderia provavelmente o lugar de magistrado supremo.»

No fim do texto, narra ainda a chegada dos «520 homens e oficiais transportados pelos dois navios de guerra portugueses *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* do Rio de Janeiro» e louva a atitude dos habitantes das duas capitais:

O povo tanto de Montevideu como de Buenos Aires fez muito para ajudar os infelizes homens das forcas rebeldes que desembarcaram em condições quase precárias; são cerca de 2 600 e muito dinheiro foi subscrito para fornecer a grande quantidade de comida e de roupa necessárias e para prestar os cuidados médicos aos feridos e aos doentes.

Nota final

O correspondente de *The Times* fica quase quatro meses no Rio de Janeiro do qual envia 13 textos, sete longos telegramas, publicados poucos dias depois em Londres, e seis cartas muito extensas.

Além dos três acontecimentos apresentados neste artigo e das entrevistas com os chefes da revolta, o jornalista inglês, que domina perfeitamente todos os assuntos militares e que dá prova de uma certa coragem, debruça-se sobre outros aspetos. Entre outros temas e factos, narra os vários combates, sublinha a falta de eficácia dos dois inimigos, realça o papel das grandes potências, descreve as destruições em Niterói, censura a hostilidade contra os estrangeiros na capital, aborda os

problemas económicos que vive o porto carioca, principal teatro das hostilidades

Nos seus artigos, manifesta uma opinião mais favorável aos revoltosos, com os quais tem frequentes contactos e chega a pedir para eles o estatuto de beligerante. Não poupa de críticas Floriano Peixoto, que trata de ditador que conduz uma política financeira desastrosa e cuja tropa bombardeia um hospital. No entanto, esta inquestionável simpatia não lhe impede de ter um olhar crítico. Acusa, por exemplo, Custódio de Melo de uma certa incompetência para prevenir a explosão do depósito de munições e de não ter feito grande coisa em Desterro. Põe também algumas dúvidas quanto à chegada de reforços vindos do Sul do país. Tenta, sem grande sucesso, convencer Saldanha da Gama de aceitar um compromisso para o interesse do Brasil.

A Revolução Federalista está presente em algumas cartas escritas na capital, sobretudo quando fala do Governo Provisório em Desterro e da coluna de Gumerindo Saraiva. Vimos como no primeiro artigo que envia para Londres, sabe diferenciar a Revolta da Armada daquela do Rio Grande do Sul. Além disso, explica claramente as principais reivindicações dos federalistas rio-grandenses.

Em fevereiro de 1894, o jornalista inglês vai para o Sul do Brasil, passando nomeadamente por Ponta Grossa e Curitiba antes de viajar para o Rio Grande do Sul. Na carta enviada da capital uruguaia dá informações muito limitadas e quase telegráficas, apesar de ter falado com Gumerindo Saraiva e de ter estado na capital do Paraná durante um conselho de guerra. Estes resumos relativamente sintéticos são devido ao facto de

ter ficado relativamente pouco tempo nesta região, sobretudo se compararmos com a sua longa estadia na baía de Guanabara.

Em Buenos Aires, assiste à chegada dos revoltosos vindos do Brasil: as tropas de Custódio de Melo, de Salgado e os oficiais da marinha que fugiram do Rio a bordo dos dois navios lusos. A última carta escrita na capital argentina tem um certo interesse histórico pelo resumo do falhanço no cerco à cidade de Rio Grande e por relatar as opiniões de Gumerindo Saraiva e Silveira Martins sobre o futuro da luta entre o Governo e as tropas federalistas. Podemos sem dúvida lamentar que, tendo o correspondente do jornal londrino encontrado várias vezes o líder da Revolução Federalista, não tenha escrito quasi nada sobre estes colóquios, contrariamente ao que aconteceu no Rio de Janeiro com Custódio de Melo e com Saldanha da Gama.

Podemos, no entanto, realçar o facto deste jornalista dar muito mais informações sobre esta Guerra Federalista do que a imprensa europeia e americana que pouco se interessam pelos acontecimentos no Rio Grande do Sul. Este relativo silêncio dos jornais explica-se, ao nosso ver, por três razões: por um lado, este Estado fica longe do Rio de Janeiro e muito longe dos Estados Unidos e da Europa; por outro lado, esta guerra civil, contrariamente à Revolta da Armada, não ameaça o comércio internacional; finalmente, as notícias que chegam às várias redações são escassas e são quase só constituídas por despachos vindos do Chile.

Os vários jornais não tinham nem os meios, nem o interesse de enviar um jornalista no Sul do Atlântico, como foi o caso, por exemplo, depois da queda de D.

Pedro e como será feito em 1930, quando Vargas destitui Washington Luís.

O correspondente de *The Times* constitui, por conseguinte, um caso único, como tentámos provar neste artigo¹²².

¹²² Um agradecimento especial ao Francisco Matta pela atenta revisão do texto.

O Comércio no Porto do Rio Grande (1891-1900): decênio de instabilidades políticas e econômicas

Vanderlei Borba *

1. Introdução

As relações comerciais do Rio Grande do Sul sempre estiveram submetidas às questões de interesse das metrópoles europeias, na (in)definição de limites territoriais, na (des)ocupação de terras, nos escassos assentamentos urbanos, na dificuldade de acesso à Barra do Rio Grande, e, na limitada variedade de produtos comercializáveis e semimanufaturados. As fronteiras não significaram limites às relações com os Estados Platinos, pois, por permeáveis, favoreceram todo tipo de arranjo aduaneiro e, até mesmo, contrabando.

O período pós-guerras na América Platina, no século XIX, coincide com as transformações do mercantilismo e do industrialismo. O comércio marítimo

* Prof. da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. DSc em Integração Regional (UFPEL).

evoluiu de navios de madeira e à vela para embarcações de ferro e a vapor, mais velozes e com maior capacidade de carga. Esta transformação nos transportes, aliada à produção industrial, impactou as formas de comércio global, exigindo novos mercados de consumo e novos ambientes portuários (condições de navegação para embarcações de maior calado, espaços portuários adequados à armazenagem e agilidade – aduana e estiva - nas operações).

Na América Platina, os novos Estados visavam a supremacia econômica de base agroexportadora, privilegiando o uso de portos, para comercialização (de bens primários, semimanufaturas e manufaturas), com aplicação de tarifas alfandegárias diferenciadas a partir de acordos com as metrópoles europeias, mas regionalmente concorrenciais.

A inserção do Rio Grande do Sul, na rede de comércio da América Platina, era amplamente desfavorecida pela presença dos portos de Buenos Aires e de Montevideu, principalmente pela permanente dificuldade de acesso à '*barra diabólica*', ao porto marítimo e aos portos lacustres e fluviais do litoral atlântico. A condição de porto marítimo, na cidade do Rio Grande, a habilitava às relações de importação e de exportação, tanto pelos serviços de cabotagem, como pelo sistema internacional de navegação.

O período abrangido, 1891-1900, marca o fim do regime imperial e o início do período republicano no Brasil; além de, no Rio Grande do Sul, determinar alternâncias de poder entre as oligarquias locais, aí se inserindo a Revolução Federalista e, circunstancialmente, a Revolta da Armada.

Os dados coletados, do último de decênio do século XIX, mostram as operações de comércio praticadas no Porto da Cidade do Rio Grande, dentro de um cenário de depressão econômica mundial (ciclos de Kondratieff e/ou ondas de Schumpeter), de saldos desfavoráveis na balança comercial brasileira e de ajustes nas políticas econômicas (Encilhamento e legislações tarifárias protecionistas), além de consolidação das políticas (nacional e regional) de imigração.

Os dados numéricos, tratados com a aplicação de recursos estatísticos e planilhas eletrônicas, mostram que há estreita correlação entre os fatos histórico-políticos e os histórico-econômicos. Isto reafirma o período de 1891-1900, como um decênio de instabilidades nos campos político, social e econômico, com reflexos mensuráveis no comércio sul-riograndense e, particularmente, no comércio do Porto da Cidade do Rio Grande.

2. Contexto mundial

A economia mundial¹²³, entre 1850-1930, era um sistema pouco articulado de economias nacionais, com dependências coloniais ou semicoloniais, interligadas por intercâmbio de bens, serviços, capitais, mão-de-obra e tecnologia, num ambiente de disparidades estruturais entre as nações do mercantilismo e do industrialismo

¹²³ ALMEIDA (2015). Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial.

avancados *versus* territórios coloniais, nações (semi) coloniais ou países dependentes.

No plano econômico, houve saltos tecnológicos, representados pelos avanços da 'Segunda Revolução Industrial' (a partir de 1850-1870), e, mudanças (por crises financeiras e surtos inflacionários) nos parâmetros econômicos nacionais (com alterações nos regimes monetário e cambial).

Ocorreram: (a) fases de crescimento sustentado, com fases de estagnação; (b) surtos de liberalização setorial com impulsos de protecionismo comercial; (c) momentos de fechamento e de abertura ao fluxo de pessoas e de capitais; e, (d) redistribuição dos fluxos de renda em direção a novos centros de acumulação. Ou seja, variaram as condições econômicas, sociais e políticas; porém, certas características permaneceram: a hegemonia de economias mercantilistas e industrialistas, e, no outro extremo, as economias dependentes (agroexportadoras e importadoras de produtos manufaturados).

Os processos de globalização comercial e de internacionalização financeira que tinham deslanchado (por alguns acordos de livre comércio e a disseminação do padrão-ouro), sofrem contratempos com a adoção de medidas protecionistas, por desvalorizações monetárias e regras de controle de capitais.

Esse período da economia mundial tem início no último terço do século XIX, quando o industrialismo incorporou inovações tecnológicas, incluindo-se a eletricidade, o motor à explosão e a química. Tal fase é marcada por dois opostos: (a) leis de defesa da concorrência, marcadas por nacionalismo econômico e protecionismo comercial, que expressavam em práticas

diferenciadas de tarifas); e, (b) liberalização relativa de fluxos de pessoas (migrações transcontinentais) e de capitais (sob o regime do padrão-ouro ¹²⁴).

Em algumas regiões de Europa, a unificação de tarifas externas e o protecionismo comercial prejudicaram regiões em atraso econômico. Tal crise europeia, entre meados da década de 1870 à década de 1890, gerou uma migração massiva, pelas rupturas comerciais entre países, que fecharam mercados de absorção da produção agrária.

De outro lado, as mudanças tecnológicas e socioeconômicas¹²⁵: (a) implicaram em transformações na navegação, com o emprego de embarcações¹²⁶ de cascos de ferro, carvão mineral de pedra, vapor e guindaste de bordo, no sentido de atender as demandas de trocas quali-quantitativamente diferentes entre centro e periferia do sistema; (b) transformaram, em todo o mundo, as operações portuárias relacionadas ao comércio internacional, por exigirem mudanças nas

¹²⁴ MARCONDES (2012). O mercado brasileiro do século XIX. O **padrão-ouro** foi o sistema monetário vigente de 1870 até o término da I GM. Cada banco era obrigado a lastrear, em ouro ou prata, as notas bancárias emitidas, quando requerido pelo cliente. Neste padrão, usado principalmente pela Inglaterra, o sistema global de comércio conseguiu relativa estabilidade. Em vários países periféricos, o sistema não foi adotado. No Brasil, foi adotado imperfeitamente, durante o II Reinado (com crise na balança de pagamentos e de dívida externa) e no início da República Velha (Governo Campos Sales).

¹²⁵ MANTUANO (2018). Buenos Aires: a Cidade, seus Portos e Rios (1850-1911).

¹²⁶ STOPFORD (2017). Economia marítima. Em 1895, a tonelagem média de carga era de 4.900t e a velocidade média de 9,5 nós.

infraestruturas dos portos; e, (c) mobilizaram governos para legislar e criar estruturas para ampliar, organizar e operar portos.

Os portos passaram a desempenhar novo papel econômico e se envolveram num intenso e contínuo processo de atualização/modernização, que exigiu fundos consideráveis para financiá-los, constituindo-se num desafio às autoridades públicas e, ao mesmo tempo, oportunidades de investimento para agentes privados. Assim, o tamanho dos navios a vapor, com estruturas metálicas (ao invés de madeira), implementos tecnológicos (guindaste a bordo), crescente velocidade, autonomia de navegação, capacidade de carga e de passageiros, juntamente com a necessidade de serviços de abastecimento, reparação e substituição, tornaram necessária a realização de importantes obras de adaptação e/ou remodelação dos portos.¹²⁷

As alternâncias de fases de expansão, prosperidade, depressão e recessão constituem os **ciclos econômicos**¹²⁸, que são caracterizados pelo movimento de muitas de variáveis econômicas, que se expressam num indicador macroeconômico, geralmente mensuradas pelo PIB (e/ou PNB)¹²⁹.

¹²⁷ MANTUANO (2018). op.cit.

¹²⁸ CARDOSO & BRIGNOLI (1983). Os métodos da história. p.275-280. Desde o século XVIII, o conceito era usado por economistas, com o intuito de explicar os motivos das flutuações econômicas.

¹²⁹ Indicador estabelecido após a II GM. A FGV (Fundação Geúlio Vargas) foi reponsável pelo cálculo de 1947 a 1992, quando o IBGE assume tal incumbência. **PIB (produto interno bruto) indicador macroeconômico** que representa a **soma de todos os bens e serviços** finais de um Estado/região num

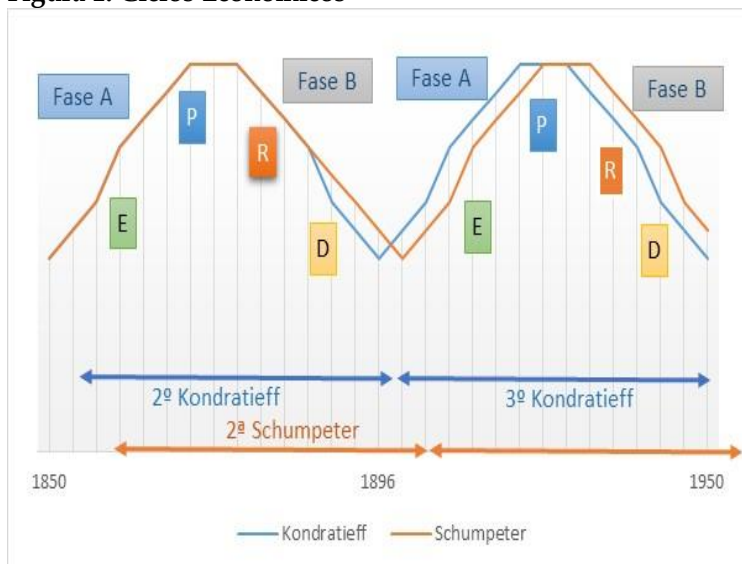
Dois estudos ¹³⁰ - Figura 2 - modelaram o momento macroeconômico do fim do século XIX:

(a) Ciclos de Kondratieff – para flutuações do PIB, em períodos de duração determinada (de 40 a 60 anos), com duas fases: fase A (ascendente) inclui expansão e prosperidade ou *boom*; e, fase B (descendente), com recessão e depressão. Para os efeitos deste trabalho, interessa o 2º ciclo – 1848-1896, início do uso de transportes a vapor; e, o início do 3º ciclo – 1896-1948, na Segunda Revolução Industrial, incorporação de energia elétrica, motores e indústria química; e,

(b) Ondas de Schumpeter – para flutuações do PIB e incorporação de tecnologias, em períodos variáveis de tempo (de 50 ou 40 ou 30 anos), com quatro fases para um ciclo econômico: recuperação ou retomada, *boom* ou prosperidade, recessão e depressão. A nomenclatura não difere da Kondratieff, mas a extensão temporal dos ciclos. Para os efeitos deste trabalho, interessa a chamada 2ª onda – 1845-1900.

determinado intervalo de tempo. PNB (produto nacional bruto) representa o somatório do PIB + RLEE (renda líquida enviada ao exterior).

¹³⁰ Sobre o trabalho de Schumpeter: AKERMAN & ZERKOWSKI (1984); e, sobre Kondratieff: MAMIGONIAN (1994). Obs: as curvas dos dois modelos e curva da economia do Brasil só pode ser engendrada, como comparação, pelo uso da variação dos saldos da Balança Comercial, pois não havia, à época, outro indicador macroeconômico disponível.

Figura 1. Ciclos Econômicos

Elaboração: BORBA (2021).

Legendas: Fase A = fase ascendente; Fase B = fase descendente; E = expansão; P = prosperidade; R = recessão; D= depressão; 2º Kondratieff = ciclo 1848-1896; 3º Kondratieff = ciclo 1896-1950; 2ª Schumpeter = onda 1845-1900.

3. Contexto da América Platina

As relações comerciais entre o Rio Grande do Sul e os Estados Platinos¹³¹, no Período Imperial e na 1ª

¹³¹ CARDOSO & BRIGNOLI (1987). História econômica da América Latina; DIAS (1998). Geografia Comercial e Influência Platina no Rio Grrande do Sul na transição entre os Séculos

República, têm sido tratadas como questão de contrabando, envolvendo intercâmbios para atender as necessidades de introdução e exportação de bens das populações da fronteira sudoeste e oeste e do planalto. A que se considerar, que as distâncias físicas e as rotas no Rio Grande do Sul não apresentavam as mesmas possibilidades comerciais de acesso representadas pelo portos de Montevideu e Buenos Aires, que, então, exerciam influência espacial nos mercados do interior rio-grandense. Na fronteira gaúcha de sudoeste e oeste, estabeleceram-se praças comerciais (como Uruguiana, Livramento, Quaraí, Itaqui e São Borja), que rivalizavam com as praças do litoral (Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre). Assim, a realidade das demandas comerciais do *hinterland* gaúcho e sua relação com o circuito comercial platino contrastava com o projeto econômico do governo rio-grandense de controle aduaneiro de importação e exportação pelas praças estabelecidas no litoral.

No final do século XIX, o consumo do charque entrou em decadência e a indústria frigorífica estrangeira passou a investir nos Estados Platinos, pela qualidade dos rebanhos (bovinos e ovinos), facilidade de escoamento pelos portos (com acessos ferroviários) e incentivos econômicos dos governos do Uruguai e da Argentina.

XIX e XX; e, BORBA (2020). América Platina e os desafios mercantis e industriais do século XIX.

3.1. Uruguai ¹³²

Os governos militares colorados (de 1882-1890) assentaram o poder central, dominaram os meios de comunicação (telégrafo) e de transportes (ferrocarril) e fortaleceram o poder montevideano. Isto ocorreu porque a sociedade e a economia estavam mudando e se opunham às dispendiosas rebeliões do passado. Aos dois governos citados sucederam-se governos civis colorados, presidencialistas e autoritários (de 1890-1897). A este predomínio do partido colorado responderam revoluções brancas, cujo levante de 1897 resultou em mútuo compromisso de convivência política.

A população do Uruguai, entre 1875 e 1900, saiu 450 mil para um milhão de habitantes, sustentada por alta taxa de natalidade e uma relativamente baixa taxa de mortalidade. A isso, associou-se altas taxas de imigração europeia, de quatro a cinco ondas no século XIX. Em 1890, Montevideu possuía de 50-60% de população estrangeira, quase toda europeia, que era protegida por seus cônsules durante as guerras civis e sempre recompensados mediante ameaças ao estado uruguaio. Os imigrantes¹³³ converteram-se nos principais proprietários rurais (58%) e urbanos (56%), chegando a deter o controle de 80% da indústria de bens de consumo.

A estrutura econômica se modificou com a criação de ovinos. A lã superou o couro como principal

¹³² BARRAN (1995). El nacimiento del Uruguay moderno en la segunda mitad de siglo XIX; e, CAETANO & RILLA (2001). Historia contemporánea del Uruguay. p.71-101.

¹³³ BARRAN & NAHUM (1993). Historia social de las revoluciones de 1897 y 1904.

produto de exportação uruguaia. O alto preço da lã no mercado internacional, devido à redução de oferta de algodão durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865).

O Uruguai, ao final do século XIX, produzia carne e atendia outras demandas do mercado: calçados com o couro e vestuário com a lã. Além disso, Brasil e Cuba consumiam charque; França, Alemanha e Bélgica, lãs; e, Inglaterra e Estados Unidos, couros.¹³⁴

A partir de 1875, a legislação aduaneira protecionista favoreceu a incipiente indústria, que produzia bens de consumo (alimentos, bebidas, móveis, tecidos, couros). Paralelamente, ocorreram investimentos estrangeiros, sobretudo britânicos, que construíram ferrovias, tendo, ao final do século XIX, chegado a 2.000 km. A partir da exploração de ferrovias, outras concessões foram homologadas, para explorar serviços públicos em Montevideu (água, gás, telefonia, ...), com empréstimos da banca inglesa (que, a seguir, assumiu o mercado nacional de seguros).

As ferrovias foram essenciais para que o governo pudesse controlar o interior. Ao cruzar o Rio Negro, em 1886, por ponte ferroviária, o Uruguai, que sempre estava dividido em metades no inverno, se unificou. Porém, o monopólio de ferrovias, de águas e de gás e o oligopólio das companhias de seguros, em 1890, contribuíram para aumentar o clamor acerca dos duvidosos benefícios ao Uruguai pelo capital estrangeiro. Em 1888, surge a lei sobre a contabilidade das empresas ferroviárias.

¹³⁴ YAFFE (2010). Política y economía en la modernización: Uruguay (1873-1933).

A sociedade uruguaia, ao longo do século XIX, conviveu com as guerras da independência e as civis, tendo consequências desastrosas para produção de gado. A recuperação começa, no fim do século, com os avanços da indústria saladeril, o aumento da migração do campo para a cidade e a consolidação do Porto de Montevideu, como entreposto para mercadorias da Argentina, do Brasil e do Paraguai.

Após uma fase de relativa prosperidade, adviria uma crise financeira e comercial cujo ápice seria no início da década de 1890, apesar do advento dos frigoríficos (quando as estâncias se transformaram em empresas de produção para o mercado). O país exportava carne de gado e passou à exploração de ovinos, tendo como aliadas as ferrovias implantadas entre 1884 e 1892.

Em termos comerciais foi estabelecido tratado de redução recíproca de impostos: o Brasil congelava as taxas aduaneiras para o charque uruguaio, igualando-as às do charque argentino (contrariando os interesses das charqueadas gaúchas); e, de parte do Uruguai, haveria favorecimento na importação de produtos agrícolas brasileiros, com redução de imposto sobre a erva-mate, manutenção das cotas de importação do tabaco brasileiro, mas sem tratamento privilegiado para o açúcar (em razão do interesse de nações europeias) e para a aguardente (em razão do protecionismo à produção nacional).^{135/136}

Nas duas últimas décadas do século XIX, o Uruguai contraía empréstimos no exterior para o projeto

¹³⁵ CERVO & BUENO (1992). História da política exterior do Brasil.

¹³⁶ RECKZIEGEL (2015). A diplomacia marginal.

do **Porto de Montevideu**¹³⁷, que era objeto de estudos e debates, por suas condições de operação.

*“Montevideo es puerto de escala. La mayor parte de los buques que entran a él lo hacen con el objeto de dejar o llevar una parte reducida de su carga total; sólo se detienen en él durante el tiempo necesario para efectuar esas operaciones. Muchos de esos buques, de mayor o menor velocidad, que llevan pasajeros y mercaderías, permanecen en el puerto durante un día, a lo sumo; los demás buques de vapor, y especialmente los de carga, hacen en él una estadía que, por lo general, es de dos o tres días. Dado el estado actual del Puerto, la agitación que producen en sus aguas los vientos de alta mar es con frecuencia, suficiente para que esos buques tropiecen con las mayores dificultades. Los buques de mayores dimensiones tienen pues que fondear a una distancia de la costa que excede a dos millas”.*¹³⁸

3.2. Argentina

Desde meados do século XIX, a economia argentina cresceu de forma sustentada, acelerando-se a partir da década de 1880. O período 1880-1914 foi o de maior crescimento econômico do país, ocasionado pelas exportações. Entre 1880 e 1913, o PIB per capita mais que

¹³⁷ ZÚÑIGA (2010). Historia del Puerto de Montevideo. 2ª Parte – desde 1887 hasta 1931. p.162-235. “La ley, promulgada el 14 de julio de 1894, ... proceder al estudio definitivo del Puerto de Montevideo, ...”. “... la ley fundamental del 7 de noviembre de 1899 creación de recursos destinados a la obra, y su administración por un organismo especial ...”. “El contrato fue celebrado a 18/enero/1901”.

¹³⁸ ZÚÑIGA (2010). op.cit. p. 209.

duplicou. A população total quadruplicou, elevando-se de menos de 2 milhões de habitantes na década de 1870 para mais de 5,5 milhões em 1900.¹³⁹

A base para este crescimento relaciona-se à expansão acelerada da produção agropecuária, o incremento das exportações, à modernização dos sistemas de transportes e à construção de ferrovias. Isto traduziu-se na formação de um mercado nacional e em incremento à uma incipiente indústria, permitindo sua incorporação ao mercado mundial como país exportador de produtos agropecuários.

Até o fim do século XIX, a lã segue sendo o principal produto de exportação, mas o plantel ovino foi declinando na década de 1880. Em fins da década de 1880 houve deslocamento da exploração de gado para províncias do centro-sul argentino, para atender a demanda dos frigoríficos.¹⁴⁰ Esta expansão para o sul permitiu um grande incremento na produção de bovinos, favorecida pela extensão de ferrovias e ocupação de novas terras. O aumento da produção da agrícola, como o caso do trigo, favoreceu às exportações, que passaram de 328 mil toneladas, em 1890, para 1,9 milhões de toneladas, em 1900. A malha ferroviária, em 1880, era de 2.895 km; em 1890, de cerca de 11.112 km; e, em 1900, de 17.500km. As ferrovias consolidaram a

¹³⁹ MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA ARGENTINA (2021). Datos económicos; e, MINISTÉRIO DEL INTERIOR DA ARGENTINA (2021). La Expansión Económica.

¹⁴⁰ FERRERAS (2006). A formação da sociedade argentina contemporânea; e, LENZ (2006). Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX.

atividade agro-exportadora, possibilitando a colonização e a exploração comercial do pampa.

O século XIX foi um período de profundas transformações econômicas¹⁴¹, com acelerado processo de urbanização e incremento da população urbana em relação à rural, impactando a produção agrícola, que se expandiu graças às inovações tecnológicas e cultivo de terras marginais.

A conformação de um mercado mundial crescentemente integrado favoreceu o livre trânsito de pessoas, com deslocamento de trabalhadores e migrantes para zonas com escassez de mão-de-obra. Ainda que o aumento da população demandasse crescente oferta de bens e maior produção, a expansão industrial não tinha capacidade de absorver toda mão-de-obra disponível. Tais condições econômicas viabilizaram as possibilidades de emigração em massa, a partir da revolução dos transportes, que diminuiu o tempo de viagens (Europa à América do Sul - de 40-45 dias para 18-24 dias) e permitiu deslocamentos pela redução de custos do transporte marítimo.

O Porto de Buenos Aires¹⁴², antes chamado de '*inferno dos navegantes*', foi construído a partir de 1876, concluído em 1919, mesmo num período de grave crise econômica externa e bancária dos anos 1890. Os investimentos tomados no exterior, predominantemente ingleses, determinaram um quadro de dívida pública externa.

¹⁴¹ MINISTÉRIO DEL INTERIOR DA ARGENTINA (2021).op.cit

¹⁴² MANTUANO (2018). op.cit.

*“Antes de la década de los setenta del siglo XIX no había en Buenos Aires ... condiciones portuarias adecuadas ... Los grandes barcos comerciales tenían que anclarse en el océano. ... Las mercancías venidas de Europa eran desembarcadas en lanchones ... traídas a los costados del muelle de la Aduana, ...”.*¹⁴³

3.3. Brasil

A economia brasileira¹⁴⁴, a partir de 1850, passa a dispor de um conjunto de normas para a consolidação dos mercados de (a) **terra** - a Lei de Terras (com novas regras para a aquisição de terras públicas, exclusivamente por compra, com valores revertidos ao financiamento da imigração, com limites à extensão das propriedades, com revisão das cessões de sesmarias e com demarcação dos latifúndios); (b) **trabalho** - a Lei Eusébio de Queiroz (suspensão do tráfico negreiro e, ao mesmo tempo, incentivo à mão-de-obra imigrante); e, (c) **capital** - a Lei do Código Comercial (regulamentando os setores bancário e de instituições de crédito, o espaço de atuação da Marinha brasileira, as companhias de seguro, as sociedades anônimas, os títulos ao portador, a emissão de debêntures e a concessão de patentes).

Esse conjunto de legislações balizou a economia brasileira do II Reinado e a emergência do setor industrial brasileiro, mas não satisfazia o conjunto de proprietários de terras, ou seja, a então elite econômica brasileira. A Guerra do Paraguai, entre 1865-1870,

¹⁴³ ARCÓN DE BUENOS AIRES (2021). Puerto de Buenos Aires.

¹⁴⁴ CROCE (2015). A Economia do Brasil no século XIX.

contribuiu para a alavancagem do incipiente setor industrial brasileiro, pois entraves de importação levaram à tentativas de produção interna de bens substitutivos.

A economia nacional, no período 1881-1890, é marcada pela dependência do café e demandas por açúcar e borracha. A Balança Comercial registrou exportações crescentes, mas também importações, gerando pequenos saldos que permitiram um relativo acúmulo de capital, que, em parte, era direcionado à expansão das atividades manufatureiras.¹⁴⁵

A Tarifa Belizário, de 1887, imposta pelo governo imperial para controle fiscal e para favorecer a classe agrária dominante, aumentou a taxa de importação sobre matérias-primas e diminuiu a taxa de importação sobre sacarias. Em 1888, com a Lei Bancária, a Abolição da Escravatura e o Auxílio à Lavoura (que favorecia o setor cafeeiro através de crédito barato e de longo prazo), um novo quadro surge, envolvendo a relação entre agricultura e indústria.

No período 1891-1900, o comércio exterior brasileiro continua dependente do café, com queda do açúcar e do algodão, mas com duplicação da demanda por borracha (valorizada pela nascente indústria automobilística nos Estados Unidos). Outros itens da pauta de exportação mantiveram-se relativamente estáveis.

¹⁴⁵ Balança Comercial contrasta contas de importação e de exportação de um país/região, sendo o Saldo, importante indicador macroeconômico como o PIB.

A característica de país exportador de *commodities* primárias manteve-se no final do século XIX (dados da Balança Comercial - Tabela 1).

Tabela 1. Balança Comercial do Brasil (1891-1899)
- em mil contos de réis -

ano	Importação	Exportação	Saldo
1891	511.999	574.366	62.367
1892	589.575	784.462	194.887
1893	652.425	705.581	53.156
1894	782.450	766.803	-15.647
1895	844.581	882.057	37.476
1896	864.213	844.106	-20.107
1897	845.803	1.010.719	164.916
1898	933.322	1.011.301	77.979
1899	864.610	954.467	89.857
média	688.898	753.386	64.488

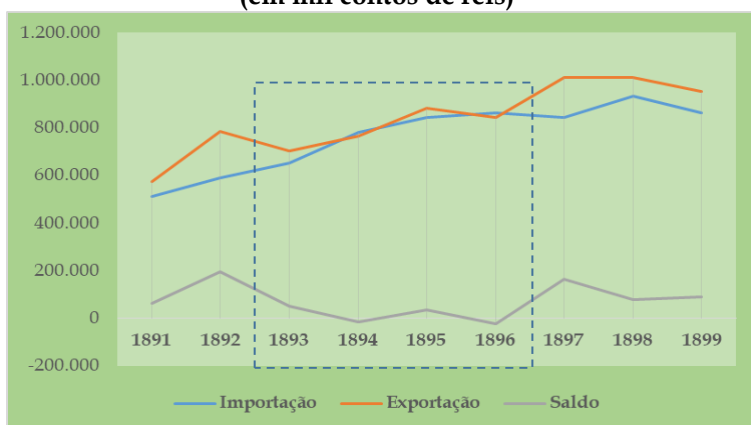
Elaboração: BORBA (2021), com base em dados do Ministério da Economia do Brasil (2020).

No interregno, ocorre a Proclamação da República (15/11/1889), a Crise do Encilhamento¹⁴⁶, a

¹⁴⁶ IPEA (2011). História. Encilhamento: política econômica de incentivo à emissão de papel moeda, para contornar a crise de pagamentos e viabilizar o processo de industrialização nacional. O governo credenciou bancos a emitirem papel-moeda, criando um volume de dinheiro circulante muito além das necessidades, isto levou à desvalorização da moeda e ao surto inflacionário (por excesso de dinheiro circulando na economia).

promulgação da 1ª Constituição Republicana (24/02/1891), a dissolução do Congresso (03/11/1891), a Revolução Federalista (11/02/1893 a 24/06/1895), Revolta da Armada (em duas fases, a primeira em 1891 e a segunda de 06/09/1893 a 03/1894), a insurreição de Canudos (07/11/1896 a 05/10/1897).

**Gráfico 1. Balança Comercial do Brasil
(em mil contos de réis)**



Elaboração: BORBA (2021), com base em dados do Ministério da Economia do Brasil (2020).

A área demarcada, no Gráfico 2, mostra Saldos da Balança Comercial decedentes, mas exportações e importações ascendentes mostram sinais de retomada, adequando-se aos modelos de Kondratieff (2º para 3º ciclo) e Schumpeter (2ª para 3ª onda).

No plano interno, a tradicional valorização econômica¹⁴⁷ de produtos em ciclos de exportação para o

¹⁴⁷ LAPA (2002). O interior da estrutura. In: História Econômica do Período Colonial.

exterior, de algum modo, alijou a análise das economias regionais, cujo comércio se estabelecia para além daqueles produtos da pauta de exportação, por cabotagem.

No final do século XIX, a economia brasileira se preparava para inserção no sistema industrialista, com a transição da escravidão para trabalho livre e assalariado, entrada maciça de migrantes no setor de mão-de-obra e nas novas tendências modernizantes.¹⁴⁸

O Ministério da Fazenda, no primeiro governo republicano, busca assegurar a continuidade do surto industrial e adota medidas para proteger a produção nacional e incentivar a instalação de indústrias. Surgem as primeiras leis limitando isenções de importação para produtos com similares nacionais. Em 1896, a Tarifa Rodrigues Alves aprofunda os mecanismos de protecionismo comercial. Em 04/03/1897, a Tarifa Bernardino de Campos reduz taxas de importação de determinados itens e aumenta para outros; e, em 17/12/1897 retira vários itens da pauta de tarifa reduzida, gerando aumento de receitas.

4. Contexto do Rio Grande do Sul

O tratado de 1852 abriu os rios Paraná e Uruguai à livre navegação e comércio para todos os países interessados, com o que as praças comerciais de Montevidéu e Buenos Aires

¹⁴⁸ MINISTÉRIO DA ECONOMIA DO BRASIL (2021). Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. 200 anos de comércio exterior brasileiro – 1808 a 2007.

*“viram-se integradas às províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé, assim como às províncias brasileiras de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, estendendo essa influência comercial até o Paraguai e o sul da Bolívia”.*¹⁴⁹

O interesse geopolítico brasileiro pelo comércio na bacia do Rio da Prata sempre esteve manifesto, relegando, a plano secundário, o circuito comercial das Províncias do Sul. Para a fronteira sudoeste e oeste e planalto do Rio Grande do Sul, tal possibilidade ativou o comércio sub-regional, desvinculado do porto marítimo e dos portos fluvial e lacustre das praças do litoral atlântico. Os portos fluviais e coletorias de Itaqui, São Borja e Uruguaiana recebiam mercadorias importadas de ultramar, via portos de Buenos Aires e Montevideu, com embarcações transportando manufaturados europeus e retornando com erva-mate, madeiras e produtos da lavoura local.

À distância de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre em relação ao oeste, sudoeste e planalto da Província, sem conexão por vias férreas ou outro tipo de tráfego regular, acresça-se que custos (incluindo-se os aduaneiros) operacionais menores foram implementados pelos portos de Montevideu e de Buenos Aires.

“... os preços em Buenos Aires e Montevideu são muito mais cômodos do que em Porto Alegre e Rio Grande; assim como o transporte mais módico e ligeiro”. E, ... “os vínculos com os portos platinos tornavam ainda mais lucrativos os negócios quando se podia aliar as duas práticas, aproveitando as mesmas embarcações que traziam

¹⁴⁹ VOLKMER (2013). O Comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX.

*as mercadorias importadas para levar os produtos de exportação”.*¹⁵⁰

Dos limites do Rio Grande do Sul, 1.727 km são compartilhados com a Argentina (724 km) e o Uruguai (1.003 km). Com a Argentina, o limite é estabelecido pelo rio Uruguai; e, com o Uruguai, o limite é do tipo convencionado (obedecendo a padrão topográfico e/ou limites naturais)¹⁵¹. As relações políticas e socioeconômicas e as redes de contatos estendidas ao longo das fronteiras do Brasil com o Uruguai e com a Argentina estavam inseridas num contexto conturbado no final do século XIX, com grupos de oposição da Argentina, do Uruguai e do Brasil lutando por maior espaço de participação política.¹⁵² Federalistas gaúchos, radicais argentinos e blancos uruguaios conformaram uma aliança para fortalecimento e apoio em suas revoluções, com base no federalismo, no respeito à autonomia provincial e municipal e desconcentração de poderes dos respectivos executivos.¹⁵³

A economia gaúcha voltava-se tanto para o mercado interno como externo, mas as flutuações nas exportações e importações afetavam o saldo da balança

¹⁵⁰ VOLKMER (2013). op.cit.

¹⁵¹ ALVES (2000). Formação territorial e tratados internacionais; BORBA (2004) Faixas de Fronteira: um anacronismo no MERCOSUL; e, BORBA (2013). Fronteiras e Faixa de Fronteira.

¹⁵² RECKZIEGEL (2015). op.cit.

¹⁵³ COSTA (2009). A Revolução Federalista (1893-1895). “Os federalistas tiveram o apoio da província de Corrientes/Argentina e do Uruguai, durante todo o movimento, recebendo armas através da fronteira e buscando refúgio em vários momentos”.

comercial com a concorrência da produção e dos portos platinos. Além disso, os federalistas¹⁵⁴ (centrados na região sul gaúcha) responsabilizavam os governos – estadual e federal – pelos altos custos de suas produções, por falta de vias de escoamento (estradas e ferrovias), de portos efetivamente operacionais (em contraste com Buenos Aires e Montevideu) e de taxas privilegiadas sobre importações de produtos similares (por acordos de comércio).

Em 1890, Porto Alegre torna-se a primeira praça comercial do Estado, com predomínio de comerciantes alemães (pelo desenvolvimento das colônias migratórias e dos excedentes agrícolas gerados), apesar das dificuldades de entrada na Barra e de navegação na Lagoa dos Patos e no estuário Guaíba. Os alemães dirigem, também, a quase totalidade do alto-comércio dos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas¹⁵⁵, estabelecendo relações comerciais com os principais portos europeus. Em décadas anteriores, o predomínio era de comerciantes ingleses, que se consolidaram nas praças de Montevideu e Buenos Aires, pelas facilidades e privilégios obtidos nos processos de concessões daqueles Estados.

A partir de 1892, quando foi inaugurada a Ferrocarriles Central del Uruguay, a ligação Rivera-Santana do Livramento e o porto de Montevideu se dava em 24 horas, sendo tal ocorrência inviável em relação ao porto do Rio Grande.

¹⁵⁴ FONSECA (1993). *Revolução Federalista: uma interpretação*.

¹⁵⁵ DIAS (1998). *op.cit.* referindo-se a Jean Roche (1949).

*“As relações comerciais da fronteira, mais especificamente de Livramento com Porto Alegre, eram praticamente nulas. Já com Rio Grande, existia, no verão, um pequeno fluxo”.*¹⁵⁶

No período da Primeira República, a economia do Rio Grande do Sul era basicamente agroexportadora, voltando-se para mercados regionais, especialmente do centro econômico do país. No contexto nacional, tratava-se de uma economia regional subsidiária, tal como sempre havia sido a economia gaúcha^{157/158} estabelecida na fronteira dos domínios luso-brasileiros. Entretanto, a mudança se dá a partir do desdobramento da produção agroindustrial das Colônias (alemãs e italianas) e da ‘indústria’ de Porto Alegre, configurando uma ‘nova’ economia, com autossuficiência e geradora de superávits comerciais em relação ao resto do Brasil.

A conformação do projeto de desenvolvimento econômico sofreu inúmeros impactos regionais¹⁵⁹: a "Revolta da Armada" (disputa entre a Marinha e o Exército), com alguns integrantes buscando aliança com os federalistas do Rio Grande do Sul¹⁶⁰, já envolvidos na Revolução Federalista. No espaço de dois anos, entre 15/11/1889, quando foi proclamada a República, e, 12/11/1891, quando da deposição de Júlio de Castilhos,

¹⁵⁶ DIAS (1998). op.cit.

¹⁵⁷ HERRLEIN JR (2004). A trajetória do desenvolvimento capi-talista no Rio Grande do Sul.

¹⁵⁸ FONSECA (1983). RS: economia e conflitos na República Velha.

¹⁵⁹ VILLALBA (1897). A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: (documentos e commentarios).

¹⁶⁰ RECKZIEGEL (2015). op.cit.

o Rio Grande do Sul teve dezoito governadores/presidentes.¹⁶¹

Na questão – portos, em 1895, o Ministério de Viação e Obras Públicas:

“(...) o estado quase primitivo dos portos da República, onde a minguagem de meios seguros e acelerados para o movimento de mercadorias, agravava as despesas da importação e da exportação impedindo ao fisco a devida arrecadação dos direitos aduaneiros”.

¹⁶²

5. O Comércio no Porto do Rio Grande – 1890-1900

A consolidação do Porto do Rio Grande¹⁶³ enfrentou sérias contestações: (a) os governos uruguaio e argentino, interessados em manter-se como provedores do comércio do interior do Rio Grande do Sul, ofereciam reduções tarifárias e ramais ferroviários que atingiam a

¹⁶¹ OLIVEIRA (2013). Os 120 anos da Guerra Civil de 1893.

¹⁶² COPSTEIN (2000). O Comércio e a Barra do Rio Grande do Sul: 1850-1900.

¹⁶³ Para origens, construção e consolidação do Porto, ver: ALVES (2007). Porto e Barra do Rio Grande; e, TORRES (2015). A Barra Diabólica. Para dados de movimentação do Porto, ver: NEVES (1980). A Importância do Porto do Rio Grande na Economia do Rio Grande do Sul (1890-1930); VIANNA (2007). A Cidade, o Porto e a Barra de São Pedro do Rio Grande - Estudo Amostral (1855/57); e, SOARES (1865). Estatística Commercial do Brasil. Tomos I e II. Estudo amostral (1830-1864).

fronteira gaúcha^{164/165}; (b) a dificuldade de acesso contínuo à barra do Rio Grande^{166/167}; (c) a indecisão entre a implantação do Porto do Rio Grande *versus* de porto em Torres e/ou canal de navegação entre Torres e a Lagoa dos Patos; e, (d) a inexistência de vias de transporte terrestre e/ou ferroviário às zonas de produção.

A transição do Império para República carregou fortes traços da política mercantilista, com destaque para o protecionismo a produtos nacionais; para a supremacia das exportações sobre as importações; e, na manipulação da balança de comércio por incentivo às exportações e restrição às importações.^{168/169} Porém, o novo regime encontrou os portos em situação precária, apenas o do

¹⁶⁴ COPSTEIN (2000). op.cit. Cita que Silveira Martins comparou os portos de Montevideu e Rio Grande: o custo do seguro triplicava quando a mercadoria era despachada via Rio Grande. A atividade portuária montevidéana não dava tréguas à precariedade riograndina, contratando melhoramentos para o porto e projetando ferrovias direcionadas à fronteira brasileira.

¹⁶⁵ DIAS (1998). op.cit.

¹⁶⁶ TORRES (2015). op.cit.

¹⁶⁷ ALVES (2007). op.cit.. No final do século XIX, a escassa estrutura portuária rio-grandina permanecia como fator inibidor às exportações-importações.

¹⁶⁸ RIOS (1972). A Tradição Mercantilista na Formação Brasileira.

¹⁶⁹ BORBA (2020). América Platina e os desafios mercantis e industriais do século XIX.

Rio de Janeiro e o de Santos¹⁷⁰ dispunham de instalações razoáveis. Outros portos tinham movimentos medíocres, sendo pouco atrativos.

No Rio Grande, havia sérias implicações decorrentes do estado da Barra, pois “... embarcações que chegam a levar meses para conseguir entrar ou sair ...”¹⁷¹, o que se refletia nos custos das mercadorias exportadas e importadas pelo porto, tornando conveniente usar o porto de Montevidéu.¹⁷²

O avanço do número de embarcações e, especialmente, das embarcações a vapor facilitou o crescimento dos circuitos mercantis marítimos. Deste modo, nas relações comerciais interprovinciais, o Rio Grande do Sul assegurou parcela expressiva do comércio de cabotagem, exportando carnes secas e salgadas, feijão, milho e de outras mercadorias derivadas do gado vacum, como couros, sola e sebo.

A restrição às embarcações estrangeiras na cabotagem produziu fretes, por tonelada, mais elevados do que no comércio ao exterior, mas a participação dos vapores no transporte de carga cresceu e levou à redução do custo de transporte.¹⁷³

¹⁷⁰ FGV (2016). Atlas Histórico do Brasil. Inauguração do Porto de Santos, em 02/02/1892, com 260m de cais, foi o primeiro porto organizado do Brasil. A conclusão deu-se em 05/1909.

¹⁷¹ ALVES (2014). Textos para o estudo da história da mais antiga cidade sul-rio-grandense. Erigiram-se os molhes na barra, após marchas e contramarchas. As obras foram até 1915, com a inauguração do cais do Novo Porto.

¹⁷² COPSTEIN (2000). op.cit.

¹⁷³ STOPFORD (2017). op.cit. Embarcação a vapor deslocava 685 toneladas e uma à vela, 161 toneladas.

Todo este contexto impactou o desenvolvimento do Porto da Cidade do Rio Grande e sobre isto busca-se uma mensuração (mediante o atendimento de três requisitos pelas fontes: validade ou confiança nos dados registrados; continuidade das séries para autorizar conclusões; e, homogeneidade na origem da fonte de dados do período¹⁷⁴), considerando o trabalho desenvolvido pelo Prof. Hugo Alberto Pereira Neves, no período 1970-1980. O autor salienta os limites para seu trabalho de pesquisa, em razão de

*“... falta de arquivos conservados ... o Arquivo da Capitania dos Portos, que, com documentação desde o Império, foi incinerado em 1963. Depois foi a vez do Arquivo da Alfândega do Rio Grande, desaparecido em 1973. Finalmente, em 1975 foi destruído o Arquivo da Praticagem da Barra do Rio Grande, cujo início era de 1846”.*¹⁷⁵

Durante a Primeira República, o Porto do Rio Grande¹⁷⁶, no comércio inter-regional, por cabotagem, manteve relações comerciais com todos os portos brasileiros de importância (Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Santos e São Francisco), inclusive Porto

¹⁷⁴ CARDOSO & BRIGNOLI (1983). op.cit. Cap.IV. C. Quantificação e estatística em história. p.280-337.

¹⁷⁵ Acresça-se que o arquivo da Portobras, objeto de consulta do Prof. Hugo Neves, à época, também foi ‘extraviado’ quando da extinção daquela estatal nos anos 1990.

¹⁷⁶ Os dados em análise consideraram: (a) a coleta e consolidação pelo Prof. Hugo Neves, no período 1970-1980, mas atualizados com recursos estatísticos e de planilhas eletrônicas; e, (b) o material da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, do Ministério da Economia do Brasil (2020), sobre comércio exterior brasileiro (1808-2007).

Murtinho, no Mato Grosso; e, no comércio exterior, por navegação de longa distância, relacionou-se com os mercados do Prata (Uruguai e Argentina), dos Estados Unidos e da Europa (Inglaterra, Alemanha, Bélgica, França e Portugal), acrescidos, excepcionalmente, de portos da África e Ásia.

**Figura 2. Embarcações no porto da Cidade do Rio Grande
- final século XIX -**



Fonte: Atelier Fontana/Rio Grande. In: Fototeca da Biblioteca Rio-Grandense.

O movimento de entradas e saídas de embarcações do Porto do Rio Grande (Tabela 2) indica, que, em média, entraram 477 embarcações por ano no decênio 1891-1900. A partir de 1894 até 1900, exceção de 1895, as entradas de embarcações no Porto estiveram aquém da média. Quanto às saídas, em média, foram 467 embarcações, com decréscimos, em relação à média, em 1894 e em 1898-1900.

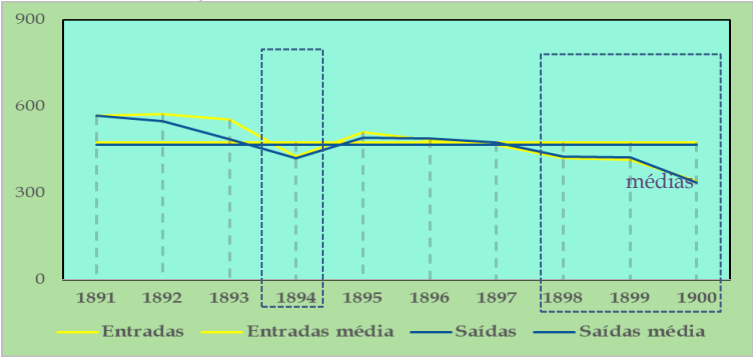
**Tabela 2. Entradas e Saídas de Embarcações
no Porto do Rio Grande – 1891-1900**

Ano	Entradas	Saídas
1891	569	568
1892	575	550
1893	556	488
1894	426	422
1895	512	491
1896	485	490
1897	468	476
1898	421	427
1899	415	424
1900	343	337
Média	477	467

Fonte: adaptado de NEVES (1980). Tabela I. p.94.

Com os dados da Tabela 2, consolida-se o Gráfico 2, que mostra uma posição de redução na quantidade de embarcações que aportaram ou zarparam do Porto do Rio, com um ponto de inflexão em 1894 e de 1898-1900.

**Gráfico 2. Entradas e Saídas, em quantidade
de embarcações, no Porto do Rio Grande - 1891-1900**



Elaboração: BORBA (2021).

A tonelagem movimentada pelo Porto do Rio Grande (Tabela 3) indica que a média de desembarques

foi de 244.337 toneladas, com expressivos recuos, em relação à média, em 1892-1894. Os embarques, em média, foram de 223.437 toneladas, também, com decréscimos expressivos no mesmo período.

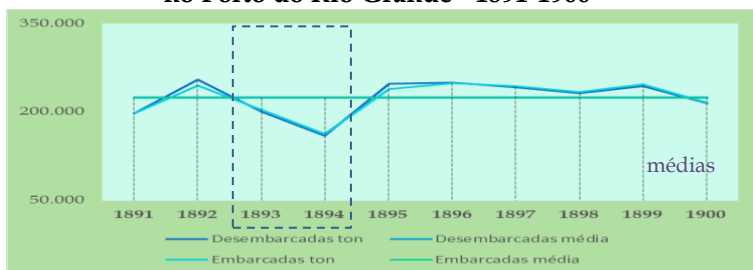
Tabela 3. Toneladas desembarcadas e embarcadas no Porto do Rio Grande - 1891-1900

	Desembarcadas	Embarcadas
ANO	ton	ton
1891	197.739	197.721
1892	255.203	244.488
1893	200.716	203.567
1894	160.110	162.285
1895	247.622	238.731
1896	249.698	248.778
1897	241.295	243.388
1898	231.850	233.623
1899	244.067	246.534
1900	215.072	215.251
Média	224.337	223.437

Fonte: adaptado de NEVES (1980). Tabela II. p.95.

Com os dados da Tabela 3, estrutura-se o Gráfico 3, que mostra redução na quantidade de toneladas desembarcadas e embarcadas, no período 1892-1894, no Porto do Rio Grande.

Gráfico 3. Toneladas desembarcadas e embarcadas no Porto do Rio Grande - 1891-1900



Elaboração: BORBA (2021).

Com os dados das Tabelas 2 e 3, reúne-se a Tabela 4, para avaliar a **tonelagem média transportada por embarcação**, tanto nos desembarques, quanto nos embarques.

Tabela 4. Embarcações e Toneladas desembarcadas e embarcadas no Porto do Rio Grande (1891-1900)

Ano	Entradas/Desembarques			Saídas/Embarques		
	qtide ¹	ton ²	ton/embarc ³	qtide ⁴	ton ⁵	ton/embarc ⁶
1891	569	197.739	347,5	568	197.721	348,1
1892	575	255.203	443,8	550	244.488	444,5
1893	556	200.716	361,0	488	203.567	417,1
1894	426	160.110	375,8	422	162.285	384,6
1895	512	247.622	483,6	491	238.731	486,2
1896	485	249.698	514,8	490	248.778	507,7
1897	468	241.295	515,6	476	243.388	511,3
1898	421	231.850	550,7	427	233.623	547,1
1899	415	244.067	588,1	424	246.534	581,4
1900	343	215.072	627,0	337	215.251	638,7
Média	477	224.337	470,3	467	223.437	478,1

Fonte: adaptado de NEVES (1980).

Legendas:

¹ quantidade de embarcações entradas para desembarques

² volume de toneladas desembarcadas

³ volume médio de toneladas/embarcação para desembarques

⁴ quantidade de embarcações saídas com embarques

⁵ volume de toneladas embarcadas

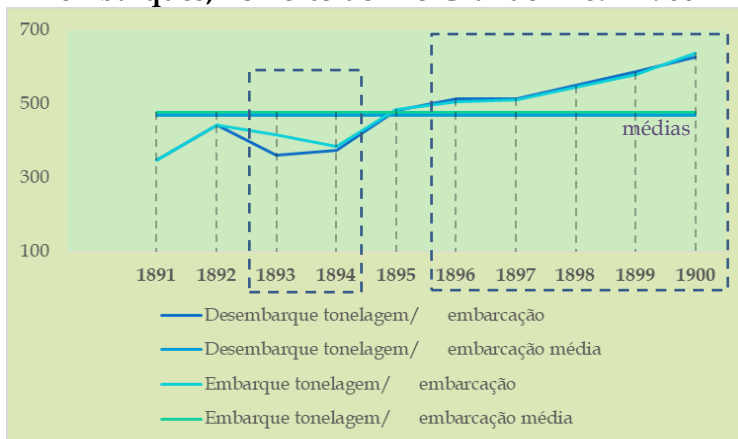
⁶ volume médio de toneladas/embarcação com embarques

Com estas informações, demonstra-se que as médias de tonelagem desembarcadas (470,3) e as médias de tonelagem embarcadas (478,1) apresentam decréscimo no intervalo 1891-1894, sendo 1892-1893 os anos de maior desvio em relação às médias.

No Gráfico 4 estão salientes as tonelagens desembarcadas e embarcadas, abaixo da média, entre 1891-1894; bem como, aumento de tonelagem nos

últimos anos, por incorporação de embarcações de maior capacidade de transporte, embora em número menor.

Gráfico 4. Tonelagem/embarcação, em desembarques e embarques, no Porto do Rio Grande - 1891-1900



Elaboração: BORBA (2021).

Num decênio de instabilidades políticas e econômicas convém olhar a movimentação geral do comércio do Rio Grande do Sul, considerando, comparativamente os **percentuais relativos aos valores financeiros movimentados** pelas praças do Litoral (Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre) e as praças da Fronteira (Livramento, Uruguaiana, Quaraí e outras) – Tabela 5.

Tabela 5. Percentual relativo aos valores financeiros movimentados por praças do Litoral e por praças da Fronteira -1891-1900

Ano	RGrande	P.Alegre	Pelotas	Litoral	Livramento	Quaraí	Uruguaiana	Outras	Fronteira
1891	15,64	30,36	46,22	92,23	0,21	0,39	4,98	2,20	7,77
1892	14,54	33,81	45,09	93,43	0,00	0,00	5,98	0,59	6,57
1893	18,88	38,45	31,46	88,80	0,00	0,00	6,86	4,34	11,20
1894	17,26	38,96	23,08	79,29	0,14	4,13	6,87	9,56	20,71
1895	15,29	45,40	24,03	84,73	0,81	6,43	2,06	5,97	15,27
1896	17,86	46,17	25,18	89,22	1,04	3,28	2,56	3,90	10,78
1897	21,57	40,75	23,00	85,32	1,14	3,73	3,34	6,46	14,68
1898	22,12	35,22	26,56	83,89	1,03	4,93	2,96	7,18	16,11
1899	25,10	37,15	25,96	88,21	2,40	3,87	2,32	3,20	11,79
1900	23,20	28,87	28,36	80,42	1,53	4,97	6,42	6,66	19,58
média	19,15	37,51	29,89	86,55	0,83	3,17	4,44	5,01	13,45

Fonte: adaptado de NEVES (1980). Tabela XIII, p.153.

Na Tabela 5 constam os percentuais de valores financeiros movimentados pelas praças do Litoral (média 86,55%, no decênio 1891-1900), mostrando que estas praças movimentaram valores mais expressivos do que as praças da Fronteira (média de 13,45%, no citado decênio). A redução na média das praças do Litoral, em 1894, contrasta com o crescimento, acima de sua própria média, das praças de Fronteira, em 1894-1895.

Na Tabela 6 constam os percentuais de valores financeiros movimentados exclusivamente pelas praças do Litoral, indicando que, em média no decênio, Rio Grande movimentou 19,1%, Porto Alegre 37,5% e Pelotas 29,9%.

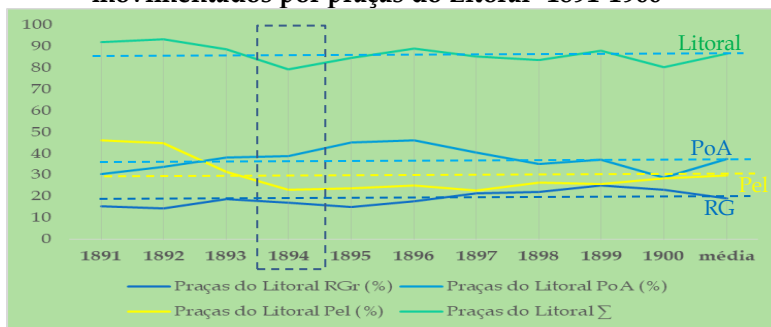
Tabela 6. Percentuais de movimentação financeira das praças do Litoral – 1891-1900

Ano	Praças do Litoral			
	RGr (%)	PoA (%)	Pel (%)	Σ
1891	15,6	30,4	46,2	92,2
1892	14,5	33,8	45,1	93,4
1893	18,9	38,4	31,5	88,8
1894	17,3	39,0	23,1	79,3
1895	15,3	45,4	24,0	84,7
1896	17,9	46,2	25,2	89,2
1897	21,6	40,7	23,0	85,3
1898	22,1	35,2	26,6	83,9
1899	25,1	37,2	26,0	88,2
1900	23,2	28,9	28,4	80,4
média	19,1	37,5	29,9	86,6

Fonte: adaptado de NEVES (1980). Tabela XIII, p.153.

No Gráfico 5, Rio Grande tem desempenho instável entre 1891-1896. Pelotas decai ao longo de todo o decênio. Porto Alegre opera abaixo de sua média em 1891 e 1900.

Gráfico 5. Percentual relativo aos valores financeiros movimentados por praças do Litoral -1891-1900



Elaboração: BORBA (2021).

Ao longo do decênio, entre as praças do Litoral há: (a) perda significativa de posição de Pelotas (de 46,22% até 28,36%); (b) crescimento da posição de Porto Alegre (de 30,36%, passando por 46,17%, com redução ao final da década); e, (c) Rio Grande conviveu, de 1891 a 1896, com valores percentuais bem inferiores às demais praças do Litoral, mas com alguma recuperação ao final da década.

Tabela 7. Percentuais de movimentação financeira das praças da Fronteira – 1891-1900

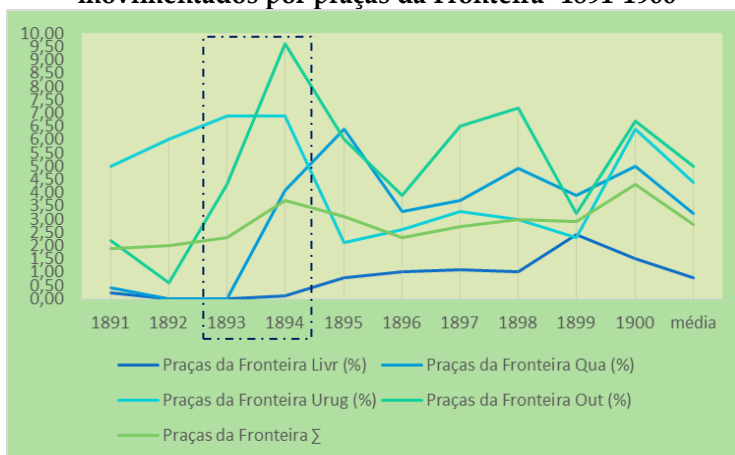
Ano	Praças da Fronteira				
	Livr (%)	Qua (%)	Urug (%)	Out (%)	Σ
1891	0,2	0,4	5,0	2,2	1,9
1892	0,0	0,0	6,0	0,6	2,0
1893	0,0	0,0	6,9	4,3	2,3
1894	0,1	4,1	6,9	9,6	3,7
1895	0,8	6,4	2,1	6,0	3,1
1896	1,0	3,3	2,6	3,9	2,3
1897	1,1	3,7	3,3	6,5	2,7
1898	1,0	4,9	3,0	7,2	3,0
1899	2,4	3,9	2,3	3,2	2,9
1900	1,5	5,0	6,4	6,7	4,3
média	0,8	3,2	4,4	5,0	2,8

Fonte: adaptado de NEVES (1980). Tabela XIII, p.153.

Na Tabela 7 constam os percentuais de valores financeiros movimentados exclusivamente pelas praças da Fronteira, mostrando que estas praças movimentaram valores menos expressivos do que as praças do Litoral, mas destacam-se nos anos de 1893-1894, em especial, Uruguiana e outras pequenas praças de comércio da fronteira oeste e do planalto.

O Gráfico 6 salienta as informações da Tabela 7, indicando um movimento comercial maior nos anos de 1893-1894, embora muito aquém das praças do Litoral.

Gráfico 6. Percentual relativo aos valores financeiros movimentados por praças da Fronteira -1891-1900



Elaboração: BORBA (2021).

As praças da Fronteira destacam-se entre 1893-1894, quando todas as cidades tem seu melhor desempenho. Ainda assim, as praças do Litoral, ao longo do decênio, atingiram a média 86,55% dos valores movimentados no comércio do Rio Grande do Sul, enquanto que as praças da Fronteira chegaram à média decenal de 13,45%.

Em relação ao **tipo de mercadorias movimentadas** pelo Porto do Rio Grande, na última década do século XIX, verifica-se a presença de charque, couro, banha e lã, com séries estatísticas consolidadas. Para sebo, carne, arroz, cebola, tecidos de lã (casimiras, cobertores, mantas e tecidos de lã em geral), tecidos de

algodão (brins e tecidos de algodão em geral), conservas (carne, peixe, frutas e legumes), biscoitos e charutos, as séries estatísticas inexistem ou são insuficientes para traçar um quadro diagnóstico de comércio. Assim, trata-se, aqui, de uma **amostra dos principais produtos** (charque, couro, banha e lã) comercializados pelo Porto.

A Tabela 8, em análise amostral, indica os volumes (em kg) dos principais produtos comercializados e suas participações (em termos percentuais) no volume de comércio do Porto do Rio Grande.

Tabela 8. Principais produtos comercializados (em kg) e suas participações (em %) no Porto do Rio Grande (1891-1900)

ano	Principais produtos				Participação percentual			
	Charque	Couro	Banha	Lã	% charque	% couro	% banha	% lã
1891	1.731.670	1.908.390	6.526.830	549.930	16,16	17,81	60,90	5,13
1892	101.887	1.246.996	6.971.070	677.175	1,13	13,86	77,48	7,53
1893	1.174.306	1.189.597	1.352.650	387.645	28,61	28,98	32,96	9,45
1894	2.161.882	1.425.123	4.892.955	310.545	24,59	16,21	55,66	3,53
1895	1.533.226	2.519.209	7.634.700	752.895	12,32	20,25	61,37	6,05
1896	2.369.100	1.654.896	8.324.625	1.604.460	16,98	11,86	59,66	11,50
1897	3.255.473	1.095.049	6.669.885	1.320.060	26,38	8,87	54,05	10,70
1898	5.995.109	1.420.715	3.775.605	1.499.460	47,24	11,19	29,75	11,82
1899	4.502.016	1.049.224	1.185.180	2.161.710	50,60	11,79	13,32	24,29
1900	4.500.000	890.638	3.753.525	697.710	45,72	9,05	38,14	7,09
média	2.732.467	1.439.984	5.108.703	996.159	26,97	14,99	48,33	9,71

Fonte: adaptado de NEVES (1980). Tabelas XXIIa-f e XXIIIa-b, p.43.

Em termos de volume movimentado:

- o charque tem desempenho abaixo da média, entre 1891-1896, correlacionando este decréscimo de

comercialização com a crise do modelo de produção (substituição do charque por carne frigorificada), além da crise econômica global e instabilidades políticas régio-nais. Na relação de todos os produtos comercializados (e considerados na amostra), o charque teve os piores desempenhos em 1892, 1895 e 1896;

- o couro mostra variações maiores, em relação à média (em kg) comercializada, principalmente entre 1892

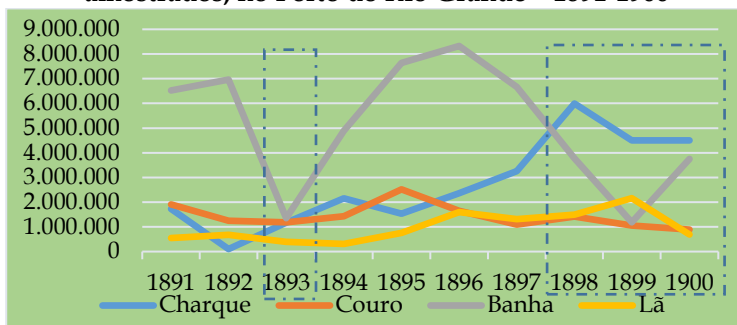
- 1894. Na relação de todos os produtos comercializados (e considerados na amostra), o couro teve os piores desempenhos entre 1896 e 1900;

- a banha mostra decréscimos em relação à sua média de comercialização, em 1893-1894 e 1898-1900; e,

- a lã, com variações a menor em relação à sua média, no período 1891-1895 e em 1900.

A partir dos dados da Tabela 8, o Gráfico 7 mostra as citadas variações e indica o desempenho dos produtos amostrados para o período 1891-1900, no comércio do Porto do Rio Grande. Visualizam-se os piores resultados entre 1891-1894 e no final da década, ressaltando que apenas charque e banha (em 1899-1900) começavam uma inversão de tendência (para mais).

Gráfico 7. Comercialização dos principais produtos amostrados, no Porto do Rio Grande – 1891-1900



Elaboração: BORBA (2021).

6. Considerações Adicionais

A análise da economia mundial, no fim do século XIX, com base nos modelos de Kondratieff e Schumpeter (expressos na Figura 1), indica que os impactos foram estendidos a todas as economias nacionais.

No caso do Brasil, a passagem de Império para República trouxe legislações para enfrentar: a crise global; a falta de moeda circulante (Encilhamento); e, estabelecer regras protecionistas à produção nacional, com tarifações diferenciadas para produtos similares aos nacionais.

Além do agravamento das condições econômicas (baixos saldos da Balança Comercial, expressos na Tabela 1 e Gráfico 1), a incipiente República enfrentava instabilidades políticas internas, estaduais, de revoltas nas forças militares (exército e marinha – Revolta da Armada) e de revoltas regionais (Revolução Federalista).

No Rio Grande do Sul, neste período de transição política ocorria perda de hegemonia dos produtores

agropecuários e dificuldades de inserção no novo mercado mundial de produção industrial, com concorrência direta da implementação de mudanças no modelo produtivo dos Estados Platinos - Uruguai e Argentina.

À exigência de inserção no modelo industrialista advinha a necessidade de atualizar as operações portuárias, para as quais, Uruguai e Argentina, envidaram esforços, mediante concessões (portos, ferrovias, ...) ao capital inglês. O Brasil foi retardatário em relação a tais demandas, particularmente no Rio Grande do Sul e seu porto marítimo – Porto da Cidade do Rio Grande. Com tal atraso, estabeleceu-se uma concorrência entre as praças comerciais do Litoral (Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas – acessíveis ao Oceano Atlântico, Barra do Rio Grande, Lagoa dos Patos, Canal do São Gonçalo e Estuário Guaíba) e as praças da Fronteira (Livramento, Quaraí, Uruguaiana – com acessos pelos rios Uruguai, Paraguai e afluentes ou por ferrovias uruguaias e argentinas direcionadas à fronteira sudoeste e oeste).

Os dados estatísticos de **percentuais relativos aos valores financeiros movimentados** por praças do Litoral e por praças da Fronteira indicam que havia uma ‘falsa’ concorrência, pois as praças do Litoral movimentaram, em média, 86,55% dos valores do Rio Grande do Sul contra 13,45% das praças de Fronteira. Em 1894-1895, houve variação, para menos, na média de comercialização nas praças do Litoral para 79,29% (1894) e 84,73% (1895); e, variação, para mais, nas praças de fronteira para 20,71% (1894) e 15,27% (1895). Ou seja, a expressão comercial das sub-regiões do Rio Grande do Sul indica que as praças do Litoral, ao longo do decênio

1891-1900, detiveram 4/5 dos valores mobilizados com o comércio.

Há que se salientar, que a economia regional não se enquadra nos parâmetros de 'ciclos econômicos do Brasil', atrelados a produtos como açúcar, café, cacau e borracha. Ainda assim, o movimento exportador destes insumos favorecia a economia sul-rio-grandense, pois as embarcações de maior porte necessitam de maiores tonelagens embarcadas e atender às crescente demandas de urbanização na Europa.

A exportação para os portos nacionais caracterizou-se pelo charque, derivados da agropecuária e manufaturas de tecidos e conservas em geral. À fase de manufaturas, na segunda metade do decênio 1891-1900, vincula-se a política de migrações, com a consolidação das colônias de origem alemã e italiana. As primeiras geraram, além de excedentes comerciais, negociantes para o mercado de navegação, ao assumirem as principais intermediações comerciais nas praças do Litoral.

Para que o comércio do Rio Grande do Sul pudesse prosperar era necessário domar a '*barra diabólica*'. Enquanto se mantivessem incertas as condições operacionais do Porto do Rio Grande não havia como evitar o desvio de rotas rumo aos portos de Montevideu e Buenos Aires, com custos portuários diferenciados (menores que o do Rio Grande) e com maior estabilidade relativa nos embarques e desembarques.

O **movimento de navios**, para além das questões objetivas de acesso à Barra do Rio Grande, demonstra uma tendência geral de declínio (menos embarcações circularam, porém a tonelagem média aumentou, em

razão da participação dos navios a vapor em substituição às embarcações à vela), com uma redução maior em 1894, quando os efeitos da Revolução Federalista, aliada aos revoltosos da Armada, realizaram bloqueio temporário à única saída para o mar, além de provocar a suspensão, em 23/10/1893, do contrato (assinado em 13/10/1890) de construção dos molhes com a Cia. Francesa.

A **tonelagem movimentada** pelo Porto do Rio Grande indica que houve relativa estabilidade no decênio, pois mesmo com menos embarcações em movimento, a tonelagem/embarcação aumentou. No período houve expressivos recuos, em relação à média, em 1893 e 1894, quando a insegurança gerada pelas revoluções desviava tráfego marítimo para Montevideú.

O **movimento de produtos** no Porto do Rio Grande não era de uma pauta variada. Predominavam charque, couro, banha e lã, tipicamente atrelados ao tipo de economia agroexportadora, cujas demandas atendiam ao mercado industrialista da Europa. Num segundo momento apareceram na pauta de exportações: sebo, carne, arroz, cebola, tecidos de lã (casimiras, cobertores, mantas e tecidos de lã em geral), tecidos de algodão (brins e tecidos de algodão em geral), conservas (carne, peixe, frutas e legumes), biscoitos e charutos.

Em consideração à diversificação da amostra avaliou-se apenas os **principais produtos comercializados** pelo Porto do Rio Grande - charque, couro, banha e lã. Os resultados mostram que nos anos iniciais do decênio 1891-1900, a comercialização dos produtos manteve-se abaixo da média, com os piores desempenhos: (a) charque - em 1892, 1895 e 1896; (b) couro - 1896 e 1900, mas destoando de todas as

tendências, teve seu melhor desempenho entre 1892-194; (c) banha - em 1893 e, depois, de 1898-1900; e, (d) lã - entre 1891-1895 e em 1900. Do conjunto de produtos, apenas charque e banha (entre 1899-1900) começavam uma tendência de alta.

Os portos das praças do Litoral, no decênio de 1891-1900, quanto à **participação percentual nos valores financeiros movimentados no comércio** do Rio Grande do Sul, tiveram desempenhos com muitas variações: Pelotas deteve, em média, 29,89%; Porto Alegre, média de 37,51%, com altas no meio da década; e, (c) Rio Grande com média decenal de 19,15%, sempre inferior aos das outras praças do Litoral. Destaque-se que todas as embarcações usavam o Porto do Rio Grande, mas as movimentações financeiras ficavam registradas nas praças de embarque e desembarque. Assim, após os registros e pagamento de tributos em Porto Alegre e Pelotas, a comercialização era atribuída a estes portos.

Em 1894, foi o único ano que o conjunto das praças comerciais da Fronteira (20,71%) obtiveram maior participação percentual nas movimentações do que o Porto do Rio Grande (17,26%), por fatores atrelados ao momento político vivido pelo Brasil e Rio Grande do Sul.

Em síntese, as crises internacionais, platino-americana e brasileira impactaram a economia sul-riograndense, com reflexos nas operações portuárias, mas, de certa forma, desvinculados dos padrões dos ciclos da economia brasileira. A **análise de dados amostrais** sobre o conjunto de operações comerciais do Rio Grande do Sul e do Porto da Cidade do Rio Grande, na última década do século XIX, mostra que, **estatisticamente, há significativa correlação entre os fatos histórico-**

políticos (1893-1894) e histórico-econômicos (1891-1900).

Referências Bibliográficas

AKERMAN, Raul & ZERKOWSKI, Ralph M. (1984). **A análise teórica schumpeteriana do ciclo econômico.** In: Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, vol. 38, nº 3, pp. 205-228, jul-set. Acesso jul/2021. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>

ALMEIDA, Paulo Roberto de (2015). **Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial.** In: Rev. Bras. Polít. Int. 58 (1): 127-141. Acesso jun/2021. Disponível em: www.scielo.br/j/rbpi/a/c7CYfj5YzLN7IG8cKyN86vp/

ALVES, Francisco das Neves (2000). Formação territorial e tratados internacionais: uma introdução ao estudo da integração da fronteira extremo-sul brasileira. In: ALVES, Francisco das Neves (org). **Cinco ensaios de história das relações internacionais do Brasil.** Rio Grande: Editora da FURG.

____ (2007). **Porto e Barra do Rio Grande:** uma secular aspiração que se tornou realidade. Porto Alegre: CORAG.

____ (2014). **Textos para o estudo da história da mais antiga cidade sul-rio-grandense.** Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense. p.87-96.

ARCÓN DE BUENOS AIRES (2021). **Puerto de Buenos Aires – Parte I.** Acesso jun/2021. Disponível em: http://www.arcondebuenosaires.com.ar/puerto_bs.htm.

BARRAN, Jose Pedro & NAHUM, Benjamín (1993). **Historia social de las revoluciones de 1897 y 1904**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.

BARRAN, Jose Pedro (1995). **El nacimiento del Uruguay moderno em la segunda mitad de siglo XIX**. Acesso jun/2021. Disponível em: www.rau.edu.uy/uruguay/historia/Uy.hist3.htm

BORBA, J. Vanderlei (2004). **Faixas de Fronteira: um anacronismo no MERCOSUL**. In: Anais do V Coloquio sobre Transformaciones Territoriales: Nuevas Visiones en el Inicio del Siglo XXI. La Plata/ Argentina, AUGM.

____ (2013). **Fronteiras e Faixa de Fronteira: expansionismo, limites e defesa**. In: Historiæ, Rio Grande/RS, v. 4, n. 2: 59-78.

____ (2020). **América Platina e os desafios mercantis e industriais do século XIX**. Disponível em: www.edicoesbibliotecariograndense.com/coleção-rio-grandense n.37

CAETANO, Gerardo & RILLA, Jose (2001). Historia contemporánea del Uruguay - de la Colonia al MERSOCUR. Montevidéu: Editorial Fin de Siglo. Ver 2ª Parte - III. La Modernización (1870-1900). p.71-101

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. (1987). **História econômica da América Latina**. São Paulo: Graal. Acessado em jan/2020. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/historia-economica-da-america-latina/livro:105422/edicao:116953>

____ (1983). **Os métodos da história**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal. Ver Cap. VI - Conceitos, Méto-dos e Técnicas da História Econômica. p.260-337.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo (1992). **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática. Acesso nov/2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/30352737>

COPSTEIN, Raphael (2000). **O Comercio e a Barra do Rio Grande do Sul: 1850-1900**. Acesso em jul/2020. Disponível em:

<http://ihgrgs.org.br/artigos/membros/Copstein%20-%20O%20Comercio%20e%20a%20Barra%20do%20RGS,%201850-1900.pdf>

COSTA, Marcus Vinicius (2009). **A Revolução Federalista (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos Construídos pela Elite Liberal-Federalista**. In: Revista História em Reflexão, UFGD-Dourados, v. 3, n. 6, jul/dez. Acesso jun/2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/>

CROCE, Marcus Antônio (2015). **A Economia do Brasil no século XIX**. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória/ES. Acesso mai/2021. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/>

DIAS, Marcelo Henrique (1998). **Geografia Comercial e Influência Platina no Rio Grande do Sul na transição entre os Séculos XIX e XX**. In: BIBLOS, Rio Grande/RS, n. 10: 97-106.

FERRERAS, Norberto O. (2006). **A formação da sociedade argentina contemporânea**. Sociedade e trabalho entre 1880 e 1920. In: HISTÓRIA, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 170-181. Acesso nov/2020. Disponível em www.scielo.br/j/his/a/nkShGw65h5FrXQv5ryCkwbf/

FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1983). **RS: economia e conflitos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

_____. (1993). **Revolução Federalista: uma interpretação.** In: Pensar a Revolução Federalista. Rio Grande/RS: Editora da FURG. p.23-25.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV (2016). **Atlas Histórico do Brasil.** Acesso jun/2021. Disponível em: <https://atlas.fgv.br>. Ver Mapa 5. II Reinado (1840-1889) e Mapa 6. Primeira República (1890-1930).

HERRLEIN Jr., Ronaldo (2004). **A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação.** In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 1 (22), p. 175-207. Acesso abr/2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/>

IPEA (2011). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **História - Encilhamento: crise financeira e república.** In: Revista do IPEA, ano 8, edição 65. Acesso jun/2021. Disponível em: <https://ipea.gov.br/desafios/>

LAPA, José Roberto do Amaral (2002). **O interior da estrutura.** In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) História Econômica do Período Colonial. 2ª ed. revista. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp. Acesso jun/2021. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/>

LENZ, Maria Heloisa (2006). **Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto.** In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 2 (27), p. 375-399. Acesso mar/2021. Disponível em: https://www.eco.unicamp/arquivos/artigos/614/07_lenz.pdf

MAMIGONIAN, Armen (1999). **Kondratieff, ciclos médios e a organização do espaço.** In: Geosul,

Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157. Acesso em abr/2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>

MANTUANO (2018). **Buenos Aires: a Cidade, seus Portos e Rios** (1850-1911). In: Revista tiempo&economía, Bogotá/Colômbia, vol. 5, núm. 2, pp. 41-58. Acesso jun/2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/>

MARCONDES. Renato Leite (2012). **O mercado brasileiro do século XIX**: uma visão por meio do comércio de cabotagem. In: Revista de Economia Política, RJ, vol. 32, nº 1 (126), pp. 142-166, jan-mar. Acesso em set/2020. Disponível em: <https://www.econbiz.de/record>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA ARGENTINA (2021). **Datos económicos**. Acesso em jul/2021. Disponível em: <https://www.economia.gob.ar/datos>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DO BRASIL (2021). Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **200 anos de comércio exterior brasileiro – 1808 a 2007**. Acesso jul/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/outras-estatisticas-de-comercio-exterior>

MINISTÉRIO DEL INTERIOR DA ARGENTINA (2021). **La Expansión Económica**. Acesso jun/2021. Disponível em: <https://www.argentina.gov.ar/interior/la-expansion-economia>

NEVES, Hugo A. Pereira (1980). **A Importância do Porto do Rio Grande na Economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Paraná. Acesso em abril/2020. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br>

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de (2013). **Os 120 anos da Guerra Civil de 1893**. In: *Historiæ*, Rio Grande/RS, v. 4, n. 2: 137-147.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (2015). **A Diplomacia Marginal: Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)**. 2.ed. Passo Fundo: Editora da UPF. Acesso jan/2021. Disponível em: [A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai \(1893 - 1904\) - 2ª Edição \(upf.br\)](http://www.upf.br/revistas/revista-de-historia/revista-de-historia-2015-2016/revista-de-historia-2015-2016-2a-edicao)

RIOS, José Arthur (1972). **A Tradição Mercantilista na Formação Brasileira**. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio Janeiro, 26(3): p. 255-272, jul-set. Acesso jun/2021. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/85

SOARES, Sebastião Ferreira (1865). **Estatística Commercial do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Tomos I e II. Disponível na Biblioteca Rio-Grandense.

STOPFORD, Martin (2017). **Economia Marítima**. 3.ed. São Paulo: Blucher. p.50-64.

TORRES, Luiz Henrique (2015). **A Barra Diabólica: centenário da inauguração dos Molhes da Barra e do Porto Novo do Rio Grande**. Rio Grande/RS: Pluscom Editora. p. 14.

VIANNA, Lauro de Brito (2007). **A Cidade, o Porto e a Barra de São Pedro do Rio Grande**. Rio Grande: Editora da FURG.

VILLALBA, Epaminondas (1897). **A revolução federalista no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Laemmert. Acesso jun/2021. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242361>

VOLKMER, Marcia Solange (2013). **O Comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX**. In: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal/RN. Acesso mar/2021. Disponível em <https://www.snh2013.anpuh.org>

YAFFE, Jaime (2010). **Política y economía en la modernización: Uruguay (1873-1933)**. Acesso jun/2021. Disponível em: <http://www.cdn.fee.tche.br/jornadas/s10a2>

ZÚÑIGA, Eduardo García de (2010). **Historia del Puerto de Montevideo**. 2ª Parte - desde 1887 hasta 1931. Montevideo: Facultad de Ingeniería, Universidad de la República. Acesso jul/2021. Disponível em: https://www.fing.edu.uy/Historia_del_Puerto_de_Montevideo.pdf



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

ISBN: 978-65-89557-41-8

